

246ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 29 e 30 dias do mês de agosto de 2019, na Plenária da Casa de Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima quadragésima sexta Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Rodrigo, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares e Suplentes: Márcio Caldeira – ASSPROM; Geraldo Amarildo da Silva – SEF, Rosália Aparecida Martins Diniz – SEE, Fabrícia Ferraz Mateus Lopes, Seapa, Sara de Souza Campos, SES, Luciana de Melo – SEE, Damião Braz (Nome Social - Irajá) - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas, Isac dos Santos Lopes - Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, João Alves Crisóstomo - CMAS de Pirapora, Elerson da Silva – Cáritas, Rodrigo Silveira e Souza – CRESS, Arlete Alves de Almeida – Mov. Graal, Soyla Rachel dos Santos Pereira – CMAS Paracatu, Ariadna de Almeida Silva - Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG, Patrícia Carvalho Gomes – CMAS Nova Lima, César Augusto Calinçani Pereira, Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Helder Augusto Diniz Silva - CMAS de Pedro Leopoldo, Ivone Pereira Costa Silva - Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais – COGEMAS, Marleide Marques Castro - Conselho Regional de Psicologia - CRP - 4ª Região, Marta Maria Castro Vieira da Silva - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Noelle Lana da Silva Prata Seapa/Seda, Sandra de Fátima Veloso Costa - CMAS de Montes Claros, Janaína Reis do Nascimento-Sedese, Cecília de Araújo Carvalho Associação Quilombola Porto Pontal, Eleniudes Santos Silva - Feneis, Cristiano de Andrade – Sedese, e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Consolação Cifani da Conceição, Eliane Maria Alves Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados: Karla França, Joana de Moraes Horta, Suzane. **RODRIGO:** Boa tarde a todos e a todas, bom revê-los nesse dia de trabalho aproveitando para parabenizar a conselheira Marleide pela eleição pela chapa do CRP. É bacana, vai dar continuidade dos trabalhos de interlocução espero que tenha sido uma eleição respeitosa, proveitosa mais que bom tê-la como conselheira ainda, e poder contar com o CRP, apoiei como pessoa e presidente o CEAS não se manifestou mais eu fiquei muito feliz de ver a eleição de vocês. Gostaria também, aproveitando a cutucadas do meu amigo Helder aqui, que eu não tinha esquecido, de parabenizar todos os psicólogos ou psicólogas pelo dia de psicólogos, parabéns, é incontestável o quanto o SUAS enriqueceu com a participação de vocês quando nós entendemos a interface do trabalho e disponibilidade, como o trabalho ele pode ser coletivos em prol da proteção integral a família e como o SUAS avançou com os psicólogos incorporaram uma linguagem do SUAS e nós assistentes sociais conseguimos então abrir esse espaço do saber também porque muitos se confundem, achando que nós como assistentes sociais já saímos da faculdade sabendo do SUAS, não nós não sabemos nossa formação também é generalista e nós vamos dedicar as políticas que nós tivermos mais afinidade e isso é apenas uma delas e aí abrir espaço para a psicologia para direitos para demais posições do SUAS foi um avanço e requereu um amadurecimento da categoria da assistente social dos psicólogos dos advogados que hoje também já incorporam sobretudo na proteção especial e quem ganhou com isso foi só os usuários. Me recordo em 2004, quando começou em 2004 – 2005 quando começou os CRAS vários CRAS, tinha a sala do psicólogo reservada, a sala do advogado reservada e a sala da assistente social, os arquivos ele eram separados um não conversava com o outro, as famílias as vezes eram atendidas pela psicologia, existia um CRAS que compraram até divã, colocaram até divãs nos equipamentos, montavam-se o CRAS com manicure, salão de beleza e corte e costura, efeito pragmático no estado de Minas, lembro disso como se fosse hoje e aí romper com isso mostrar que uma política pública de direito, mostrar que a família só que precisa então trabalhar de forma integral para fim de das proteções e segurança socioassistencial, tipificar esses serviços que não

era de ninguém era da assistência social isso foi um avanço muito grande. Vencemos e vamos vencer e não é um governo boçal, arredio que vai nos atrapalhar, não é este governo, governo federal. Um governo que tenta desmontar e deslegitimar conquistas que fizemos ao longo de muitos anos com muito sacrifício com muito pé na estrada e muita dedicação e muita pressão desses usuários muita organização desses usuários, vamos avançar. Parabéns psicólogos por fazer parte desta luta. Justificativa de ausência; João Victor da SEPLAG motivo de férias, Aloisio do COGEMAS – trabalho, Maria do Carmo Brandão – doença, Juanita – trabalho. Nossa pauta de hoje consta então, verificação de quórum, já foi feita, justificativa de ausência já foi feita apreciação da própria pauta, informes, apresentação do consórcio Promoção cidadania das mulheres gerais pela advogada Karla França, conferências, orientações, minutas de resoluções, encerramento. Peço que vocês fiquem atentos, hoje vocês perceberam que nós mudamos toda rotina do conselho em função das pautas das demandas, então estamos iniciando nossa plenária hoje, que seria amanhã, então nós estendemos, a plenária de amanhã ela não começa as nove vai começar as oito da manhã e está previsto até as dezoito, previsão, comigo tudo é possível tá, então assim venham preparados porque vai ser um dia grande de trabalho, pautas importantes e que nós não podemos postergar porque principalmente questões de conferencia tem prazo do governo estadual com relação PPA vários pontos, que precisam de quórum qualificado e participação maciça dos conselheiros então é isso. Primeiro informe, esclarecendo para o grupo de conselheiros, o que aconteceu com relação à barragem de Belmiro Braga PCH Cambuí. Existia o conselheiro, tinha sido nomeado, nosso conselheiro Elerson que foi nomeado, e por motivo de trabalho, uma série de questões estava difícil de conseguir uma agenda para o Elerson conseguir cumprir essa agenda. O CEAS tem prazo e essa barragem em especial tem um outro agravante que é a interface com o Rio de Janeiro, que não tem a mesma legislação de minas no tocante à barragem. Conversando com a secretária executiva que vinha me acompanhando cheguei aqui, a Rosa, todos os e-mail que vocês recebem eu recebo como cópia e aí me chamou atenção, eu falei Rosa o que está acontecendo, aí ela me expos a questão, o conselheiro em função de trabalho não está conseguindo, então vamos entrar em contato com o conselheiro primeiro, aliás minto, primeiro nós vimos que não cabe decisão ad referendum em barragem, essa é a primeira questão. E aí nós pensamos o seguinte; essa decisão é ad referendum, não, não é ad referendum. Todos sabem, nós participamos de um sorteio que elegia os conselheiros, se eu trocasse o conselheiro, seria sim uma decisão de ad referendum eu não tinha essa governabilidade para simplesmente pegar e chamar o próximo da fila, não me senti à vontade. Na ausência, quem representa o CEAS o presidente, querendo bem ou mal eu sou o responsável por conduzir essa instituição, eu sou responsável pelos seus atos, né, eu que assino pelos seus atos e eu perguntei para Rosa e Consolação se caberia então a presidência tomar para si essa manifestação, e assumir então a relatoria desse processo enquanto conselheiro presidente né, voto conselheiro presidente. Vimos que não há divergência na proibição do regimento e que isso não confrontaria com as normas, as vedações postas pelo próprio regimento, que de repente ainda fala que pode, mas existem parágrafos que vedam né então não existia essa vedação, então entramos em contato com o conselheiro Elerson para ver se ele se sentia à vontade com isso e seu eu então poderia assumir este papel. Porque nosso medo é que ao trazer para essa plenária a troca do conselheiro, postergassem muito processo de licenciamento sobretudo confrontassem com o processo do Rio, a gente sabe, nós sabemos que esses empreendedores eles têm uma força muito grande de pressão muito grande e o investimento na sociedade, o investimento na questão energética e na arrecadação, grita mais auto do que as pessoas, né, e nós CEAS somos responsáveis pelas pessoas e aí então, conversando com o Elerson ele falou não, ótimo pode ser, então eu assumi então a relatoria. Com medo, conversamos então com a mesa diretora, coloquei a situação para a mesa diretora para que me desse, para além do meu achismo dividir a responsabilidade, dividir então os posicionamentos, porque o medo era desse travamento

do licenciamento ambiental e o Ministério Público então acionasse o CEAS por algum motivo, por perda de prazo e para tirar isso do CEAS é daqui para ali. Se o CEAS pisar na bola com relação a isso, prazo principalmente neste momento corre-se o risco de investir conservadoras de retirar isso em prol do capital e aí como é que ficam as pessoas. É histórico a proteção que esse conselho garantiu na apresentação dos direitos das pessoas atingidas então não podemos perder isso. Então isso foi o que movimentou toda secretaria executiva e toda mesa diretora. Fomos Rosa e eu fomos para Belmiro Braga estivemos com representantes da empresa, fomos a visita de campo, conversamos com o secretário de Belmiro Braga e Simão Pereira entrei em contato com o presidente do conselho estadual do Rio de Janeiro e com o presidente do conselho de Levi Gasperiam a gente entrou em contato com eles para que eles participassem também, eles não participaram, informando ao conselho do Rio que o presidente do conselho estaria lá na cidade para discutir questões que também afetam o conselho dele, então se ele quisesse entender eles poderiam nos encontrar, eles não foram, mas nós vamos insistir nisso, nas visitas de campo percebemos que as famílias estão muito perdidas, existe uma cortina meio de fumaça assim, existe um imaginário da população que o negócio é muito grande que vai dar muito dinheiro que vai mudar, não é um entendimento tão grande assim, não vai empregar tantas pessoas assim, cerca de setenta pessoas que vão ser movimentadas, estivemos nas áreas que vão ser inundadas, eu vi o vídeo da audiência pública e conversando com o secretário e presidente do conselho municipal de Simão Pereira e de Belmiro Braga, a secretaria de Belmiro Braga e com pessoas da comunidade que são atingidos, percebemos que, a audiência pública não alcançou o objetivo dela, não esclareceu, ficou o técnico, falou muito da questão ambiental relatórios de impacto ambiental de estudos do impacto ambiental sobre o meio ambiente, discutiu-se, mostrou um negócio muito bacana sobre a questão de onde vai ser alagado, na apresentaçãozinha, aquela aguinha enche assim, ficou muito legal, mas não disse as pessoas qual é o direito delas. Nós temos um atingido que mora a setenta anos no mesmo local, ele chegou pra lá com os pais com seis anos, vai ser uma área de proteção ambiental, ele vai ter que sair de lá porque vai virar mata, de preservação, ele cuida da família toda, os filhos os netos os bisnetos, todos, é quase um quilometro, ficou tudo no mesmo lugar, sabe a mesma família, então ele está sentido, a gente vê a angustia dele ao falar, os filhos não querem sair do local as esposas relataram isso, alguns não querem, os mais novos já estão super entusiasmado com a possibilidade de sair para um lugar melhor, uma casa melhor, então é essas são algumas questões. A outra questão que a gente percebeu, o diagnóstico não foi realizado com base na realidade local, ele foi um diagnóstico com dados primárias, são coletados no sistema do IBGE e sistema de informação, isto me diz pouco, eu quero saber das pessoas, eu quero saber se você conversou com o secretário para ver no olho dele a angustia dele de não enfrentar as explorações sexuais, as questões do dia a dia que estão chegando no CRAS porque não tem proteção especial, não tem serviço de convivência é isso que não está dito no diagnóstico, então nós pedimos então, enviamos um ofício pedindo complementações do relatório e do diagnóstico e elencamos uma série de prioridades que eles tem de apontar para a gente. Dentre elas, articulação com a rede, fortalecimento da economia local como que eles pretendem fomentar a economia local para além da geração de empregos, por exemplo compras lá dentro da cidade, o que eles vão fazer para o serviço de saúde, educação e assistência para dar conta da demanda que vai chegar, por que vai chegar um monte de criação da escola, não é distante dizer que esses empreendimentos, deixam os filhos dos empreendimentos para trás, chega são os filhos das barragens né, chegam engravidam as meninas e vão embora, os operários vão embora deixando os filhos para trás as mulheres para trás esse é um dos problemas que fica, quem tem é gestor que já participou de uma grande investimento assim e está acostumado no conflito de terra sabe como isso é. Então é preciso dizer como que isso vai ser tratado, quais são as medidas, o conselho tutelar tem de estar preparado para isso, tem de ter estrutura, tem de estarem

preparadas para absolver essa demanda as escolas tem de ter essa estrutura o posto de saúde tem de saber lidar, porque lá não tem hospital, lá é posto de saúde que não tem atendimento noturno então como que vai ficar, o atendimento vai para Juiz de Fora, então são alguns apontamentos que não tem dito no plano de trabalho por exemplo no diagnóstico diz trataremos a posteriori, não isso não me atende para tratar a posteriori eu não sei é muita coisa e é nada ao mesmo tempo né. Então tem de dizer, lógico ele que o objeto não vai ser fechado porque a sociedade é caótica ela é mutável e nós vamos, é o plano tem de ser condizente a realidade. E essa realidade ela vai sendo materializada. Não disseram sobre reativação econômica, não disseram sobre pessoas que são atingida, não disseram qual o tratamento que vai ser dado, não estou dizendo que vai incluir como atingido, mas tem de ser dado uma tratativa porque não, tem de justificar porque não é atingida, tem de dizer para a sociedade o que vai acontecer com ela, porque vai começar a chegar caminhão, chegar pessoas, muda toda a cidade, é uma cidade pacata todo mundo conhece todo mundo, então muda o modo operante de vida dessa sociedade, e aí nós estamos dizer para essa sociedade que num dado momento de tempo ela vai mudar e a sociedade tem que estar preparada inclusive para quando essa mudança cessar, senão cria-se nesse imaginário uma tendência de crescimento e depois cai num **orsacismo** terrível, então nós temos que pensar nisso. **Elerson-Cáritas Brasileira**: Eu só queria agradecer na verdade Rodrigo à disponibilidade sua e pedir perdão para a Rosa ela me ligou muito mesmo, o que acontece nós da Cáritas a gente está executando uma parceria com a prefeitura de serviço de acolhimento institucional, então a Rosa tinha me colocado isso que precisava fazer as visitas, analisar os relatórios até pertinente a mesa de diálogo amanhã que vai ter do Suas com o sistema de garantia de direitos e de justiça inclusive eu estava no lançamento agora da mesa de BH porque o judiciário muitas vezes não pergunta pra gente o que a gente tem que fazer então por conta de alguns serviços que a gente realiza aqui com a prefeitura de BH eles deram os 3 cumpra-se lá e que a gente tinha que responder por questões que não são da entidade, são questões da prefeitura mas nós fomos arrolados numa ação civil pública e pra gente que é assessor o jurídico simplesmente fala assim você tem que responder isso junto comigo então eu acabei fiquei travado quase 15 dias entre audiências expostas de petição, esse tipo de coisa e tal então eu queria agradecer a colaboração, a solidariedade, e é isso aí pra justificar. **Rodrigo**: Então em cima disso então nós pedimos esses esclarecimentos para a empresa, a empresa eu estou inclusive despachando agora com a Rosa mandou um email para o Ceas pedindo uma reunião pra gente tratar pessoalmente sobre essa questão e tentar traçar uma estratégia de audiência pública que eles querem entender, me pareceu pessoas que estão dispostas a ouvir, gostei da equipe que foi, acredito que vai e nós não vamos ter problemas em encaminhar com o Pas, o conselho inclusive recomenda no ofício que as mesmas proteções dadas a Minas Gerais sejam dadas ao Rio de Janeiro apesar de não ter legislação afeta nesse sentido então a gente recomenda a gente não tem condição de determinar, acredito que vai acatado inclusive, e vamos sim tentar avançar com esse diálogo com o Rio de Janeiro para trazê-los para esse acompanhamento, quem sabe até instituir uma legislação nesse sentido no Rio de Janeiro que eu acho que quando eu entrei para o Ceas eu já externei aqui que eu sou técnico em meio ambiente também e me causou estranheza estar aqui e em questão de poucos dias quando eu conversei com a Rosa na primeira vez eu entendi a grandiosidade disso estar aqui não pode sair daqui, não tenho dúvidas disso então vamos sim já despachar a reunião deve acontecer entre dia 06 e dia 09 eu estou tentando achar esses 2 dias na agenda aqui para justamente não ficar postergando isso, então a partir daí eu mudei com o relator até o final do processo, quer falar alguma coisa Rosa sobre esse assunto? Não. **Wilson-SEF**: Eu não estudei junto com vocês Rodrigo a legislação em relação a questão da relatoria mas no que você falou o meu entendimento é o seguinte: no direito privado a gente pode fazer qualquer coisa desde que exija uma vedação legal, no direito público a gente só pode fazer aquilo que estiver previsto na lei então se não tiver previsão legal de que se o relator da vez não puder fazendo a

relatoria o presidente assume eu entendo essa mudança como juridicamente correta, é minha opinião mas nada impede dele continuar sendo relator ou próximo relator em receita feita essa visita e o relator utilizar sua visita como parâmetro pra poder fazer a relatoria dele, agora a mudança do relator para o presidente sei que existe uma legislação a previsão legal de que na impossibilidade do relator o presidente passa a ser relator acho que trás uma falta de segurança jurídica para esse procedimento, essa é a minha opinião. **Rodrigo**: Wilson obrigado, Consolação pediu a palavra. **Consolação**: Wilson foi consultado o nosso regimento interno e aí fala que nessas questões aquilo que for falar que é omissivo em normativa específica é definido pela plenária e na ausência da plenária pela mesa diretora e a mesa diretoria foi consultada e a mesa diretora decidiu então o encaminhamento ele foi correto é previsto no regimento interno todas essas ações e a decisão pela mesa diretora. **Francielly-UFMT**: Eu queria só dizer em nível de segurança jurídica mesmo que a mesa diretora ela não está se reunindo, até me chegou essa informação que a mesa diretora virou a comissão organizadora da conferência, então eu acho que é importante voltar com as reuniões da mesa porque reunião de comissão organizadora não é reunião de mesa são pautas diferentes são momentos diferentes são pautas diferentes, e aí eu acho que é importante voltar a ter a reunião da mesa diretora. **Rodrigo**: Francielly, eu concordo com você na questão da retomada da mesa diretoria para as pautas no tocante a essa matéria específica para além da consulta via whatsapp foi feito email, mesmo de matéria específica por que não havia tempo de reunir. **Francielly**: Ficou muito claro da consulta à mesa diretora mas o que eu quero dizer é que eu acho importante a volta da reunião da mesa diretora porque talvez isso pode ser endossado agora numa futura reunião feita por email ou alguma coisa assim, entendeu? **Rodrigo**: Concordo e a gente vai tentar encaminhar isso. **Consolação**: Eu conversei e é só uma proposta então essa segurança em que está sendo colocado eu proponho uma votação agora da decisão da mesa diretora, quem concorda com o encaminhamento que a gente possa colocá-lo então aqui em votação, a plenária deliberou hoje aí fica a validação aqui do ato praticado pela consulta à mesa diretora que dispõe do regimento interno a plenária inclusive é soberana e a gente coloca tal ato e não fica nenhuma questão anterior. **Rodrigo**: Primeira questão então, nós vamos transformar em ponto de pauta porque pra deliberar não pode ser informe, então os conselheiros que aprovam transformar essa matéria como ponto de pauta, contrários, abstenções, então vai virar ponto de pauta, eu vou dar um encaminhamento com a Rosa enquanto isso eu vou suspender temporariamente essa discussão porque vou dar encaminhamento com a Rosa ali e vou passar para a Karla que ela tem compromisso e veio tão gentilmente apresentar pra gente o Consórcio Mulheres em Gerais, tá gente não alongar mais, Karla muito obrigado mais uma vez, seja bem vinda. **Karla**: Boa tarde a todos e a todas meu nome é Karla França eu estou cumprimentando alguns colegas de trabalho eu estava desenvolvendo uma atividade na Secretaria de Desenvolvimento Social do estado durante um período e agora eu estou nesse novo desafio que é o Consórcio Mulheres das Gerais e eu fui convidada a apresentar para os senhores considerando que eu estando no estado na política de desenvolvimento social do estado no período eu desenvolvi a atividade de coordenação jurídica e depois como secretária adjunta e eu confesso aos senhores que eu não tinha ciência dessa consórcio e a partir do momento que eu fui convidada a gerir eu entendi por ser importante a exemplo do que aconteceu comigo de dar essa divulgação desse instrumento de proteção e na verdade enfrentamento à violência contra a mulher é uma política que é desenvolvida a partir de que os senhores todos sabem que a lei Maria da Penha veio como um divisor de água para proteção das mulheres vítimas de violência em 2006, o governo federal em 2007 ele promulgou uma lei de consórcios em que é possível tanto os entes dos estados quanto os municípios se agregarem, se aglutinarem e compartilharem responsabilidades e buscarem soluções para situações comuns e no caso do consórcio nada mais é do que essa junção de municípios, então as pessoas que me conhecem sabe que eu tenho uma didática que eu gosto mais de conversar, de falar o

tema, trouxe essa apresentação só a título de orientação e gostaria de disponibilizar para os senhores porque tem alguns detalhes que não justificam mesmo porque os senhores suspenderam um ponto de pauta com certeza vão voltar antes que termine, é só a título de conhecimento mesmo então eu vou fazer uma explanação bastante objetiva do que é esse consórcio, em 2008 a prefeitura de BH juntamente com Sabará, Betim e Contagem eles resolveram em razão das dificuldades financeiras que já existiam desde então juntarem esforços para trabalhar essa política de enfrentamento à violência, trata-se de uma pessoa jurídica então nós somos uma autarquia intermunicipal constituída em 2008 que tem todos os regramentos de um órgão público como tal somos da administração indireta mas como a legislação de consórcio ela é uma legislação um pouco mais flexível no que tange as questões de aquisições e de prestações de serviços o consórcio ele tem esse viés de facilitar a vida dos gestores para que a gente possa fortalecer algumas políticas específicas, aqui tem um breve relato a respeito disso uma origem de uma lei na verdade de um decreto federal da constituição do consórcio e é uma alternativa de integração de governos locais a partir de uma colaboração recíproca então basicamente é isso foi feita essa junção em 2008 só que hoje consórcio mulheres da gerais ele possui 12 municípios ao longo de 2008 até a presente data 8 novos municípios agregaram e aderiram ao consórcio, municípios como Divinópolis, Itabira, Lagoa Santa, Nova Lima, Nova Serrana, Raposos, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, estamos com 2 solicitações de adesões, município de Ibituripe e Mariana considerando inclusive a tragédia ocorrida em Mariana há mais 3 anos, a vulnerabilidade e as exposições dessa política se torna muito mais fragilizada considerando a questão da economia local as pessoas perderam seus empregos e a gente sabe que o reflexo da violência ela é oriunda muitas vezes de dificuldades externas ou não, depende muito de cada caso, então Mariana entrou nesse circuito de preocupar sobre o ponto de vista não quer dizer que não preocupava mas com maior intensidade em razão do número de violência que surgiu no município nos últimos 3 anos, o consórcio tem a finalidade de fomentar, planejar, executar políticas públicas no âmbito regional em parcerias com os municípios, visando exatamente isso promover o empoderamento e a cidadania das mulheres e prevenir e enfrentar todas as formas de violências contra elas, a lei Maria da Penha ela trouxe um divisor de águas com relação a isso antes da lei Maria da Penha os senhores sabem da história da pessoa vítima que deu origem ao nome da lei então ela sofreu violência ao ponto de comprometer inclusive a sua locomoção e a partir daí houve todo esse trabalho que na verdade é oriundo disso aqui que os senhores estão fazendo que são trabalhos coletivos de representações de colegiados que conseguiram trazer a importância de discutir esse tema a ponto de virar uma lei, a lei Maria da Penha ela trouxe alguns divisores dentre que antigamente quando se fazia denúncia de agressões mal, mal se aplicava prestação de serviço à comunidade, cesta básica, o agressor era chamado na vara criminal para basicamente fazer isso ele prestava serviço durante 2 semana ou dava 5 cestas básicas mas voltava a conviver com aquela mulher e com um pouco mais de irritabilidade e descontentamento por ter sido penalizado ele descontava na mulher novamente, a lei Maria da Penha ela trouxe a prerrogativa do poder judiciário através de suas varas especializadas tratar essa política de uma maneira um pouco mais pontual dando condições para que essas mulheres possam solicitar medidas protetivas de afastamento do agressor do lar, ou fazer com que ele não se aproxime da mulher de forma que não venha a comprometer sua integridade física e na eventualidade dele efetivamente descumprir essa medida se aplica a pena de restrição de liberdade, coisa de antigamente era banalizado e a grande maioria dos agressores ele utilizava o argumento de que posso bater por que não dá em nada hoje alguma coisa está dando sob o ponto de vista ele minimamente vai ter sua liberdade comprometida, temos muitos desafios ainda os senhores sabem que a cada dia nós temos notícias de mulheres que foram vítimas de tentativas de feminicídios ou que efetivamente sofreram feminicídios e suas famílias tiveram rupturas da presença delas em razão dessa relação e a partir desta realidade que a gente tem identificado e não que o número de casos ele tenham

aumentado pelo simples fato de se ocorrer mais agressão existem 2 linhas de raciocínio, entende-se que a violência ela tenha aumentado em razão da coragem da mulher de denunciar coisas que antigamente com nossos pais e com os nossos avós não aconteciam porque elas não sabiam onde recorrer, haja vista a existência de uma legislação e de um atendimento especializado para ouvi-la então está muito relacionado a questão das notificações as mulheres não tinham onde notificar, onde denunciar e de fato nós temos também que é uma realidade que nós temos a fragilidade das relações em razão das questões financeiras em razão das questões relacionadas ao tráfico de drogas, em que a mulher ela passa a ser a primeira a ser objeto de uma reação contrária daquilo que muitas vezes o companheiro não está satisfeito cada situação, cada relação ela possui particularidades dentro dessa política se fala muito na questão feminista de desenvolvimento e fortalecimento da linha feminista mas eu como gestora e responsável pelo consórcio e pela minha experiência profissional eu acho que a coisa não é uma questão de machismo e feminismo e temos que agradecer muito as feministas que conseguiram muita coisa sob o ponto de vista do reconhecimento da mulher na sociedade mas eu acho que nós temos uma fase tanto da conjuntura nacional e internacional que nós temos que evoluir com relação a esse conceito falar de feminismo a gente tem que entender que é relação de igualdade, não importa as pessoas falam "lá vem as feministas que vão rasgar o sutiã na praça 7", isso já deu, eu acho que as conquistas que foram efetivamente alcançadas elas estão aí, nós temos que agradecer mas eu acho que agora o momento é outro nós temos que tratar a questão da violência doméstica e familiar trabalhando a questão do gênero, que muitas vezes as pessoas elas sofrem violência em razão da sua condição no caso da mulher que muitas vezes ela tem suas fragilidades, tida como uma pessoa que tem um fragilidade maior em relação ao seu companheiro e acaba sendo agredida por isso, na verdade a gente tem que trabalhar o enfrentamento da violência e combate a essa violência como um todo fazendo uma análise da figura do agressor, não dá pra gente tratar a mulher, a proteção dessa mulher sem tem o invés de preocupação desses agressores, quem são esses agressores, qual o divisor de águas que o homem ele passa a entender que a mulher pode sofrer essa violência e aí os senhores vão ver um pouquinho a frente os 6 tipos de violência que a mulher está sujeita, da Lei Maria da Penha ela não só fala de violência física como caracterização do crime, ela fala de outras violências que muitas vezes nós vivemos no nosso dia a dia e não temos noção de que estamos sendo sujeitos dessa violência temos que entender que a sociedade está evoluindo no ponto de vista das relações homo afetivas, temos que entender que o público LGBT e mais é um público que a gente precisa ter essa preocupação com relação a violência e aí entra a questão da lei de gênero a gente fazer essa análise um pouco mais pormenorizada da situação na verdade não se usa nem a palavra mais vítima, quando a gente fala "a minha vizinha foi vítima de uma violência", isso já não dá isso a gente tem que evoluir, entender que é uma pessoa que vivenciou uma circunstância de violência, uma situação de violência, a vitimização ela não nos remonta a anos muitos anteriores eu acho que nós que estamos aqui seja na condição de gestores, sejam como representante da política que a gente sabe que a questão da mulher ela tem muito viés dos direitos humanos mais ela não é possível de discutir essa política sem falar da assistência social porque um dos instrumentos que o consórcio de mulheres das gerais possui para enfrentamento dessa violência é o acolhimento, é o abrigo que é uma tipificação da assistência, então não dá para falar dessa política sem falar da política de educação que a gente precisa trabalhar as nossas crianças, mostrar para o menino que agredir uma menina não é razoável o fato dele ver o pai batendo na mãe não é normal ele não pode reproduzir isso na escola, existe uma responsabilização muito grande no ponto de vista das políticas da saúde porque o reflexo dessa violência na vida das mulheres a gente não tem noção do impacto de saúde que essas mulheres sofrem em razão dos tipo de violência não é só a violência física, o olho roxo, o dente quebrado, ou braço quebrado e sim aquela sensação que ela é um ser que está a margem de tudo não tem capacidade e aquilo é somatizado e são desenvolvido

doença em grande escala e está aí a secretaria de saúde tanto nas pesquisas, nos diagnósticos do número de mulheres que estão tendo hipertensões e desenvolvimento doenças auto imunes em razão das suas violências psíquicas, das suas agonias que muitas vezes mulheres ficam, 10, 15, 20 anos convivendo com aquele companheiro, aquele agressor e ela não tem coragem ou não está preparada para romper por causa de filho, por causa de uma série de outros fatores e aqui nós temos a violência no âmbito física que são socos, chutes, empurrões, esganaduras, tapas, violência moral que é injúria, calúnia, difamação, nós temos a violência psicológica que é humilhação, isolamento, perseguição isso tudo é questão de violência psicológica, a violência patrimonial a retenção a subtração, ocultação e destruição ainda que parcial dos bens pessoais, documentos, instrumentos de trabalho, a proibição de trabalhar e controlar o dinheiro da mulher, a gente sabe que tem muito marido controlador cadê seu salário o que você fez com ele, na verdade eu acho que a relação ela tem que ser “você me mostra o seu que eu mostro o meu” eu acho que as coisas tem que ter esse nível de igualdade ou então deixa com a mulher que ela é boa gestora, nós mulheres sabemos gerir bem, a violência sexual, constranger a mulher a ter relações sexuais, obrigar a mulher a participar de práticas sexuais contra a sua vontade, e obrigar a práticas de atos sexuais sem preservativos, e aí quando a gente fala a respeito disso as pessoas falam “isso é violência” eu confio tanto no meu marido que eu exigir que ele utilize preservativo eu vou estar questionando ou duvidando da sua fidelidade e aí eu desencadeio todo um processo de discussão que na verdade é um comprometedor dessa relação, mais é uma violência aqui nós temos o ciclo da violência, desgaste da relação que leva a violência, e logo em seguida nós temos o pedido de perdão, uma vez perdoado o agressor nós temos a reconciliação e a da após a conciliação a lua de mel, tanto os ciclos eles sempre acontecem dessa maneira isso é um posicionamento doutrinário, acadêmico, científico o que tange a questão da psicologia e a gente vivencia isso muito lá no consórcio porque o consórcio tem como eu disse um instrumento de acolhimento que se chama “casa sempre viva” é um endereço protegido em que as mulheres que fazem parte dos municípios consorciados elas procuram as suas portas de entradas seja através dos Creas regionais, sejam das delegacias especializadas onde existem e a partir daí há uma análise de risco da vida dela e essa avaliação leva a conclusão como último instrumento de proteção o acolhimento aí ela vai pra “casa sempre viva”, chegando na “casa sempre viva” a primeira coisa que a mulher é orientada é deixar o celular, ela entra e uma das regras da casa é ela guardar o celular, o celular é confiscado, é uma palavra ruim mas a gente guarda o celular dela, e para os senhores terem ideia tem mulheres que chegam com o olho roxo, com hematomas enormes no corpo e quando chegam na casa e fala que ela vai ficar sem celular ela fala aqui eu não fico porque sem o celular eu não consigo viver, e aí ela age de uma maneira banalizada, ela entende o que ela viveu não é algo tão ruim a ponto dela viver sem o celular, aí os senhores verem o que essa maquininha tem feito conosco, eu não tenho nada contra o celular não porque eu também não consigo viver sem, mas na verdade só para os senhores terem uma ideia que existem mulheres que chegam lá que foram levadas através das portas de entradas que não entendem que elas foram vítima de violência, a casa possui mas a frente os senhores vão ver, só para título de curiosidade com base nos nossos municípios consorciados quais são as portas de entrada nós temos aqui para cada um, os senhores vão ver quando os senhores receberem essa material cada município tem o seu, nós temos aqui no município de BH “Bem Vinda”, antigamente chamado de centro de apoio hoje é o centro de referência hoje mudou recentemente o nome centro de referência de atendimento à mulher, que nós temos um trabalho de orientação, acolhimento, trabalho psicossocial, orientações, essa mulher ela busca, ajuda ela se orienta e se as técnicas identificam que aquela mulher ela retornar pra casa naquele dia ela corre o risco de amanhecer morta ela é encaminhada a “casa sempre viva”, e aí é que eu entro nas modalidades de acolhimento nós temos um acolhimento dentro de uma metodologia definida que é um acolhimento emergencial que quando da constituição do consórcio ele foi criado como uma casa de passagem e a casa

acolhimento, a passagem seria o momento que ela fica durante um momento curto, hoje nós temos essa casa de passagem e a casa acolhimento no mesmo local, quando a gente fala de emergencial são as mulheres que chegam num final de semana ou feriado, então as 19:00 horas da sexta-feira sempre chega uma mulher porque os centros de referência já fecharam ou seja dos municípios ou seja de BH ela é atendida numa delegacia especializada seja de madrugada ou não e a partir da delegacia os policiais encaminham para a casa sempre viva, lá ela fica o final de semana do primeiro atendimento do primeiro dia útil e se for feriado até 96 horas e a partir daí toda uma análise de risco e avaliação é feita pelos técnicos tanto das portas de entrada quanto da equipe técnica da casa que realmente é necessário que ela fique mais tempo e nós temos a segunda modalidade de acolhimento que é de curto prazo que são até 20 dias que a mulher fica conosco ali ela tem alimentação, abrigo como um todo digamos assim e ela é recebida com seus filhos as vezes ela espera o marido sair de casa, ele a agrediu a noite inteira, e aí no outro dia ele levanta essa mulher espera ele sair pega os meninos pega o básico que ela precisa e procura um centro de referência, uma delegacia, e aí ela chega na casa e nós recebemos crianças de zero a 17 anos, e temos a terceira modalidade que é o de médio prazo que a mulher fica conosco até 90 dias e aí vocês podem me perguntar Karla, dados o prazo dos 90 dias essa mulher sai da casa? Aí é que vem o trabalho dos nossos profissionais eu estou aqui com a Luziene a nossa assistente social da casa, nós temos o atendimento psicossocial, nós temos o atendimento jurídico e durante o período que ela está conosco serão desenvolvidas inúmeras atividades tanto com ela quanto com criança para que ela junto com a equipe porque tudo é feito buscando sua autonomia, então as decisões, os encaminhamentos partem dela, junto com a equipe para que a gente pode fazer uma construção chamada de construção de saída segura, como que você pode voltar para sua vida de forma a garantir a sua integridade física sem contato com o agressor, então tem várias alternativas, ela alega que ela pode procurar os pais se eles moram fora, ela pode procurar amigos de referência, ela pode procurar por si só, eu tenho uma renda, eu vou alugar um imóvel e eu vou morar sozinha porque eu estou apta a romper, é muito difícil são poucos os casos mas existem casos de excelência, eu esqueci de comentar com os senhores eu estava no estado até março, dia 1º de abril eu assumi o consórcio, eu efetivamente entrei no dia da mentira, estou lá desde esse período e posso dizer para as senhoras e senhores surgiram casos de excelência que podem ser utilizados até como estudo de casos em que a equipe teve êxito e temos casos de reincidência, nós fizemos o encaminhamento de uma moça para o município de Mateus Leme 15 dias depois a delegacia está chegando com ela na porta do acolhimento novamente, e ela saiu da casa apta a romper não iria procurar os 15 dias que ela ficou lá ela foi encaminhada para parentes com a garantia de que no dia seguinte dela chegar ela tinha emprego numa farmácia nem na farmácia ela apareceu, ela foi direto no computador entrou na rede social, ela contactou com a cunhada, a cunhada comentou que o agressor tinha perdido o pai e ela pensou ele está fragilizado, eu vou entrar em contato com ele pra saber como ele está, restabeleceu a relação de conversa no face, e a partir daí ele pediu perdão e ele falou que aonde ela estivesse ele iria buscar, e ele pagou um uber até Mateus Leme e trouxe para casa, e ela ficou com ele naquele ciclo do perdão à lua de mel, na semana seguinte ele começou a agredi-la novamente a ponto dela procurar os nossos serviços, então existem os casos de excelência, um exemplo recente é uma senhora casada a muitos anos morando em BH foi agredida tanto fisicamente como psicologicamente, foi identificada uma violência de todos os anos, os pais são do Ceará nós conseguimos encaminhá-la para os pais e fizemos todas as orientações relacionadas as questões jurídicas porque ela tinha patrimônio, ela tinha carro, e ela precisava entrar com o processo de separação, divórcio, só não tinha filhos, mas foi um caso de sucesso porque contactamos as referências inclusive de fóruns na cidade, que é uma cidade minúscula chamada Tombinhos, bem pequenininha, mas por incrível que parece na comarca tinha fórum, nós entramos em contato com atendimento lá de proteção e ela nos deu retorno de que ela entrou com

processo lá, então são inúmeros casos eu teria que ocupa-los um pouco mais. **Soyla-CMAS Paracatu:** Karla, então eu acho que uma das principais dificuldades da gente verificar a questão da violência porque é lindo vocês tem uma rede e quando a gente parte pra nossa prática de município pequeno é a questão da violência psicológica, a mulher que vivencia a violência psicológica ela não nota eu estou te falando isso porque eu acabei de descobrir que eu sou uma pessoa que vivenciou a violência psicológica eu não sou vítima e nem serei mais, porque há quase 2 anos eu me libertei disso mas eu descobri depois de 17 anos de convivência que eu era vítima de violência psicológica, e vendo seu ciclo eu vivenciei todas as partes daquilo ali e assim quando você está dentro como uma mulher casada você fala pra outra assim, tem ciclos o casamento, tem fases ruins, vai passar, 6 meses de inferno mas vai passar é muito difícil você conseguir se libertar, na cidade pequena você vai para a delegacia e você é maltratada, na cidade pequena pegam a cópia do seu boletim de ocorrência de tudo que você falou e mostra para o seu ex marido, mostraram para o meu ex marido e ele queria me matar 2 vezes mais depois, e ele mandou cópia pra família dele inteira do boletim de ocorrência de tudo o que eu falei. **Karla:** Como que você que tivesse errada. **Soyla:** Eu era uma víbora e assim foi autorizado pelo juiz da minha comarca como a gente é assistente social ele conhece a nossa integridade e tudo e em 24 horas ele liberou pra mim mudar as chaves da casa, mas eu tinha feito muito antes, eu coloquei as roupas dele no saco de lixo e despachei. **Karla:** São as medidas protetivas. **Soyla:** Mas pensa no sofrimento, 1 hora da manhã ele saiu da minha casa, graças a Deus ele sai da minha casa porque senão a gente ia partir pra violência pelo jeito que a gente estava eu com uma criança autista eu já tinha saído pra rua, já tinha tirado um monte de coisas, e ele disse assim pra mim, eu vou embora mas eu volto, eu passei a noite inteira em claro, quando eu chego na delegacia 8 horas da manhã eu fui maltratada, então eu penso assim porque eu tenho conhecimento de causa, e chorando porque a cidade inteira passada e falava assim Soylyla você tem que acionar a secretaria de saúde, ela está lá na porta da delegacia fazendo escândalo, é tudo tão complicado, eu gostaria muito que tivesse uma rede dessa em todo o nosso estado, em municípios pequenos. **Karla:** É exatamente esse o meu objetivo aqui com vocês, nós estamos falando de uma política que já existe, a gente tem que entender que é uma política de estado e não de governo, não importa quem está à frente do poder público mas isso é uma responsabilidade social, quando você fala das dificuldades de ausência de rede, de proteção no interior é o que mais nos preocupada e aí o consórcio ele além do instrumento de proteção que é o abrigo nós também temos a linha de assessoramento e a linha de capacitação, o assessoramento é no sentido de darmos condições de orientar outros municípios à criarem consórcios ou não para que a gente possa focar nessa política, quando a gente fala de capacitação o consórcio com toda sua rede que já é consolidada nós temos profissionais de excelência na área jurídica, na área da psicologia, na área de assistência social que pode capacitar os atores que recebem esse tipo de denúncia dos municípios então nós estamos aptos a fazer, porque a responsabilidade eu entendo que ela não só está para o atendimento dos consorciados que estão ali pagamento para os custos do consórcio mas muito além disso nós temos condições de dar estruturas para quem tem vontade porque depende muito da vontade e a gente sabe que tem profissionais muito guerridos no interior que buscam fazer as vezes sozinhos entendem, identificam essa violência e que dentro das suas possibilidades tentam minimizar, a gente sabe da banalização, a gente sabe como as coisas se dá no interior inclusive a fragilidade da segurança pública embora a gente tenha evoluído muito nas capacitações dos profissionais da política militar, para vocês terem uma ideia em Belo Horizonte nós temos uma major que ela atende e fica exclusivamente para atender as demandas de violência no estado, a major Cleide, a política militar tem feito capacitações com abordagem porque quando você chama 190 o policial chega e fala puxa Dona Maria a senhora de novo? Invés de correr atrás de bandido eu estou aqui atendendo a senhora, não é possível, só essa semana foram 2 chamadas, a gente não pode não reconhecer a evolução dos profissionais porque tem profissionais mulheres designadas

para acompanhar essas demandas, por outro lado na polícia civil nós temos um sucateamento imenso, da falta de profissionais do quadro de pessoal, ausência de delegados, ausência de investigadores, temos ainda profissionais bons mas também tem aqueles que elas chega e eu vim aqui para fazer uma denúncia e ele fala assim tudo bem, assim como a senhora tem outras tantas a senhora senta e aguarda, e ela fica 8 horas aguardando, sem água sem café e com menino chorando quando ela está com menino, e aí quando ela é recebida pra fazer a intervenção da denúncia ele nem olha pra cara dela, e fala nossa a senhora ficou esse tempo todo pra falar que a senhora vive uma violência psicológica, porque pra mim é a pior delas porque é silenciosa, ele banaliza a situação que ela vive, e você acha que essa mulher vai voltar em uma delegacia? Ela não vai voltar nunca mais, ela acaba aceitando a sua situação de violação dentro do lar a ponto de não viver uma outra violação de atendimento, por isso que nós estamos fazendo trabalhos em conjunto com delegacias especializadas com as delegadas porque nós temos muitas delegadas novas, muito engajadas, e que estão com a sensibilidade a ponto de você ter liberdade de pegar o whatsapp e ligar pra titular da delegacia e falar eu estou nessa situação e o que a senhora pode fazer pra me ajudar, eu preciso fazer uma busca na casa de madrugada e é dentro do tráfego é dentro do morro, e não tem como o profissional ir lá tem como a senhora colocar um acompanhamento de um policial pra que a gente fazer isso? E aí ela faz, porque vezes a mulher só está esperando fazer a busca de seus pertences pra que ela possa sair do abrigo e recomeçar sua vida, é muito pertinente essa sua colocação, nós muitas vezes sabemos e identificamos dentro da própria família pessoas que vivem isso e que muitas vezes aquela velha máxima de que “briga entre marido e mulher não se mete a colher” eu acho que é uma responsabilidade de todos nós metermos sim porque as vezes um grito acudido num momento evita uma morte. **Arlete-Graal Brasil:** Eu já vim conhecendo o consórcio de mulheres de gerações, a gente tem até feito um diálogo com o movimento graal do brasil, eu estou falando de um modo em geral mas também trazendo a demanda do interior, nós sabemos que agora no último mapa da violência que a pesquisa foi feita pelo Ipea para os municípios com mais de 100 mil habitantes e Belo Horizonte lidera, Belo Horizonte nesse momento é a cidade que mais mata as mulheres, está na frente na lista do mapa da violência contra o feminicídio, então a gente trás alguns pontos mesmo que com todo esse trabalho enquanto governo, enquanto movimento social, se a gente vem da sociedade civil a gente percebe que até pra cuidar das mulheres a gente tem algumas atitudes que acaba que também é de opressão, uma delas é confiscar o celular, porque que confisca celular, então a gente começa por aí tirando também a liberdade dessa mulher do uso desse aparelho porque a gente supõe que ao tê-lo em mãos ela pode abrir uma porta para o agressor, a gente vai imaginando e construindo política para e não com, e um outro ponto também quando você trás a questão dos pontos da violência a gente fica sempre preocupado porque raramente aparece a violência obstétrica, mulher aqui que já pariu em hospital público eu não vou falar particular porque eu nunca passei por eles, sabe o que é fazer um parto com um médico que não te respeita, então nós temos aí a violência obstétrica porque ela é pouco dita porque ela não parece que tem que ser reconhecida e uma outra questão também que eu quero fazer nesse diálogo é de pensar assim, mulheres em situação de violência, é uma situação recorrente mas as mulheres são vítimas sim eu penso que as vezes na construção e eu penso inclusive que quando se cria conceitos a gente está pensando para o bem mas uma coisa é ser vítima e quando a situação é recorrente é vítima sim, nós precisamos trazer esses conceitos até pra gente dar conta de externar esses sentimentos e essas dores ocultas que ficam por aí matando essas mulheres que estão em depressão, estão todas em sua maioria tomando ansiolíticos, e outro ponto é a questão da inclusão produtiva porque você fica 20, você fica 30, você fica 90 e depois você vai pra onde comer o quê? E aí tem gente que fala “nossa, voltou para o cara” voltou para o cara por quê? Então são pontos que a gente precisa estar dialogando sim, nós precisamos tratar dessa pauta, ela não pode ser uma pauta pontual, ela precisa de ser uma pauta contínua, nós sabemos que aumentou

o número de violência contra as mulheres nos últimos 2 anos, nessa data de hoje comparada com o ano passado e com o ano retrasado ela aumentou 3 vezes, o município que eu moro no dia que fez 200 dias desse ano nós estivemos na delegacia nós estávamos com 221 queixas eu tenho o gráfico, então a gente vai trabalhando com a linha com que pode, e nós temos aí mulheres de 30 anos, mulheres que estudaram comigo no grupo que eu olho pra elas e elas parece que são minhas mães, e olha que eu não tenho uma vida tranquila, quando a Soyla fala que ela foi vítima de violência doméstica algum tempo eu fui por 16 anos, de hospital, de cabeça rachada, de costa arranhada, de rosto marcado de tudo isso eu posso falar sem precisar ouvir a história de ninguém e a forma como a gente é tratado não só no hospital mas em todos os equipamentos que estão em nosso serviço a gente é tratado assim, tem uma turma que dá conselho, tem uma turma do conselho que diz assim, os conselheiros nessa situação é lá nos equipamento porque tem que fazer as medidas e eles vem nos aconselhar, “volta pra sua casa, como é que você vai fazer”, eu estou voltando para virar feminicídio? Então eu vou virar estatística, antes de ontem quando eu vinha descendo aqui pra reunião, aliás ontem eu ouvi no rádio que uma mulher foi morta por aqui eu não sei onde, 15 facadas, quem mata uma pessoas com 15 facadas ele já passou para o requinto de crueldade, então essa política eu fico pensando o seguinte, tem os municípios que estão no consórcio, e o que não estão, e quem não pode pagar para estar nesse consórcio vai continuar tendo suas mulheres assassinadas? Vai continuar tendo suas jovens mulheres que não poderão alcançar a vida adulta? Eu queria parabenizar pelo consórcio, conheço a gente vive dialogando, mas a gente precisa avançar porque nós mulheres não estamos buscando igualdade, nós estamos buscando equidade, porque nós não queremos ser igual aos homens porque nós sabemos das nossas diferenças, nós precisamos é de equidade porque podemos tratar no mesmo nível, e trazer sempre a questão da violência obstétrica é preciso trazer a turma da saúde, é preciso falar para os médicos porque a gente fala com as agentes sanitárias da saúde mas elas tratam direto com a família, mas quem está no consultório, quem está lá fazendo o parto, quem está lá costurando o rosto da mulher é o médico e as vezes ele é um violador de direitos. **Karla:** Obrigada, vamos ouvir a Sandra eu quero depois ouvir porque você tocou num ponto que tem muito a contribuir nos pontos que você nos trouxe, ótima intervenção. **Sandra-**Cmas Montes Claros: Em Montes Claros nós temos uma casa de acolhimento à mulheres vítimas a violência doméstica, quero parabenizar pela apresentação, pelo consórcio, mas penso que a gente tem que avançar um pouco nessa questão, eu sempre pensei assim e continuo pensando, porque que a mulher que é vítima que tem que sair da casa, porque não é o agressor que tem que sair, a sensação que eu tenho Karla, é que a gente faz o caminho inverso, não desmerecendo o trabalho que a gente faz eu também estou lá no município a gente tem experiência de lá, mas a impressão que eu tenho eu posso estar equivocada é que sempre a gente está fazendo o caminho errado de tirar a mulher da casa, ela sai com os filhos e o agressor, o abusador ele continua na casa e para a justiça chegar até ele demora um tempo, será que a gente não teria talvez que ir com essas ações mas repensar também esse formato de tirar a mulher, de colocar a mulher numa casa de acolhida será que a gente não teria que fazer um pouco essa discussão, e a justiça ser mais eficaz de colher a denúncia e já ir atrás da pessoa, um cara que agride a mulher que bate na mulher, que espanca que deixa olho roxo que bate nas crianças esse cara não tem que estar livre não ele tem que estar na cadeia, esse formato de pensar a política pública da forma como estão pensando eu não sei eu acho que a gente tem que avançar um pouco nisso daí. **Karla:** Concordo com você, vamos responder essas 2 aqui, só para falar que a apresentação os senhores vão ver, eu vou concluir, a diferenciação de rede de enfrentamento e rede de atendimento a gente sabe que o atendimento ele é pontual e o enfrentamento é mais e eu vou disponibilizar para vocês, sobre o ponto de vista do consórcio nós vamos responder aqui e eu faço o fechamento para que os senhores possam voltar a pauta de reunião, e quero deixar claro que não estão esgotadas nenhuma discussão e muito pelo contrário e o sentido é de

provocarmos, o objetivo é esse, estamos aqui para provocar sabemos que os senhores tem esse trabalho fenomenal nos municípios sobre o ponto de vista da política de assistência entender que não se fala de proteção à mulher sem falar dessa política também. **Ivone-Cogemas:** Também assim acho que é uma iniciativa que ampliou essa discussão que era mais BH e algumas cidades da região metropolitana eu acho que o consórcio das gerais ele vem ampliar essa debate para outras cidades principalmente cidades que as vezes não tem estrutura mas a minha pergunta é como que fica a relação de um consórcio que ultrapassa as comarcas se tem alguma dificuldades por exemplo as mulheres são vítimas porque no meu foro lá tem todo um processo local se o consórcio consegue ampliar essa discussão fora da comarca. **Karla:** Eu vou apresentar a vocês a Luziene que é assistente social da casa, está lá já um tempinho, antes da minha chegada, a gente vai tentar colocar o que foi abordado e depois eu faço o fechamento. **Luziene-Consórcio:** Boa tarde a todos cumprimento a todos nós temos uma pauta aqui pra horas eu sempre gosto que quando surge muitas perguntas a gente está no caminho certo, porque da violência doméstica, falar da violência de gênero é um fenômeno muito complexo, de muita teoria eu pesquisei o assunto a 6 anos e tem hora que eu faço, gente eu não sei de nada, está tudo errado, o que deu errado, vamos voltar, mas para me apresentar eu sou assistente social da “casa sempre viva”, que é um dos projetos do consórcio mulheres das gerais e lá a gente enfrenta diversas dificuldades, primeiro pensar nesse acolhimento mulher é sempre pensar que os colegas assistentes sociais vão conseguir compreender esse fenômeno de uma forma com mais propriedade, quando a mulher ela vai para o abrigo a gente tem que pensar que está indo para uma instituição total, então assim, só dela está indo para o abrigo e aí o desmantelamento de algumas política e é difícil ouvir isso, então porque o consórcio entra nesse momento, através das portas de referência faz-se um atendimento não necessariamente para a mulher romper com a violência ela precisa ser abrigada, então os municípios que são consorciados ela é atendida por essa equipe que é uma equipe que é especializada no fenômeno da violência de gênero porque tem outras violências que a mulher sofre, nós que somos mulher aí não adianta alguns falar que limita sem ter algumas vertentes mas a gente sofre por ser mulher tem vários filósofos que vão dizer isso, mas eu estou tentando ampliar aqui umas coisas que as colegas colocam e é uma preocupação nossa também, então quando o centro de referência faz essa avaliação, faz essa escuta qualificada, identifica que se de fato ela voltar nesse momento é um possível feminicídio a gente entra em ação nesse momento e acolhe essa mulher por um curto prazo, e quem são essas mulheres que chegam lá, eu vi a colega falar do interior, mas isso é muito comum inclusive na família da gente, é muito comum quando você começa a pesquisar o telefone e elas falam: gente eu sofri violência a vida inteira e agora que eu fui descobri, então quando a mulher chega lá ela não tem ideia que ela sofreu violência, tanto quando elas chegam elas querem ir embora, tem mulheres que fisicamente estão machucadas, a gente já teve mulheres que chegou lá com tiros, com braços amputados, cicatrizes no rosto, e quando a mulher chega com esse fenômeno psicológico ela fala assim, me tira daqui porque o meu marido só me dava uns tapas, eu não fiz arroz na hora que eu tinha que fazer, o arroz queimou, então a gente está falando de um público vulnerável, que se não tem noção socialmente, a construção, não tem noção do que é uma violência, então o primeiro trabalho é trabalhar na perspectiva do atendimento humanizado, a gente sempre fala isso, a casa sempre viva não é um local que ela vai ter só um teto e vai ter minimamente os direitos fundamentais, a saúde, a assistência, a alimentação, ali os profissionais trabalham na contramão mesmo eu falo gente falta muita coisa mas se ficar divagando com o que falta a gente não vai sair do lugar, tem mulheres que saiu do abrigo de R\$300,00 com auxílio moradia mas ela saiu tão empoderada a ponto de voltar para o município e o próprio agressor passar a léguas delas de medo, então é esse o nosso trabalho, então além disso de dar um teto o nosso trabalho é fortalecer esse mulher, trabalhar com ela algumas desconstruções machistas porque a mulher ela é subjugada o tempo inteiro então a gente trabalha lá na perspectiva de gênero, e essa violência de

gênero ela vai incluir a licença obstétrica, eu estava conversando esses dias com uma amiga que voltou da licença maternidade e aí quando ela volta as colegas começam a fazer piadinha como se ela estivesse em casa, de folga, sem ter aquela rotina e aí o esposo dela é policial, nada contra é só um exemplo é porque eu gosto de ilustrar, então assim ela já estava pensando assim, eu não posso mais voltar de serviço, porque eles vão me mandar embora e as mulheres ficam falando que cada hora é um trem, e aí o marido faltou em um determinado momento para ele levar a filha no médico e sim ele está sendo como um herói nosso, ele faltou para cuidar da filha, esse cara é o cara e a mulher está lá coitada correndo, fazendo relatórios de madrugada porque não consegue fazer no serviço, então a gente está muito longe de terminar esse enfrentamento, então essa rede, eu vou tentar aqui abordar algumas coisas que foram colocadas aqui, então a gente acolhe essa mulher, a gente vai mostrar para essa mulher através de uma escuta qualificada para além da situação de violência quando a gente faz o primeiro atendimento dela que a gente consegue identificar a trajetória dessa mulher, a trajetória de vida, como que foi a sua infância, como que se dá as relações interpessoais a gente descobre que ela tem uma situação de vulnerabilidade tão grande que dificilmente ela ia conseguir identificar, então a mulher precisou ficar 8, 10, 15 anos para identificar que era uma violência, e sem a rede a mulher não vai dar conta, porque a mulher não tem muito embasamento, então a gente acolhe essas mulheres, a gente vai trabalhando com elas essa perspectiva da autonomia, e uma ampliação também porque quando a gente fala de uma violência de gênero é muito importante também trabalhar enquanto negra e representante trabalhar as intersecções também como ferramenta analítica para esse fenômeno porque uma coisa é se falar de uma violência de uma violência de mulher branca de classe média outra se falar de uma mulher negra, que veio da periferia que tem outros atravessadores, pior ainda é uma mulher lésbica então quando a Karla chega com essa proposta de ampliação porque embora muitos não me conheçam e a minha indignação embora a gente tem que se conhecer a gente tem que falar de política, a gente tem que ajudar o outro e parar com essa discurso aí, não é só queimar sutiã, quer queimar sutiã na praça, ótimo tira o sutiã e queima o sutiã e queima mas vamos fazer isso na prática essa palavra de soloridade está tão banal que assim, fica só no dicionário vão pra soloridade mas acabou o meu horário de trabalho eu vou embora se a mulher chegar aí e amanhã ela que se vira, então se a gente começa a mostrar esse trabalho, a casa sempre viva o consórcio é tão sigiloso, que assim a rede mesmo que precisava conhecer, precisava estar junto, estão indignado como a gente tem ido e as pessoas falam gente o que é isso, o que vocês estão inventando porque eu nunca ouvi falar disso, então passa de um princípio ético também independente de consórcio ou não esse final de semana a gente fez um desligamento com muito sucesso, de uma mulher que não deveria ter chegado se for olhar por questão de burocracia ela era de um município que não era consorciado mas que a gente deu todo suporte inclusive para trabalhar essas questões que é o enfrentamento então enquanto como profissional, enquanto pessoa, a gente precisa fazer essa articulação com essa rede, então a gente quer além de colher, empoderar essa mulher, que essa mulher descubra o que é de fato uma violência e muita violência é psicológica para que ela se empodere tanto a ponto de não retornar para situação de violência e uma coisa que eu vou dizer que dói ouvidos, as vezes a mulher pra precisar romper com a situação de violência ela precisa voltar para o companheiro para ela conseguir identificar que ela vai romper com essa situação porque é muito fácil a gente subjugar a mulher mais a gente não está falando do dono da padaria não, a gente está falando do cara que durante 10 anos esteve com essa mulher, é o cara que sustenta essa mulher, é o homem dessa mulher, é o pai dos filhos dela, então falar que dar para desligar esse sentimento e romper isso é muito fácil a gente precisa compreender essa situação e as vezes continuar atendendo essa mulher quando ela vai dizer pra gente assim, olha eu vou voltar para o agressor, foram poucos casos mas um dos casos como eu digo tem 4 anos que a gente está na política e esse trabalho era um trabalho muito engessado não desconstruindo a trajetória do consórcio que é uma trajetória

de muito enfrentamento e de avanços mas chega numa hora que a gente tem que ampliar, então a nossa proposta junto com a nova gestão é de ampliação de buscar parcerias para a gente conseguir dar conta e capacitar essas pessoas, tanto na saúde, nas escolas, a gente teve que fazer um projeto esses dias nas escolas porque a gente precisa começar de lá, as crianças chegam lá e os pais as mães em situação com violência, um vez eu fui fazer uma articulação com a escola pra fazer alguns encaminhamentos a gente acolhe, tem encaminhamento psicossocial, jurídico e psicológico, então um dos encaminhamentos é transferência escolar, cadastramento de bolsa família, fazer todo esse recorte da rede da assistência, a diretora falou olha, como assim, mentira ele não é esse cara, porque inclusive é só ele que vem nas reuniões, a mãe é ausente que nunca vem, nunca está presente, aí é um caso muito complexo, que a mulher estava em cárcere privado, claro que ela nunca poderia ir na escola, outro caso também é que a mãe escreve no corpo da criança, a mãe escreve no corpo da criança, a criança estava indo na creche, ela escreve um pedido de socorro então quando chega lá a professora, a educadora enfim eu não quero expor, mas pra gente saber com o que a gente está lidando, eu sou assistente social e eu vivi uma situação dessa, isso está do nosso lado, então a professora tirou a roupa quando viu aquilo assustou, chamou o conselho tutelar porque é um órgão responsável, mas ligou para o agressor e perguntou o que estava acontecendo, então assim, pensa bem a gente está falando de uma política que tem muito para construir, e se a gente ficar só no discurso a gente não vai avançar, então faz-se necessário que a gente esteja sim em todos os locais falando dessa política que ainda não é tão visibilizada também então esse é o trabalho da casa e a questão do celular que é uma grande agonia porque assistente social tem isso da ampliação dos projetinhos, então assim, tá violando então tá errado a gente tem essa visão crítica mesmo interventiva e aí quando eu cheguei eu falo como assim eu sou uma pessoa nova se eu ficar sem celular eu fico desorientada, como que a gente vai fazer então quando a gente entende o ciclo da violência, a gente entende a dinâmica que vai bater a fase da saudade, vai bater a fase da angústia, sabe aquela coisa de amizade do boteco, amiga toma meu celular que se eu beber umas você vai ligar, com elas é a mesma coisa, então vai ter um momento que a elas chegarem na delegacia, chegarem no centro de referência elas vão estar sendo o auge, na verdade o trabalho da casa sempre viva é romper com aquela situação, com aquele risco eminente, então ela sai e quebra a situação de violência, e aí ela vai retratando, quando ela está na casa que é um espaço pra mulher dormir, uma noite sem ser obrigada a fazer sexo com o marido afinal de contas porque se a mulher é negra e ela não transa com seu homem porque a gente atende muita pessoas de periferia, coitada dela, se ela não der assistência ela abre a concorrência ela tem que transar mesmo não querendo ela não pode fechar a porta do banheiro porque ela fica preocupada se ela não está violentando a filha, ou se ele não vai agredir outra, então quando a mulher chega lá e ela fala eu posso comer sem pensar nisso ela vai começando a viver esse momento, vem vários sentimentos inclusive quando tem um tempo que ela já está no abrigo ela começar a banalizar também, agora eu acho que já dá para voltar, ele deve estar arrependido, então assim, a gente faz essa proposta, vamos deixar com o celular porque é uma violação e para a instituição já é uma violação, tem que deixar claro, só que nesse momento da lua de mel da fase saudosa a mulher entrava em contato com o companheiro, e teve inclusive um companheiro que foi busca-la na porta, e se a gente pensar também nessa violência, com esse fenômeno multifacetado a gente percebe que esse homem nem sempre vai lá para agredi-la e matá-la, muitas vezes a gente encontra com ela para receber algum benefício que é específico principalmente do INSS que tem data e hora marcada o homem está lá com o buquê de flores e barra de chocolate pra mulher então é lógico que não é o João da padaria, é o amor da vida dela, ela ainda ama as vezes mas ela não gosta de apanhar, então por isso que a gente faz isso ainda com muito temor, temos muito a evoluir ainda, a gente trabalha essa consciência crítica e coletiva, uma construção coletiva com a mulher a ponto de que ela sabe que se ela ligar pra ele talvez pode dar tudo certo, mas as vezes coloca a ela e as outras mulheres em

risco então isso aí é uma dificuldade que a gente está tentando ampliar e ver quais que são as formas para tirar menos direitos possíveis delas mas a gente tem muito que avançar mas eu acho que o importante é ter boa vontade e estar na luta porque há um enfrentamento e a questão de ser vítima porque a gente trabalha que a mulher não é vítima estanque, aí eu vou falar para o jurídico, porque a mulher quando ela chega lá na delegacia e é identificada como vítima, ela tem vários encaminhamentos, ela tem várias coisas que ela consegue tipificar, enfim, linguagem jurídica, quando a gente vai trabalhar empoderamento dessa mulher e emancipação a gente não trata ela como vítima no sentido que ela é vítima estanque, então essa mulher consegue sim ser empoderada, ela consegue recomeçar e que ela não está nesse papel de coitada e sub julgada, muito pelo contrário ela está lá para se empoderar, e esse empoderamento ele acontece também além dos atendimentos, nos grupos reflexivos que ela vai entender e compreender melhor esse processo de violência e quais são as alternativas de proteção que é feita através das parcerias com centros de referência e também com a rede familiar dessa mulher. **Karla:** Só para concluir a questão da garantia de autonomia dessa mulher quando ela sai que aí é um desafio de gestão que eu trouxe para a equipe a preocupação do pós acolhimento, pós abrigo, essa mulher volta e aí, como ela vai pagar as contas, se ela chegou à conclusão que ela não quer mais morar com o agressor, e é ele que pagava, ele é o responsável pelas contas da casa, e aí eu trago como um desafio e algo que nós iniciamos a trajetória que é fazer a qualificação dessa mulher enquanto ela está abrigada, e não é aquela qualificação que nós estamos acostumados que lógico que é muito bem vindo o trabalho artesanal, mas a gente sabe que o mercado está saturado, a gente muitas vezes não tem viés de escoamento dessas mercadorias, trás uma frustração pra elas quando ela sai ela fala me disseram que fazer colcha de fuxico ganha dinheiro mas ninguém compra, é válido a gente fazer porque cada mulher tem um perfil, mas a gente tem que trabalhar para além disso, mas o que é trabalhar para além disso é nós qualificarmos essa mulher com cursos profissionalizantes exemplo que nós temos aqui, tem 4 mulheres fazendo curso no Senai de costura industrial com garantia de emprego pra uma rede, Minas Gerais é referência na moda, nós temos uma grife em BH que está fazendo esse trabalho de parceria com o Senai que agregou e deu cota de participação, de qualificação para as mulheres vítimas de violência, que após 4 meses de curso elas já saem empregadas, cursos relacionados a cuidar de idosos, é uma demanda que o mercado exige, então nós temos mulheres novas, mulheres mais velhas, que de acordo com sua facilidade a gente poder dar condições para que quando ela saia ela tenha condições de atender a demanda de mercado, a questão da informática, a questão de trabalhar às redes sociais, trabalhar email's, se ela pode fazer um acompanhamento seja ele como recepcionista, como secretária, parcerias relacionadas às grandes empresas, Magazine Luiza tem uma cota de empregos para mulheres vítimas de violência, isso é um trabalho da titular da rede ela tem desenvolvido isso, a Fiemg tem trabalhos relacionados a cotas, voltadas para vítimas de violência não é uma questão de discutir cotas, mas pelo menos há uma facilidade e uma priorização de adequação de mercado para essas mulheres, quando foi colocado aqui pela Sandra que nós estamos caminhando na contramão de que as mulheres não teria que sair da casa e sim o agressor eu concordo com você de gênero, número e grau, nós temos que entender que aquela mulher que está no abrigo ela não está sendo penalizada porque ela foi agredida aquilo é uma circunstância que a gente precisa diminuir concordo com você por isso que apertar F5 é sempre bem vindo nas atualizações da política, a construção disso ela perpassa pelo sistema de justiça nós estamos falando de MG que é um estado que a nossa justiça ela tem um viés extremamente conservador, os nossos representantes sejam nas varas do interior, sejam na primeira e segunda instância no caso de primeira instância que os nossos desembargadores são senhores com mais de 60 anos de idade que trabalham na política da mulher como algo não priorizado e ele tem muito viés de que a coisa poderia ser resolvida se ela tivesse levado em consideração que casamento é difícil mesmo, casamento não é 100% maravilhoso, que as relações entre marido e mulher tem

altos e baixos porque a concepção é conservadora, infelizmente nós estamos falando de um estado machista, nós temos estados com evoluções avançadas, e políticas muito mais desenvolvidas e fortalecidas mas não é por isso que nós não vamos deixar de fazermos a nossa parte, está sendo construído um trabalho de alteração da lei, a medida protetiva teve mudança agora em maio no sentido de que o policial quando não tem especializado ele pode acionar a medida protetiva mas é para além disso para que o homem saia da residência e não a mulher, então esse é um trabalho do conselho nacional da justiça está encaminhando através do ministério da justiça essa alteração na lei Maria da Penha, alguém quer perguntar? **Márcio Caldeira-Assprom:** É um prazer recebê-la aqui Karla, e eu fiquei muito contemplado com a sua apresentação é muito importante que eu acho que cabe também um processo de conscientização e ampliação, meu segmento aqui é de entidades, e dentro da minha entidade a gente trabalha com adolescente e com os familiares desses adolescentes, e em determinadas atividades a gente detecta sim a situação de extrema violência e a forma de como que a gente trata esse encaminhamento as vezes a gente não sabe como acionar a rede, aonde estar fazendo o direcionamento então a gente tem que pensar num ciclo desse processo, que chegue lá na ponta aonde que a gente identifica uma situação de agressão, como a gente pode pensar como tratar essa questão, é fato que entidade ela não tem que se haver com o atendimento específico porque tem um tratamento, tem uma técnica específica, tem uma série de situações, mas a gente pode tentar inviabilizar esse apontamento, porque as vezes discutindo com essas mães elas falam que não podem fazer nada e eu não quero porque ela não tem nenhuma renda, é difícil e é muito complexa como que você consegue levar essa fala, essa ação pra que essa pessoa realmente consiga sair desse universo que ela está vivenciando, então enquanto entidade que compõe essa rede, eu acredito que outras entidades também vivenciam situações como essa, seria extremamente importante a gente começar a pensar como que poderia ampliar esse leque de informação pra que essa rede realmente pudesse alcançar o objetivo, acho que é importante a gente ampliar essa capilaridade porque é lá na ponta que a coisa está acontecendo, e muitas vezes a pessoa que chega aí talvez é uma e quantas outras que não conseguem chegar e conseguir esse caminho a gente precisa reduzir esses espaços e reduzir essa distância. **Karla:** Só para responder aqui como que é alcançar a comarca, o consórcio alcançar o município à comarca, a comarca refere-se enquanto poder judiciário ou enquanto poder executivo, é essa a pergunta, por isso que eu não consegui te responder, desculpa. Poder Judiciário? Ok, o trabalho voltado para o sistema de justiça na comarca, a gente sabe que teve um avanço que quando a gente tem mais varas criminais vai sempre para a primeira sobre o ponto de vista da violência específica, a gente sabe que o magistrado quando ele atua no interior ele trabalha no geral e em todas as vertentes, ele é juiz da família, ele é juiz da fazenda, ele é juiz geral, há uma dificuldade muito grande do magistrado ter esse olhar sensibilizado para violência da mulher em si, então nós estamos fazendo um trabalhado junto com a rede de enfrentamento que ela é composta por todo o sistema de justiça de minas, o trabalho com a coordenação que trabalha todas as varas especializadas no âmbito da magistratura, Tribunal de Justiça, estamos fazendo também com a promotoria, e paralelo a isso a gente tem trazido capacitações, quando a gente vem trazendo isso porque estão sendo criadas e otimizadas capacitações para defensoria pública do interior junto com o sistema de segurança do interior e com o tribunal de justiça e ainda sim por mais que a gente faça isso a gente vai ter aquele juiz que quando ele vê uma situação de medida protetiva ele indefere e coloca lá no final e aí corre o risco daquela mulher no dia seguinte estar morta, essa sensibilização do judiciário, claro que existe aposentadorias e tem muita gente aposentando, tem muita gente nova entrando no sistema de justiça, tem muito magistrados novos mas ainda é um dos maiores desafios que nós temos para esse enfrentamento, está sendo iniciado, está caminhando à passos curtos mas ele já se iniciou, que é mais importante, a minha preocupação é chegar aqui e falar que a gente não tem esse trabalho mas ele já se iniciou, e o trabalho das representações colegiadas, dos órgãos colegiados

de cobrar, chegar e o tribunal de justiça acionar o corregedor, acionar o procurador geral, como que está sendo feito isso, como que está sendo tratado isso em tal região, é muito importante. **Soyla-Cmas Paracatu:** Porque a minha fala é casada com ele a gente não conversou nada, nem combinou não, mas sabe o que acontece, tudo que foi falado aqui a gente pensa, puxa bem que poderia ter um antídoto, porque a gente também quer que esse agressor viva, mude, lá, sei, meu também tive essa fase, de pensar, ele é o amor da minha vida, eu vou fazer isso, eu vivi com ele 17 anos, e o que me salvou o meu antídoto, foi a minha filha autista de 9 anos de idade e olhar pra mim e falar se você suporta isso, eu não, e falou pra ele eu vou chamar o conselho tutelar para você se minha mãe não ter coragem de ir para uma delegacia, e eu fui na delegacia por ela, e eu não voltei pra ele por ela, então a gente tem que fortalecer sim, vocês falaram uma coisa muito bacana, que é o atendimento a essa criança quando chega lá no atendimento, a gente tem que pensar num fluxo de atendimento essa criança também não é só fluxo de atendimento, a minha realidade é saúde, de atendimento de saúde, sou assistente de saúde, tudo é atendimento padrão e fluxo, então o que acontece, a gente tem que pensar no fluxo de atendimento à essa mulher, a esse transexual, todo vulnerável mas a gente tem que pensar também nessa criança porque provavelmente, possivelmente acredito eu como sendo mãe o nosso tocante é sempre a criança, muitas vezes essa mãe não separa por causa da criança, não é só amor não, o amor não resiste, mas a criança e de repente ela pode fortalecer essa mãe dizendo não, dá para mudar essa situação. **Karla:** Nós estávamos no mês passado com 20 mulheres e 25 crianças, é um acolhimento para mulher com público maior de crianças, temos mulheres lá com 19 anos e 3 filhos, temos mulher com 25 anos e 5 filhos, o número de mulheres novas, jovens é assustador e o público infantil é uma de nossas maiores preocupações, nós validamos a metodologia do atendimento à mulher para precisamos fazer um anexo que é um atendimento pedagógico a essas crianças que ali estão, porque elas refletem e elas reproduzem a violência dentro da casa, os educadores, principalmente no final de semana que está a criança não estão na escola, está todo mundo junto tem que ser muito criativo pra colocar as crianças em atividade o tempo inteiro porque elas reproduzem mesmo, e uma coisa assustadora é que as meninas elas muitas vezes aproximam dos meninos agredindo porque na cabeça dela homem não presta porque o menino, o coleguinha ele vai me agredir então eu vou agredir ele primeiro, isso para quem trabalha pedagogia infantil tem que ser trabalhador, priorizado na questão do atendimento e respondendo a questão do trabalho das organizações, das entidades é aí que está a proposta do consórcio sobre a nova gestão no sentido que independentemente do município foi dito, e aquela mulher que não é do município consorciado que não tem dinheiro para consorciar, porque a participação do município é através de rateio, de acordo com o número da população e o público atendido ele contribui, então nós temos o município de BH que mais tem parcelas de contribuição e o município de Raposos que tem uma contribuição pequena, anual, dividida em 3 parcelas, tem que ser aprovada a solicitação de adesão, ela se dá ao presidente do consórcio, há uma análise de viabilidade e capacidade de atendimento, é aprovada no foro dos secretários, e aí a gente encaminha um projeto de lei à câmara do município que autoriza a participação do município naquele consórcio porque ele vai gerar uma despesa para o município então a câmara tem que aprovar, e uma vez aprovada o município faz parte do consórcio apto a receber todas as atividades, quando a gente fala que a nova gestão daqueles municípios que não são assistidos não quer dizer que a gente possa ter relações de parcerias e termos de cooperação técnicas com essas organizações ou com esses municípios pra que possam serem atendidos para as questões que não só abrigo porque no caso é o abrigo é o custo, mas para capacitação e para o assessoramento, quando você me disse que na sua entidade não sabe como orientar, que se identifica violência naquela família e talvez uma abordagem pode ser orientativa nós estamos aptos a abrir o consórcio para que vocês nos visitem e que a gente possa encaminhar profissionais lá pra fazer uma capacitação com atendimento pra você e outra entidade que tenham interesse, para os senhores terem uma

ideia nós fomos chamados à dar uma capacitação para as camareiras do setor hoteleiro sul de Brasília porque as camareiras chegam com olho roxo e fraturas na omoplata e são obrigadas a trocarem os lençóis por produtividade, são tantos lençóis que elas tem que trocar durante o período e ali ela está destruída mas ela tem que trabalhar porque ela mora lá no planaltina, ela sai as 5 horas da manhã para estar no trabalho as 7 horas, e aí o setor hoteleiro identificou a necessidade de trazermos essa discussão da violência, tivemos o convite daqui de Minas para lá, e Brasília é uma excelência de rede de enfrentamento eles estão à anos luz da gente, mas ainda assim é pouco porque existem setores da sociedade que não estão sendo assistido pela rede, e eles demandaram essa capacitação para gente, como se fosse uma aglutinação desses profissionais eles terão abono do dia pra poder participar dessa qualificação, é assim que a gente dialoga, é assim que a gente constroe, é assim que a gente atualiza a política e a fortalece, a casa está passando por um processo de mudanças tanto sob ponto de vista técnico que nós estamos agregando novos profissionais, aumentando a equipe, então nós estamos com 2 educadores, diurnos e noturnos coisa que não existia anteriormente, estamos com uma equipe mais ampliada e técnica, estamos mudando de endereço que era protegido a 22 anos que deixou de ser porque hoje dependendo do local que você está se você perguntar onde é a casa das mulheres todo mundo sabe e isso é uma vulnerabilidade muito grande então nós estamos indo para um endereço protegido, estamos mudando a sede do consórcio para que as atividades sejam feitas lá e a gente proteja mais esse endereço e os trabalhos voluntários são muito bem vindos e podem ser feitos com as mulheres e crianças na sede que nós temos espaço para isso, e estamos iniciando as capacitações, agora dia 16 e 17 vai ter uma capacitação para rede que é uma das mais vulneráveis e fracas do consórcio que é Ribeirão das Neves, são 2 dias de capacitação que o consórcio está dando pra rede e pra qualquer interessado, o primeiro dia é o aspecto jurídico e no segundo o aspecto técnico, que nós convidamos pessoas que fazem parte do nosso banco de talentos, profissionais com capacidade profissional e de prática pra poder fortalecer a rede em Ribeirão das Neves, até novembro nós vamos fazer em Santa Luzia e para o ano que vem dentro da programação orçamentária que foi uma luta, uma disputa igual os senhores tem as secretarias com tesouro municipal pra que a gente possa fazer as capacitações regionalizadas, por municípios regionalizados 2 em cada semestre, e é assim que a gente consegue trocar experiências e ela está me lembrando do projeto da gente falar do agressor, eu iniciei falando que a gente tem que preocupar com as mulheres sim mas por outro lado nós temos que trabalhar o agressor, o estado de Minas Gerais tem um projeto chamado dialoga, desenvolvido pela secretaria de segurança pública que é um trabalho de roda de conversa com os agressores que são penalizados ou que passaram por aquele processo de representação, que está sendo assim uma parceria enorme porque a gente não pode fechar os olhos para o agressor, vou dar um exemplo rápido para os senhores, uma audiência no interior de Minas, o senhor Antônio foi chamado pelo juiz, “senhor Antônio o senhor está aqui porque o senhor agrediu uma pessoa, “que isso doutora, eu sou Antônio conhecido na cidade super bem relacionado, uma pessoa de respeito, eu não agredi ninguém não, a senhora tá doida, deve ser homônimo, Antônio tem em todo lugar, confere o CPF por gentileza”, o senhor não é seu Antônio casado com a senhora fulana? Pois é o senhor à agrediu, “a doutora, ela é minha mulher eu achei que fosse agredir uma mulher na rua”, para a concepção do seu Antônio agredir a mulher é normal, porque é mulher dele, é propriedade dele, e muitas vezes a violência psíquica, psicológica feita pelo agressor, quando ele controla a conta da mulher, pega o cartão de crédito dela e avalia quantos gastos que ela teve ou outras coisa relacionadas também, tem inúmeros exemplos, na concepção dele ele fala eu sou o arrimo de família, eu sou responsável, esse controle tem que ser meu, eu não entendo isso como violência ou com algo que eu esteja deixando ela vulnerabilizada e se sentindo inferiorizada, então esse trabalho de conscientização é em razão da nossa cultura, da nossa criação a gente também não pode apontar o dedo e falar que o problema está só na questão no papel do agressor e a mulher

também não pode jamais entender que o fato dela ter deixado o feijão queimar, o arroz queimar ela é culpada e ela merecia realmente levar aquele tapa porque ela não fez o negócio direito, mas quando ela deixa o arroz queimar, o feijão queimar ela já está sinalizando uma desorganização mental e essa desorganização mental é reflexo da violência psicológica e ela não está se dando conta que isso vai desenvolver o início de um processo depressivo, a questão do impacto de saúde e a questão do impacto financeiro da violência contra mulher na sociedade ela é de parâmetros jamais imaginados por nós que muitas vezes não vivenciamos isso no nosso dia a dia, então gente, nós temos pauta pra falar muito, estamos aqui para apresentar o consórcio, colocar à disposição, vou repassar a apresentação para os senhores, coloco meu telefone à disposição, para orientação, para encaminhamento jurídico, nós não temos pernas nós temos muito parceiros, nós temos defensores da ativa que estão dispostos à contribuir para isso, precisamos apenas conversar, dialogarmos e estarmos aptos a contribuirmos naquilo que nos é cabível e que nos é possível fazer dentro da nossa governabilidade, então é isso eu agradeço a oportunidade, ele me perguntou a respeito de como se consorcia eu falei rapidamente é aquela sistemática, o município solicita, nós temos um indicador dentro do estatuto que está sendo alterado que é a questão da quilometragem, há quantos quilômetros que esse município está apto a aderir é levado em consideração a questão de demanda e a questão populacional e existe uma escala de contribuição que é a parcela do município que é esse valor de rateio que ele paga em 3 parcelas durante o ano para custeio de equipe técnica e dos custos do abrigo, o valor de hoje são R\$27.000,00 por ano, as vezes nós fazemos disputa orçamentária porque antes o consórcio apresentava o orçamento em dezembro e o município aprova em agosto, setembro chegava no final de dezembro o secretário falava você perdeu porque eu já aprovei a minha lei orçamentária lá trás então eu vou repetir o orçamento porque não tem como melhorar, e aí trouxe isso como um desafio, apresentei uma proposta agora em junho para que eles levassem para avaliar, e é muito difícil a gente conseguir melhorar essa questão para além da reposição infracionária porque a conta de luz só em julho ela aumentou 11,83% este ano, gêneros alimentícios nem se fala, justamente para que a gente tenha condições de não comprometer o atendimento e trabalhar essa questão da ampliação, aí o município ele faz essa solicitação e a gente analisa e tem aquela questão de encaminhar pela aprovação do município porque é uma despesa que o município vai ter ao se consorciar, aqueles municípios que estão para além dessa questão da jurisdição seria o ideal se tivéssemos outros consórcios no Vale do Rio Doce, no Vale do Mucuri, no Triângulo Mineiro no Sul de Minas, no Jequitinhonha para que possamos ter esse atendimento e esse fortalecimento mas como a gente pode pensar, pode idealizar, não paga imposto ainda, estamos aptos à auxiliá-los se assim for, 2 ou 3 municípios que tiverem interesse por menor que seja não importa o número de pessoas mas que tenham essa violência já identificada a gente pode dar o assessoramento para isso, muito obrigada. **Rodrigo:** Conselheiros eu vou pedir para encerrar porque a Karla tem outros compromisso e nós temos uma pauta um pouco extensa ainda, eu encerro na fala da Ivone que já havia me pedido aqui. **Ivone-Cogemas:** Eu estou vivendo uma experiência em Cordisburgo, o agressor ele foi preso no domingo e ela viveu uma experiência com a mulher dele por anos e anos, depois que a gente ficou sabendo, ela também foi fazer redução, muito agressão psicológica e hoje ele estava com outra companheira e a companheira denunciou e ele foi preso, e os filhos falaram assim que ele assinava os cheques em branco para a mãe deles, como diz assim, ele nunca foi o agressor da mãe porque ele dava o cheque em branco, mas a agressão psicológica não era contada porque ele dava em branco apesar dele ter a vida dele ele dava cheque em branco para a mãe deles. **Rodrigo:** Karla agradeço, Luziene muito obrigado eu penso que nós enquanto conselho podemos contribuir com essa discussão, nós vamos discutir o PPAG agora e outros encaminhamentos, podemos contribuir com a divulgação para a região, vamos adensar nisso e pensar na modalidade de divulgação para os municípios que são da jurisdição de vocês e fomentar, as conferências estão aí para a gente fomentar esse

debate, e tensionar, contribuir com a gestão através de associações de municípios para que tentem priorizar e buscarem o suporte técnico, quem sabe esse sonho de ter um consórcio desse regionalizado se concretize até que a gente consiga então mudar o homem, muito obrigado. Bem, como a Karla disse não é para uma plenária, é pauta para um dia inteiro de trabalho ou mais, o Ceas podia até pensar em algum momento passada a conferência no próximo pleno, fazer uma roda de conversa na waiteck ou não própria conferência eu já fiz uma solicitação também para Consolação mas a gente vai fazer um vídeo sobre a população de rua mais acredito que a gente pode também trazer um painel sobre essa questão porque é inequívoco como tem crescido e ainda tem aquela lógica que o homem ajuda a mulher isso tudo são máximas, isso está arraigado na cultura da gente, por mais que tentamos fugir disso por diversas vezes quando eu falei isso a conselheira Patrícia me olhou porque a gente se relaciona em foro íntimos e com a Francielly também, e aí a grande questão é por diversas vezes eu enquanto homem estou desconstruindo isso dentro de mim, desconstruindo dentro da minha própria casa, dividir tarefa, dividir despesa, dividir choro, dividir alegria, isso se chama casamento, uma vida íntima, uma vida a 2 eu desconstruir mesmo, então vamos trazer essas questões para o debate, na próxima plenária eu pretendo apresentar o vídeo que o Cress produziu em parceria com o movimento de população de rua, eu vou trazer porque eu gostaria da autorização dos conselheiros, nem é autorização é de contribuição dos conselheiros da gente apresentar esse vídeo no início da conferência, antes dos trabalhos, são depoimentos, ficou muito bom e realmente movimentou a gente e é pra isso que a gente está aqui, então trazendo o ponto de pauta, Wilson foi mais do que pertinente a sua colocação, como sempre você tem questionamentos muito proveitosos nesse conselho, te respeito demais conselheiro, e por isso que eu pedi pra Consolação sugerir pra virar ponto de pauta e eu falei que eu ia despachar com a Rosa pra que eu pedi para ela pegasse o regimento pra que a gente debruçasse sobre a matéria e desse encaminhamento e legislasse sobre a questão se fosse necessário, vou passar para a Consolação pra ela reportar o email, vai reportar toda questão regimentar para que então os conselheiros estejam aptos a votar. **Consolação:** A lei específica de análise do Pas ela vai falar aqui na resolução do conselho, ela vai falar que na ausência do conselheiro titular é o seu suplente, o Elerson não tem suplente, então termina aí um fato e começa um omissis, indo ao regimento interno porque na resolução não vai tratar mais nada desse assunto especificamente, a resolução que trata sobre o Pas e a relatoria a gente tem as competências do conselho, e aí coloca-se compete ao presidente do Ceas sem prejuízo de outras atribuições, e aí vai colocar aqui da representação judicial, extrajudicial, que preserva submeter pauta, várias questões e decidi acerca de assuntos emergenciais quando houver impossibilidade de consulta à plenária e aos demais membros da mesa diretora ad referendum submetendo sua decisão da mesa diretora e a plenária na reunião seguinte, avaliamos que se ele tomasse uma decisão sozinho a gente começou a questionar se seria assunto emergencial, nós consideramos que não, então nós fomos no artigo 20 que compete a mesa diretora na condição de coordenadora das ações políticas administrativas do Ceas deliberar matéria ad referendum da plenária então nós juntamos, o presidente ele consulta a mesa diretora porque a mesa diretora ela tem a atribuição no regimento interno de deliberar por matéria ad referendum, a consulta não fala que é em reunião da mesa diretora, é consulta à mesa diretora, consulta essa feita por email e por um grupo instituído também de whatsapp desses conselheiros, mandado um email que foi colocado por ordem do presidente, consultamos a assessoria em relação ao fato abaixo em cumprimento ao regimento interno do conselho, principalmente o artigo 20 inciso 3º que atribui a mesa diretora à competência deliberar ad referendum da plenária, na última plenária seguindo o fluxo da resolução 318 de 2010 o conselheiro Elerson ficou responsável como relator do processo da barragem da PCH Cabui para fins de análise do plano de assistência social um dos documentos necessários para fornecimento da licença de instalação pelo Ibama, atinge 3 municípios, 2 de Minas e 1 do Rio de Janeiro, em virtude do trabalho o referido conselheiros está impossibilitado com o

prazo estipulado pela resolução que seriam 30 dias e não possui suplente, essa situação foi levada em conhecimento para o presidente que para cumprimento das normativas se prontificou em assumir o processo e teve a concordância do conselheiro Elerson, esclarecemos que tal situação é atípica e omissa em nossos ordenamentos e assim solicitamos a senhoria a apreciação do fato e manifestação pela concordância ou não de sua proposta até o próximo dia 2 de agosto, acrescentamos que na próxima plenária será sugerida alteração da resolução mencionada para situações como esta possam a ter encaminhamentos devidos e previstos, nós ainda não fizemos a solicitação à plenária de mudança porque a comissão vai ter que se debruçar de normas, conversar sobre a resolução e propor uma nova redação, então tudo o que foi feito foi respeitando o ordenamento que temos que é o regimento interno então foi seguido passo a passo e aqui nesse sentido como a mesa diretora se manifestou pela concordância do fato, dele assumir inclusive porque houve a tentativa dele fazer a visita se viria para essa plenária ou não, então para se ter a diligência tem prazo de diligência dentro da resolução, então a gente tinha que cumprir isso porque senão o conselho ele cai pela própria resolução que dispõe sobre a questão do Pas aí entra uma outra esfera que é o empreendedor que poderia entrar contra o conselho falando que nós não cumprimos o prazo em relação a análise então tudo isso foi considerado e cumprimos o disposto no regimento interno que é pra isso que existe as decisões ad referendum emergenciais inclusive então só que a ética acredito eu vou colocar essa palavra mesmo em relação do presidente ele não quis assumir como assunto emergencial sozinho porque falou eu posso consultar a mesa diretora, e a mesa diretora no artigo antes desse que é da competência dele dispõe sobre deliberar as matérias ad referendum, por isso foi feito então não houve nenhum fato que não seja considerado legal, foi tudo legal e de acordo previsto no regimento interno. **Rodrigo:** E a discussão que nós fizemos a Rosa está tentando localizar aqui não cabe ad referendum em assunto de barragem, a grande questão não é a aprovação do Pas Barragem, o que foi feito foi uma diligência para acompanhar na prática a veracidade ou não, as contradições, as lacunas deixadas no Pas, porque toda decisão alusiva ao Pas tem que ser passada em plenária, e essa diligência que ela foi feita não foi nem da aprovação e nem da desaprovação, nós detectamos diversos acúmulos em cima disso, sanadas as pendências nós vamos gerar um relatório posso fazer outra visita se for o caso, nós vamos gerar um novo relatório e este relatório vai ser submetido a plenária para sim ou não, aprovado o Pas ou não aprovado o Pas, aprovado o Pas significa então que a tramitação de licenciamento ambiental vai ser conduzida, vai fazer as tramitações necessárias e com isso também iniciar-se-á a tramitação dos projetos de intervenção sociais, o posto de atendimento e todas as outras questões. **Wilson-SEF:** Obrigado Rodrigo pelo elogio quero elogiar também o seu profissionalismo de realmente buscar uma solução mais eficaz possível para o problema, mas eu queria lembrar o seguinte que a forma com que se escolheu os relatores, no seguinte de ter um grupo de relatores ter uma sequência, garante uma aleatoriedade ao processo, o Elerson ele não quis ser relator chegou a vez dele, eu entendo na minha opinião para nos protegermos, para vocês se protegerem, para todos nós nos sintamos protegidos em relação a essa aleatoriedade, eu acho que a gente não tem que perder a relatoria para fazer a visita técnica, poderia ter pedido pra mim, pra você, pra qualquer um fazer a visita técnica e utilizar as suas conclusões na visita técnica, a gente não pode perder essa aleatoriedade e a partir do momento que a gente abre nossa legislação pra não omissão do relator, o presidente assumir a relatoria, você tira um pouco desse caráter de aleatoriedade e além disso tudo bem que eu não tenho suplente mais eu imagino que tenha outro relator na sequência, tem um que vem depois, a relatoria tinha que passar pra alguém depois dele e não para o presidente do conselho isso garante a você uma proteção jurídica de uma aleatoriedade em relação à quem é relator daquele Pas. **Rodrigo:** Wilson, mais uma vez você foi brilhante, de boas intenções o inferno está lotado, a gente tem que garantir a isenção do processo eu concordo com você que o processo ele é pensado pra essa isenção, pra essa aleatoriedade, pra essa

impessoalidade, é preceito constitucional inclusive, essa é uma questão, eu não vejo como salutar, inclusive eu vejo isso como do ponto de vista ético complicado, o conselheiro aproveitar um relatório que eu fizer, porque ele não sabe, ele não pode garantir por mais que ele confia em mim, que eu não recebi propina não, ele não pode garantir que eu me prevariquei, a minha palavra é o meu ponto de vista ético eu estou aqui e não estou a passeio, mas é fato, mas o Elerson ou qualquer conselheiro, do ponto de vista do trabalho social de assistente social isso inclusive é crime, crime ético. **Wilson-SEF:** Nós somos uma equipe, nós somos um grupo ninguém é obrigado a confiar em ninguém, mas eu tenho o direito de confiar em quem eu acho que merece a minha confiança, então assim, numa situação dessa se eu fosse o relator e você tivesse feito a visita eu assinaria suas conclusões sem medo nenhum Rodrigo, de coração, eu acho assim, a gente não é obrigado a confiar mas a gente também não é obrigado a desconfiar, nós somos uma equipe, nós somos um grupo eu só coloco essa questão, eu lembro um caso que o nosso colega Wolney, psicólogo, ele pediu vista no Pas e ele foi lá e ele teve uma contribuição sensacional e a contribuição dele foi utilizada na relatoria final, então assim, eu acho que somos uma equipe, eu acho bonito o processo de aprovação ou reprovação do Pas Barragem por causa disso, por causa dessa naturalidade, por causa da possibilidade de participação de qualquer um, porque se eu não confio no relator, se eu quiser pedir vista ir lá e rever aquilo que ele está falando eu tenho o direito de fazer isso. **Rodrigo:** De fato Wilson, nós discutimos, tomamos vários cuidados, os questionamentos eles foram feitos numa perspectiva de justamente não serem constatados pelo empreendedor, a gente tomou esses cuidados, se acertamos ou se erramos nós vamos colocar em discussão, quais as providências e decisão, a visita não se perde porque eu como presidente poderia fazer, normal, qualquer conselheiro que quiser ir, tem direito e aí agora nós temos que buscar uma forma de resolver a questão. Nós emos inscritos a Ivone, a Consolação, o Márcio e o Elerson. **Ivone-Cogemas:** Eu já senti contemplada no primeiro ponto que eu ia colocar, o que o Wilson já colocou nessa questão do próximo sorteio então ele já me contemplou, a segunda questão que eu queria colocar é que na verdade eu não compreendi muito bem, esse documento de sorteio é uma resolução do Ceas, nesta resolução a gente encontrou esta falha que o conselheiro não tem suplente, porque na verdade deveria ter suplente, segunda pergunta, o Rodrigo como presidente ele participa do sorteio também? Outra questão, ele está também na lista do sorteio, eu acho, no meu ponto de vista a visita acho que não tem nenhum empecilho de fazer, mas no meu ponto de vista entraria a resolução para a gente poder alterar a resolução do Ceas colocando suplente ou eu entendo que seria o próximo do sorteio, no meu ponto de vista eu não sei se seria dentro da resolução o próximo do sorteio. **Consolação:** Primeiro, eu vou pegar a palavra do Wilson que falou que tem que ter o agente público que é a questão do conselheiro e o servidor se assemelha na execução daquele que está posto em norma, se cabe isso que eu concordo que primeiro eu não posso fazer, passar para o próximo conselheiro que isso não se dispõe em norma, a norma só fala do suplente, segundo não se fala na resolução que outro pode fazer e assumir, tem outro vício aí que também não dispõe na norma, então isso não são saídas, a presidente cabe decisões e tudo aquilo que acontece no conselho é um prazo perdido é porque ele responde juridicamente pelo conselho, então é também prerrogativa a secretaria executiva ela tem que despachar com o presidente do conselho todas as suas ações, despacha baseando em quê? Regimento interno, essa é a nossa normativa a lei ela vai falar de suas atribuições como um todo, o regimento interno vai como a gente deve agir inclusive para atingir os objetivos do conselho é regimento interno e é pra isso que ele existe, a secretaria executiva recuperou o regimento interno e ela fez literalmente o que dispõe o regimento interno, então eu acredito que não é achar o melhor encaminhamento é o encaminhamento disposto no regimento interno foi feito, foi isso o que ocorreu, nós não fomos buscando? qual a saída legal? Saída legal é o nosso regimento interno. **Márcio Caldeira-Assprom:** Acho o que está sendo suscitado aqui é a questão da segurança para todos os conselheiros e é uma grande

oportunidade que a comissão de normas tem que ela já está em processo de revisão da resolução 318 que justamente organiza o fluxo do Pas barragem aqui, então eu acho que todos os sistemas que foram levantados aqui é uma grande oportunidade da gente inserir na resolução pra que a gente tenha essa segurança que está sendo colocada aqui então eu acho então que são tópicos extremamente importantes que são levantados que a gente tem que assimilar isso e traduzir isso no ponto de vista da nossa normatização para que a gente não tenha situações futuras e casa contexto situações como essa que foi relacionadas pelo conselheiro Elerson a gente já tem uma segurança de como tratar essas questões claramente. **Rodrigo:** Veja bem Márcio eu concordo com você acho que inclusive que nós deveremos encaminhar para a comissão de normas a título de urgência para pacificar essa questão o mais rápido possível de preferência dessa pleno ainda porque nós já temos maturidade pra isso pra não deixar para o próximo pleno, deixar as coisas mais alinhadas, então gostaria de fazer esse encaminhamento, a outra questão só reforçando o que a Consolação disse, nós não agimos na ilegalidade, não há o que dizer de ilegalidade aqui, podemos discutir se existiam decisões melhores ou outras mas ilegal não foi a tomada de decisão não foi ilegal, tem âncora em todo regimento e nas mobilizações correlatas. **Elerson- Cáritas:** E afirmar isso se houver qualquer tipo de contestação eu não vejo lacuna nenhuma no sentido das decisões que foram tomadas, eu também Wilson por exemplo assino sem olhar aquilo que o Rodrigo faz, só que eu acho que no conselho não pode ser procedimento porque essa confiança que a gente tem a gente tem nessa composição de conselho, infelizmente a gente que participa de política pública há vários anos, essa conjuntura aqui pode mudar, daqui a pouco muda a composição dos conselhos e de fato a gente não pode confiar em pareceres, porque quando se fala assim, a gente é uma equipe a gente pode confiar, depende, eu queria muito ter ido, porque a Cáritas trabalha com assessoria técnica aos atingidos das barragens das mineradoras, a gente está lidando com mineradoras, a gente sabe o desafio que é e a luta que é, e a gente sabe que tem pareceres que são comprados mesmo, a gente sabe que tem conselhos por aí, a gente está lutando com comunidades quilombolas em relação à mineração e as coisas são muito difíceis, então foi excelente os procedimentos que eles relataram aqui, as ações que foram tomadas, as recomendações que foram faladas, endosso em gênero, número e grau. **Wilson-SEF:** Comunicação gente, é o que as pessoas entendem e não o que elas queriam dizer, então assim, entendo que a falha foi minha, quando você faz um relatório você leva em consideração todo Pas barragem, você lê o Pas barragem, você pode fazer uma diligência ou não, um colega pode fazer você vai ler a diligência dele ou não, então quando eu falo que assinaria quando eu entendo que a visita dele foi perdida e se eu fosse o relator eu levaria em consideração a diligência dele na hora de elaborar a minha relatoria e concordaria com ele foi isso que eu quis dizer eu não quis dizer o que a Consolação falou que um faz e outro assina, não foi isso que eu quis dizer, eu quis dizer que uma pessoa faria levando em consideração a diligência que o outro fez, nem pode, como que eu vou colocar uma pessoa pra fazer pra mim e eu assinar mas eu posso fazer levando em consideração a visita que ele fez, e se tem inclusive exemplo o caso da barragem que eu não me lembro o nome do relator, o Wolney pediu vista, foi lá, trouxe o resultado da diligência dele e o relator levou aquilo em consideração então uma coisa não inviabiliza a outra eu não estou falando pra um fazer e o outro assinar, eu estou falando que o fato de você não ter tido condições de fazer a diligência não te impede de ser o relator e agora eu acho assim que nessa mudança, concordo o que você está me falando, eu acredito no julgamento de vocês em relação a legislação o fato de ter trocado a relatoria do Elerson pelo Rodrigo pelo o que eu entendi legalmente ela está amparada, perfeita, vamos fazer assim, estamos pensando agora na possibilidade de mudar a resolução pra ficar uma coisa bem definida e eu estou deixando minha opinião registrada que eu acho que não deveria ser dessa forma, que o próximo relator deveria ser o da sequência do sorteio. **Rodrigo:** Em discussão ainda conselheiros, mais algum comentário, mais alguma questão, algum apontamento, então nós temos que pensar, porque foram especuladas várias questões

mas não foi dado nenhum encaminhamento, efetivamente nenhum encaminhamento surgiu, só tem o encaminhamento que a Consolação deu, que é o encaminhamento que eu permanece como relator ou se nós vamos investir no próximo da lista que é a Janaína, a próxima Arlete, a próxima Ivone, como relatores se nós vamos seguir a lista de indicação, como a Janaína não está aqui. **Consolação:** Gente, nós estamos falando de processo legal, isso agora, o Márcio falou isso vai ser tomado pela comissão de normas, analisar e rever a resolução, passar para o próximo relator não está como uma possibilidade nessa situação por isso que foi feito outro encaminhamento, o que tem que ser posto aqui no primeiro momento em votação o que foi feito, esse é o encaminhamento, a aprovação, porque fala assim nós não aprovamos o ad referendum da mesa diretora, aí sim tem que saber o que vai acontecer, mas a primeira questão é a aprovação do ad referendum, porque senão houve uma decisão e essa decisão é que tem que vir aqui agora para votação. **Rodrigo:** Obrigado pelo esclarecimento Consolação, entenderam conselheiros, então ao aprovar ad referendum nós estamos dizendo que o processo permanece com a presidência com o conselheiro Rodrigo, nem é como presidente, não é o cargo, não é a função é com o conselheiro, eu saio lá de onde eu estou que acho que sou um dos últimos da fila e passo a ser o relator do processo, ok, então os conselheiros que aprovam a decisão da mesa diretora, ad referendum, passando a relatoria para o conselheiro Rodrigo, contrários, abstenções, então aprovado por unanimidade. Obrigado conselheiros, o próximo ponto de pauta será a questão do relato da comissão da conferência e a minuta de resolução, que está bem tranquilo. **Consolação:** Relato então da comissão vou resumir tá gente, ontem a comissão organizadora se reuniu primeiro ponto a gente assentou com a assessoria de comunicação da Sedese e foi colocado pra ela a necessidade de fazer a pauta e nomear para as conferências regionais, então a Mariana vai fazer as minutas e vai passar para o conselho para a aprovação, ficou definido ontem pela comissão que já foi tratado aqui outras vezes, que a mesa de composição das conferências regionais, é o conselho estadual, a Sedese, o município sede, e aí depende quem vai subir, dependendo de quem vai estiver presente, então presidente do conselho, prefeito e secretário municipal e Urcmas e aonde não tiver Urcmas com certeza o presidente do conselho municipal, então essa é a referência, registro de autoridades será feito mas as autoridades, deputados e tal não subirão a mesa, porque nós teremos só um dia de conferência, nós estamos com um prazo curto pra isso e o representante local do espaço cedido também se ele quiser ter a palavra porque foi solicitado em Coronel Fabriciano um pequeno vídeo sobre a instituição que está cedendo o espaço, nós vamos solicitar cerimonialistas dos municípios, as artes, depois a gente passou a questão da divulgação das conferências regionais ela vai ser iniciada pela assessoria de comunicação em 15 de setembro, vão divulgar em rádio, gravar vídeos foi sugerido vídeo com o presidente do conselho, falar sobre a representação e representatividade para escolha dos delegados nas conferências regionais, quem é esse que está vindo como trabalhador, como trabalhador, como usuários, como entidades, fazer vídeo com o representante que ainda vai ser escolhido quem é representante né Isac, representante de usuários você, Cecília, quem tiver como representante depois vai ver quem vai gravar esse vídeo, 1 representante do trabalhador, 1 representante de entidades, da Sedese ficou a Janaína e a secretária e aí vão ser feitos também roteiros de fala sobre isso, ainda não vai ser desenvolvido a arte para os crachás da conferência estadual, fundo de palco e do certificado que vai ser eletrônico que vai ser gerado eletronicamente para redução de custo inclusive, em relação às conferências municipais recebemos uma solicitação do município de Bom Repouso pedindo uma dilatação de prazo para conferência e foi concedido que está sendo o prazo para realização das conferências municipais até 15 de setembro e a inserção no sistema dos dados até 23 de setembro então a comissão decidiu e está sendo encaminhado também que poderia estender o prazo até dia 19 com essa condicionante de inserir os dados que é até dia 23 porque a gente sabe da dificuldade dos municípios em realizar as conferências, vamos continuar recebendo as demandas que estão chegando o tempo inteiro vamos continuar repassando

aos conselheiros solicitando e verificando a possibilidade de estar representando as conferências municipais e também os parceiros quando os conselheiros não puder ir, e a Sedese vai apoiar também nessa participação, vai verificar internamente se tem técnicos que podem estar fortalecendo o atendimento a essas participações, em relação às conferências regionais foi comunicado que os crachás estão prontos, os banners foram solicitados para a assessoria de comunicação a gente ainda não tem resposta porque o banner é feito em uma outra secretaria e essa questão para o início, liberação de recurso a gente ainda não tem uma resposta definitiva, a gente colocou que alguns parceiros, curso de espaço da conferência de Divinópolis, que foi R\$600,00 tivemos o apoio do Sindprev já foi feito o depósito e encaminhamento ao local, o custo do espaço da conferência de Araçuaí teve apoio da Prefeitura Municipal de Araçuaí que também pagou pelo espaço, fez o aluguel, Amans ela intermediou a seção de espaço junto à OAB para conferência regional de Montes Claros, os demais locais tiveram o apoio das diretorias regionais da Sedese e do próprio Ceas, o intérprete de línguas para as conferências regionais e estadual a nossa conselheira Eleniudes ela intermediou junto a Feneis então a gente conseguiu também esse apoio, cadeira de rodas para as conferências regionais e estaduais apoio da Federação das Apae's, 4.000 canetas apoio da Assprom e da Fetaemg, pastas e blocos também foram solicitados a Fetaemg mas a gente ainda não tem o retorno disso mas há uma possibilidade da gente ainda conseguir, foi discutido sobre apresentação do Ceas e da Sedese, do Ceas o conteúdo foi colocado como que o conselho vai fazer a prestação de contas, vai contar as deliberações da conferência de 2017, falar da participação social e do controle social que seria o ato de conferir e incentivar para dar essa continuidade, a Sedese ela tem como diretrizes o conteúdo dela dados para o tema em relação ao tema da conferência, perspectiva geral sobre essa questão da assistência, como se dá assistência via subsecretaria, e a realidade das diretorias regionais cada uma com 40 minutos seria 45 minutos mas por causa do tempo vamos tentar fazer em 40 minutos para sobrar porque a gente sabe que a gente vai ter que adequar um pouco nas regionais, foi solicitado apoio os conselhos municipais dos municípios sede, 3 administrativos para compor, para ajudar na questão logística das conferências, almoço também TR já foi encaminhado pra o almoço nas conferências, nós temos um horário um pouco diferenciado na conferência de Coronel Fabriciano que é de Timóteo que a Unileste libera de 8:30 às 12:00 e 13:30 e 18:00 e ela fecha nesse intervalo, então a gente vai ter que seguir isso, no que se refere a conferência de Juiz de Fora tivemos também a previsão geral é de 700 pessoas no entanto o único espaço que a gente conseguiu porque conseguiu o espaço mas a gente não conseguiu o apoio de 700 cadeiras então teve que rever isso o único espaço conseguido completo é para 500 pessoas como foi colocado que as vezes vai cair um pouco esse número a participação esse local de 500 pessoas pode ser complementado de umas 50 cadeiras então a gente está achando que dá e tivemos que tomar a decisão, é um risco mas vamos contar pela falta como que a gente está contando com o apoio dessas entidades e órgãos, nós vamos apresentar daqui a pouco também a questão da escala de participação foi discutido sobre isso para a secretaria executiva fazer o lançamento da necessidade do quantitativo de pessoas para apoiar cada regional de acordo com o número de participantes então a gente vai fazer isso para definir quantas pessoas que a gente vai precisar lá na regional da Sedese para ver como que a gente vai compor, conselheiros aqui se colocaram à disposição para estar apoiando inclusive isso a gente vai encaminhar ofícios para as entidades, para as prefeituras à liberação desses conselheiros para que possam apoiar mais as conferências regionais, nós vamos encaminhar passo a passo de realização das conferências para todo mundo e nós vamos fazer uma capacitação com todas essas pessoas que vão trabalhar a gente vai tentar fazer essa capacitação virtual usando a vídeo conferência para conversar com todo mundo, mandando o passo a passo do que cada um tem que fazer, já determinar a competência de cada um e os locais se a gente puder chegar um pouco mais cedo porque a gente vai tentar fazer reuniões locais, nós vamos tentar fazer tudo isso para êxito das conferências municipais, foi levantado a

necessidade de se ter lanche nas regionais o que não foi previsto um coffee break na parte da manhã, o lanche de recebimento, que não foi previsto, a gente encaminhou ao TR a questão do orçamento tudo sem essa questão do lanche, então tiramos de um encaminhamento agora da gente buscar parcerias pra gente conseguir o lanche à todas as regionais, e aí já vai ser encaminhado ofício a Amam, a AMM, Associação dos municípios do Vale do Aço solicitando apoio, hoje inclusive saiu também que tem associação dos supermercados, tem outros órgãos nós estamos levantando e já vamos começar já na segunda feira o a nossa maratona em relação à esse apoio para que a gente possa garantir o lanche nas regionais então nós vamos nos empenhar com todos os parceiros para que a gente possa conseguir esse lanche, foi tirado o grupo de referência para pontuar os dados das conferências regionais que a gente tem uma estimativa de 5.118 propostas, 2.559 do estado e 2.559 para a união e aí ficou que um grupo menor seria mais interessante para fazer porque não adianta ter tantas pessoas porque nós discutimos um pouco a metodologia dessa compilação e aí chegou-se que a Marta vai ser coordenadora, a conselheira Marta, Patrícia, Helder, Francielly, Sandra, Luanda e Juanita são conselheiros da relatoria, não está fechado e se algum outro conselheiro se sentir à vontade e falar que quer participar desse grupo logicamente é bem vindo, a Sedese também vai participar dessa compilação e a pessoa de referência é a Gabriele que vai também separar e repassar isso aos técnicos que ela vai ter levantando e verificando junto à Subas e a referência da secretaria executiva para passar material, também contribuir com essa questão do compilado considerando que nós vamos estar viajando nas regionais vai ser Aldemira que vai ser a referência, eu vou terminar só do relato porque tem um quadro que seria pra gente tirar aqui os conselheiros que vão apoiar as regionais, eu só vou concluir presidente porque eu acho que fica um pouco melhor, a gente passou uns aspectos das conferências regionais eu vou passar para todo mundo, só falando o que vai ser a mesa, o que vai ter só algumas orientações, à conferência estadual o termo de referência a gente passou hoje para conhecimento de todas as comissões então acredito que amanhã no relato das comissões a gente vai ter um retorno disso, não vou antecipar nada em relação à isso, as apresentações que o Ceas vai fazer, e como que a gente vai fazer e das mesas temáticas foi colocado que depende inclusive do copilado regional, e já vai estar iniciando o conteúdo prévio de textos, alguma coisa para fazer a introdução então a gente vai começar a trabalhar nessa perspectiva, já foi encaminhado o convite a professora Eleonora que é a que vai fazer a palestra já passou por aqui e foi aprovado aceitou o convite e pra relatoria pra elaboração dos anais da conferência foi solicitado a gente já caminhou ofício à assembleia legislativa porque eles estão fazendo inclusive esse apoio né João à conferência da criança e adolescente e eu fiquei sabendo de quem que vai fazer a relatoria é a assembleia então a gente está fazendo o pedido também para apoiar à nossa conferência pra fazer isso. **Rodrigo:** João e depois Irajá, em discussão viu conselheiros. **João:** É porque assim, eu acho que a gente está aqui discutindo a questão da realização da conferência estadual mas a gente falou muito das territoriais ou regionalizadas mais quando chega para conferência estadual eu estou tentando olhar aqui na pauta, a gente está falando da conferência estadual mas eu não sei se é duplamente ou concomitantemente vai haver eleição aí eu queria saber o seguinte, quando é que nós vamos falar da eleição porque ela acontece na conferência. **Rodrigo:** João, pauta de amanhã, processo de eleição do Ceas, minuta de resolução, está para amanhã. **Irajá:** Eu também tenho uma dúvida que eu queria tirar com a secretaria executiva se já está sendo impresso todos os proventos, crachá e a opinião que eu olhando o crachá que vocês me passaram aqui agora, eu sou leigo em algarismo romano e não entendi e perguntei a minha companheira aqui, eu perguntei o que significava por que é a 13ª, porque não colocou números além de algarismo romanos, porque nós vamos estar trabalhando dentro da conferência não só com pessoas que entende mas com pessoas que também não entende então eu quero saber porque em vez de colocar algarismo romano colocar números pra ficar com facilidade para as pessoas entenderem. **Rodrigo:** Irajá primeiro com

relação às peças gráficas, vai ser apresentado, a comissão avaliar, fundo de palco, banner vai ser apresentado amanhã? Não está pronto? Então me perdoa, então a agente de comunicação da Sedese está fazendo e vai apresentar para a comissão uma minuta, então assim que tiver tudo pronto, tudo encaminhado da estadual vai encaminhar para os conselheiros para esse pleno para aprovação, vai caber sugestão, nada impede da gente já mandar para os conselheiros o que está sendo pensado, não tem problema nenhum isso, nós estamos tentando manter o mais limpo e mais imparcial possível, tem uma discussão com relação aos banners da regional ter conferência regional, a comunicação está tentando esse banner, o fundo de palco foi dado uma sugestão de ser só o nome do conselho estadual não fazer menção ao número de conferência, nada disso para que sirva para outros momentos, parar de fazer peças gráficas que só serve para aquele momento e depois vira lixo, pela questão ambiental e em respeito ao dinheiro público, essa é a primeira questão, então nós estamos tomando esses cuidados de não ter slogan de partido, nada disso, ter a identidade visual do Suas e do Suas de Minas, com relação ao crachá eu concordo com você com relação a numeração romana, não é a melhor forma de comunicação e digo isso com muita propriedade para todo mundo, jornalista e comunicador social só que esse crachá já está impresso e pago com o dinheiro da Consolação, a Consolação pagou o papel, a impressão e o corte porque a conferência não tem dinheiro, esse barbante é da Sedese e a secretaria executiva amarrou um a um, está pronto para as regionais, agora podemos mudar para a estadual para regional eu acho covardia a gente perder o que está aqui, agora para a estadual eu acho possível pensar numa possibilidade. **Wilson-SEF:** No português formal todo tipo de evento usa-se algarismo romano isso é uma regra do nosso português, é norma, não mudou presidente para presidenta, se cada grupo quiser mudar alguma coisa é complicado eu estou falando que no português formar se usa algarismo romano para se numerar eventos. **Rodrigo:** Esse norma que você está se referindo é o manual de redação da presidência da república? Podemos consultar, agora independente de ser o manual a norma oficial na peça gráfica não há impeditivo, não é uma determinação que seja romana não, o manual é a norma culta, a norma oficial de escrita, não é um imperativo que seja assim, porque se fosse assim nós Chico Bento de Minas Gerais estarmos ferrado, então esse é o primeiro problema, nós vai, nós foi e aí danou-se, mas coloco em discussão a questão da gente aproveitar o material custeado com recursos próprios da Consolação para as conferências regionais e na conferência estadual a gente pensar em mudar. **Irajá:** Eu peço desculpas aos demais conselheiros pela minha ignorância como se trata de comunidades tradicionais eu não estou fazendo só da comunidades de povos indígenas eu estou falando também de outros povos a gente se lida com pessoas que realmente não tem conhecimento de algarismos romanos, então eu vejo por esse lado isso não quer dizer que vai deixar os algarismos romanos mas na minha opinião como conselheiro seria melhor colocar números do que deixar algarismo romano porque vai trabalhar com todo tipo de pessoa, pessoa que estudou, pessoa analfabeta, então pra mim falar a língua do povo pode é dizer tudo. **Rodrigo:** Então Irajá a proposta pode ser esta da gente manter para a conferência regional e a gente altera para a conferência estadual. **Irajá:** Concordo. **Wilson-SEF:** Irajá todos nós somos inteligente e ignorante relacionado a determinadas coisas, nós estamos aqui junto para aprender uns com os outros, não existe ninguém ignorante e ninguém inteligente, nós somos inteligente em relação a algumas coisas e somos ignorantes em relação a outras eu tenho certeza que você é inteligente em relação a uma infinidade de coisas para quais eu sou ignorante e vice versa. **Rodrigo:** Irajá fala 2 línguas. **Wilson-SEF:** Pois é não é de se falar quem é mais inteligente, são inteligência e ignorância de cada um, agora, eu acho que a gente tem que aproveitar as oportunidades de aprender uns com os outros se a pessoa não ver algarismo romano na conferência ela vai ver em outros lugares, nós vamos deixar ela permanecer na ignorância, vamos ensinar pra ela que no algarismo romano, o x representa 10, o l representa 1, a gente não pode se abster, permanecer essas oportunidades de

aprender uns com os outros eu acho que vai ter pessoas que não sabem, desculpa eu sei que é uma coisa simples, boba, que não valia a pena nem estar se discutindo vamos colocar o número e pronto, mais eu acho que isso vai além, assim como eu estou plenamente disposto a aprender com você, acho que todos nós queremos aprender uns com os outros. **Rodrigo:** Nós temos escritos Patrícia e Francielly encerrando essa discussão na Francielly e eu vou colocar em votação se permanece como está ou se vai para a estadual, alterar para a estadual, não confundi não, o encaminhamento é mantenha na regional e altera na estadual e o outro encaminhamento é permanece em romano, que é isso que eu estou entendendo que está sendo discutido. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Eu peço desculpas aos conselheiros porque eu não pude participar da comissão organizadora da conferência ontem e eu tive conhecimento agora de que a Consolação custeou os crachás, agradeço e parabeno a iniciativa, mas muito me preocupa isso, nós estarmos fazendo uma conferência que sequer ter orçamento para os crachás, eu não estava entendendo isso, eu sempre estou presente nas reuniões, participativa, prestando atenção, mas eu não sei aonde foi que eu não percebi que a gente não tem dinheiro sequer para o crachá e agora pelo relato da Consolação também eu estou entendendo que não vai ter recurso para o café da manhã, a conferência regional para a região metropolitana por exemplo são 40 municípios, então é distante tem usuários que vai acordar às 4 horas da manhã para pegar o carro no município às 5 horas da manhã para chegar às 8 horas, são 3 horas de viagem, para almoçar 12:00 ou 12:30 horas isso se a programação não atrasar, eu estou querendo entender se isso ainda é viável de modificar pra gente poder garantir isso, entender quando que eu não percebi isso porque a gente o tempo todo deliberou aqui eu estou querendo externalizar isso que eu estou muito chocada, não apenas só pelo café da manhã mas também pelo próprio crachá, um funcionário ter que tirar dinheiro do próprio bolso pra poder pagar um crachá que é uma coisa tão básica. **Rodrigo:** Francielly e o conselheiro Elerson está pedindo, vamos fechar. **Francielly-FMT:** Eu queria falar o seguinte, eu faço minha das palavras da Patrícia, concordo plenamente com a Patrícia porque quando foi colocado que o recurso ele deveria se diminuir, que a gente teria que diminuir a despesa para as conferências eu não imaginei que fosse ser cortado o básico eu não imaginei que a gente teria que defender o básico, eu não imaginei que a gente teria que defender humanidade, então assim, eu realmente saí ontem daqui do Ceas me questionando de que quando foi que eu me perdi nessa discussão, porque eu achei que a discussão era no âmbito assim, vai ter o lanche então como que a gente pode proporcionar um lanche de qualidade mais um lanche acessível dentro do orçamento eu não imaginei que teria a discussão nessa graduação e em relação ao número do crachá eu acho que tem que ter sinceridade, a gente preza muito pela verdade, porque foi colocado algarismo romano, gestão, fala pra gente, não sei porque é uma norma, eu não sei se alguém me perguntar enquanto conselheira do Ceas porque me perguntar o porquê foi colocado algarismo romano porque eu não sei alguém aqui sabe a justificativa, então se tiver eu gostaria de ouvir porque eu não sei. **Rodrigo:** Elerson depois você pode esclarecer assim como a Consolação porque a gestão foi acionada eu estou entender que você vai falar enquanto gestão. **Francielly:** Por fato de esclarecimento, eu não quero discussão e nem debate eu quero esclarecimento como gestão se não tiver ninguém para responder como gestão o porquê da decisão, obrigado, mas eu não estou colocando a questão para debate ideológico, eu pedi um esclarecimento porquê foi colocado em algarismo romano. **Rodrigo:** Depois eu vou passar para a Consolação e se você Cristiano for falar enquanto Gestão, ok. **Elerson-Cáritas:** Desde do início da plenária a gente está conversando e a gente estava nessa de fala ou não fala, porque eu também tive consciência disso hoje então é mais para manifestar a indignação porque a gente não pode deixar passar presidente, porque na comissão de política foi dito que até o café que a gente toma aqui é muitas vezes custeado pelos servidores da secretaria executiva, essa é uma informação que de fato eu não sabia e então por exemplo nós enquanto conselheiros também, nós enquanto entidades se for o caso vamos colaborar porque uma coisa é você

ter um dinheiro que por exemplo vem do estado e só dar pra dar o café agora o servidor pessoalmente ele está tirando o dinheiro dele para nos dar o café eu me sinto na obrigação de também colaborar, isso não precisa ser universal, e você Rodrigo como presidente você possa puxar um pouco isso, a conversa que se fala é até lâmpada que muitas vezes que se quebra, uma pergunta que eu queria fazer no ponto de vista legal é responsabilidade por exemplo do estado custear com toda a conferência em tudo isso que foi colocado no sentido que está sendo pedido parceria por exemplo custear caneta, a previsão legal é pra que tudo isso seja custeado pelo estado e não está feito agora ou não? porque se tiver responsabilidade legal a gente pensa em fazer outro encaminhamento. **Rodrigo:** Estão para fazer esclarecimentos, Consolação, Helder, Joana. **Consolação:** primeiro quando a gente começou a falar da realização da conferência aqui foi apresentado na resolução um quantitativo que seriam 2 municípios de porte I, 2 municípios de porte II, naquele momento a gente começou falar do recurso que tinha para a conferência, foi solicitado o aumento da participação e aí foi defendido porque não pode aumentar a participação, o custo da conferência regional ele é mínimo, tá gravado foi colocado isso, porque a gente não pode aumentar, o estado não vai custear a hospedagem dessas pessoas, o que se custeava disso, o almoço, o local, então desde o início foi colocado que a falta de recurso que a gente tinha que repensar o modelo e que tinha R\$450.000,00 para gente realizar toda a questão das conferências, isso foi colocado desde do início é só pegar e escutar, foi deliberado, foi colocado como proposta na parte da manhã pra gente analisar a possibilidade de aumentar a participação porque seria bom para todo mundo, para as entidades terem uma participação maior, os trabalhadores, o usuário ter garantido, ter uma disputa para a sociedade civil pra poder estar na conferência regional, foi me delegado naquele momento que eu fizesse a apresentação do recurso, quanto seria isso, porque aquele recurso que estava previsto para as conferências regionais se a gente poderia adequá-lo para que pudesse ocorrer o aumento da participação, isso está lá infelizmente as atas a gente não está ainda com todas transcritas mas assim, está em áudio a gente pode escutar, eu fiquei eu estava no horário de almoço eu fiz a proposta e apresentei um quadro aqui, no quadro não tinha crachá e com isso aqui que era o mínimo que era o intérprete de libras, cadeira de rodas, que era o almoço a gente chegou e conseguiu fechar em R\$100.00,00 para a conferência regional, depois disso então já não tinha naquele momento, foi discutido aqui a Ivone levantou que um lanchinho, o lanche é importante e foi debatido que o almoço seria mais significativo a gente colocou o que estava aí naquele momento foi aquele orçamento, não foi falando que passou, eu apresentei aquilo que eu consegui fazer em relação a isso, se a gente tem pouco recurso Elerson, a gente começa realmente a tentar ver parcerias, tentar com que a conferência na sua melhor maneira caiba, e eu tenho alguma experiência em relação às conferências então eu pensei a gente precisa economizar na regional se a gente conseguir mais parceiros, para que a gente tenha um recurso maior para a organização da estadual porque ela demanda inclusive um outro tipo de organização então por isso a busca de parcerias começaram, o que a gente poderia, na Feneis tem intérprete lá vai ser X, inclusive não é comum a Feneis fazer esse tipo de patrocínio/parceria porque eles entendem que a valorização do intérprete ele tem que se dá inclusive pelo reconhecimento formal do pagamento, mas ela entendeu o momento, e pensou que também era uma oportunidade legal de estar divulgando o serviço falar do intérprete e dar apoio, e a Federação das Apae's idem e aí gente conseguiu, nós temos um orçamento que é pequeno para fechar isso, então por isso que foi fechado nós conseguimos essas parcerias e conseguimos fechar um termo de referência só para vocês terem uma ideia só o almoço em orçamento está R\$120.000,00 o mais barato para todas as regionais e isso para gente pagar o almoço para a sociedade civil, então na hora que coloca esses custos, a gente buscou esses orçamento a gente conseguiu equacionar para ter a questão do almoço, com o levantamento de ontem, essa chamada, então nós passamos desse ponto e nós temos agora que é o significativo que a Francielly levantou e a Sandra falou que inclusive que teve a moção de município teve uma série de questões levantadas

ontem, nós vamos fazer uma força tarefa pra que a gente consiga apoio também para esse lanche não considero a matéria vencida eu acho que é matéria que a gente conseguiu todo esses apoio até agora, e eu acredito que a gente vai conseguir juntos apoio para que a gente tenha esse lanche e aí não é uma questão de não tê-lo mas de tê-lo mas também da forma que hoje a gente tenha a questão de orçamento, TR inclusive da regional ele já foi esse encaminhamento, pode não ter ficado tão claro mas foi falado eu acho que as vezes naquele momento a gente quer tanto realizar, eu falo por mim, tem tanto compromisso com a conferência que a gente deixa algumas coisas que não poderia ter sido deixadas para trás, o crachá é o mínimo não quero que seja pauta, eu tenho 54 anos e participei de todas as conferências, apoiar uma conferência pra mim não é benemérito é mérito de estar construindo junto. **Cristiano-Sedese:** Vou ser bem rápido, na verdade eu não vou nem defender a gestão, a questão é assim, eu vou falar como trabalhador da gestão depois de ouvir a fala do Irajá que colocou argumentos muitos legais, sensível a toda essa questão e depois Wilson que colocou outros argumentos, acho que a gente tem que tomar certos cuidados porque a gente vai levar para um lado é um lado meio perigoso, lado ideológico, você colocou em dúvida, e a gente precisa tomar muito cuidado não tem ninguém bobo aqui, somos todos adultos, maduros, trabalhadores também e eu falo como trabalhador se a gente for levar para esse lado à discussão vai virar um tororó, porque aí vão entrar várias outras questões, eu falo como técnico, trabalhador do Suas já muitos anos eu vim pra cá e não precisava ter vindo tive um dia cheio, saí de lá 5 horas da tarde e fiz questão de vim, então assim, vamos tomar cuidado porque a gente tem feito esforço e aí eu falo sem defesa porque temos feito um esforço grande de tratar a gestão, entidades e todos os representantes aqui de tratar as coisas com muita transparência eu tenho observado isso, então assim esse caminho é um caminho legal, que é caminho da discussão, do debate legal, sério, técnico, com argumentos que fazem sentido porque se a gente for levar para outro lado vai levar para um caminho complicado. **Joana-Sedese:** Eu faço minha as palavras do Cristiano, se forem pesquisar a conferência em defesa do Suas da seguridade social sobre a conferência nacional de assistência social de 2019 ela está escrita em algarismos romanos então pelo próprio Cress porque esse é um padrão que é utilizado normalmente se for trocar é um padrão que se procurar na internet, no google, todas vem escrita em algarismo romano, então não tem nada a ver com ideologia, não tem nada a ver no que se apontou se é o 13 ou 13 em algarismo romano porque não tem nada a ver então a gente tem que tomar cuidado com as coisas que falam aqui, as coisas faladas que a gente utiliza aqui. **Rodrigo:** Conselheiros, questão de ordem, não vamos transformar isso aqui em uma feira não, vamos estabelecer uma ordem, você conclui, o Helder tem uma orientação a dar, vocês conselheiros podem solicitar o microfone. **Joana-Sedese:** Então continuando a numeração foi baseada em critérios padronizados, padrões, nada ideológico ou partidários, assim como vai ter o 14, 15, 16 cada um tem número específico, 17, tomar mesmo cuidado com que a gente diz aqui, e em questão de valores, o que passou se não teve lanche, tudo foi feito pactuado aqui, deliberado aqui, o termo de referência, os itens da regional passou aqui, veio para gente, vem do Ceas para que a gente faça o termo de referência, mais os itens foram construídos aqui, a alimentação foi colocada aqui tanto é que aumentou o número de alimentações porque aumentou o número de participação, então a gente sabia que o valor ia aumentar, a Consolação falou que a gente teve a previsão de orçamento fora das regionais, mas independente disso a questão não foi levada a discussão, foi passada em todas as plenárias e não foi falado como aconteceu ontem das conferências estaduais que a gente foi repassar novamente para conselheiros e alguém verificou que faltava um jantar a noite, eu não sei quem foi, acho que foi o conselheiro João então foi construído junto a gestão não quer em momento algum que a conferência seja realizada de forma que não é adequada que não atenda de forma como tem que ser. **Rodrigo:** Eu já tinha encerrado as inscrições eu já ia colocar em votação a questão do encaminhamento à pedido do Irajá, depois disso vários conselheiros pediram a inscrição ou seja 6 pessoas, nós ainda temos que votar uma resolução e tirar a

participação da regional, eu não estou pedindo ninguém para abrir mão, conselheiro você será o próximo, é pra ser breve por favor. **Helder-Pedro Leopoldo:** Eu não quero problematizar também, mas eu fiquei preocupado porque eu citei o manual da redação e até depois o Wilson chegou a colocar aqui, e o manual da redação oficial ele trás a questão dos algarismos romanos na separação de técnica legislativa, a separação de capítulo, normas, fala também sobre questão dos títulos, Luiz XV, Henrique VIII, João VI, e aí pra minha surpresa e eu equivoquei e por isso que eu pedi a palavra em relação a conferência, de planos, de conferências, de planos, de projetos, de simpósios é realmente a questão do hábito, é 1, 2, 3 até o 5 e é o contrário do que eu imaginei e aí procurando outras informações, o manual fala que o uso nas conferências e por exemplo quando tem simpósios e congressos é um uso comum mas não é formal, não está na norma e a norma não impõe, é só para esclarecer mesmo a pesquisa que eu comentei aqui. **Francielly-UFMT:** Gente, eu quero esclarecer que em momento algum eu fiz relação ao número 13 alguém ouviu eu falar isso, eu fiz uma pergunta eu acho assim que toda gestão ela tem que trazer uma transparência e a verdade porque que foi escolhido esse algoritmo é dessa forma aí ela falou que é redação normal, padrão, ok, mas eu não fiz relação, eu não aceito colocar palavras que eu não disse então eu queria esclarecer, porque assim que a gente tem que tomar cuidado para responder sem colocar palavras na boca dos outros. **Isac-Angolo:** Eu vou tentar ser rápido e vou tentar ir na linha do Helder, comunicação é assim, eu só entendo eu tenho visto nas outras conferências também usado o romano, isso é hábito, a gente tende achar que é padrão porque tem coisas que é mais bonita de ser ver, a gente está no campo de comunicação que é disputa, acho a solicitação do conselheiro principalmente por ser uma solicitação do usuário levando em consideração o espaço que terá diversificados públicos de usuários então eu acho muito importante a solicitação deles compreendo que para conferência regional não é possível até porque já estão prontos os crachás, que bom que estão prontos, entendemos que é uma vitória que estão prontos os crachás, agradecemos a Consolação novamente, e assim, pra não termos que escolher entre um e outros, nós já vimos que não é norma é só uma questão de conversão, de cultura, então a gente pode atender melhor os usuários. **Rodrigo:** Obrigado Isac. Nada sobre nós sem nós. **Sandra-Cmas Montes Claros:** É bem rapidinho, só lembrar que nós estamos aqui num espaço de conselho, cada um aqui tem as suas experiências e vem de regiões diferente e por isso a gente precisa respeitar a opinião dos outros, nós estamos num processo de construção de conferência com um recurso extremamente curto, sabemos que a conferência o recurso tem que ser público mesmo, não tem que sair do bolso de ninguém, tem que ser público, eu quero chamar mais atenção é por respeito a fala do outro, isso é democracia, a democracia se constroe com respeito, nós vamos nos divergir, claro que vamos divergir porque talvez eu não concorde com a postura do governo, como o governo pode também não concordar com a minha postura eu posso não concordar com a postura de alguma entidade, de algum usuário, mas eu tenho que respeitar isso faz parte de um processo de construção da democracia, então Cristiano eu vou falar pra você, quando você coloca aqui que não pode ser desse jeito quando você coloca que a coisa pode complicar, pode ficar difícil eu me senti como ameaça velada aos conselheiros, Cristiano é minha opinião e eu estou dizendo com muita tranquilidade pra você porque eu poderia ficar com isso pra mim e depois dizer para os conselheiros lá fora, e isso não é da minha personalidade, quando eu tenho que falar eu falo direto e reto, entendeu, eu gosto de você e te respeito muito, mas a sua fala e quando você fala é obvio eu entendo, você como trabalhador da gestão, do governo de ter tentado esclarecer, mas a forma de como foi colocado foi de ameaça sim acho que gente tem que tomar cuidado com isso e isso não ajuda a construir, não ajuda a construir a democracia e o conselho é o espaço da democracia se a gente não consegue fazer esse exercício aqui no estado como que a gente vai fazer isso no município, a gente não vai construir políticas públicas desse jeito eu vou divergir muito das posições do governo e vou dizer de forma respeitosa, isso é necessário inclusive para a democracia existir, e nós estamos aqui no conselho e o peso

que a sociedade civil que o usuário tem é o governo tem, é o mesmo peso. **Rodrigo:** Irajá seja breve. **Irajá:** O meu companheiro Irajá contemplou na fala dele porque quando eu me coloquei em relação ao algarismo eu também não pensei em partido porque quando se trata da adversidade cultural a gente está falando de conhecimento popular agora eu estranhei quando a forma que o conselheiro colocou porque eu nenhum momento eu me expressei como forma partidária eu me expressei como preocupação de quem vai receber lá na ponta. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Quando estava falando da Joana eu senti a necessidade de esclarecer minha fala, em nenhum momento eu coloquei em cheque se a gestão fez fora daqui, tirando lanche, tirando crachá, eu coloquei o momento que eu perdi porque eu estava aqui nas reuniões, na plenária e teve um momento que eu perdi a discussão, a Consolação até explicou que foi apresentada um quadro e a gente até se perde um pouco nas discussões e considerando que é uma questão tão básica como disse a Francielly nem passou pela cabeça que na hora que a gente viu aquele quadro que não vai ter café da manhã, então foi nesse sentido que é importante que a gente tenha cuidado para na hora das apresentações a gente chamar atenção para o que é mais relevante, mais importante, porque as vezes a gente ver uma resolução aqui teve uma resolução que tinha 3 páginas de 500 considerandos, vocês se lembram, então as vezes a gente acaba se perdendo um pouco, e talvez a gente pode tentar fazer esse exercício dos coordenadores de comissão, a secretaria executiva, a presidência para o que for ainda mais relevante destacar vocês estão entendendo que o crachá não está previsto, vocês estão entendendo que o café da manhã não está previsto, o trabalho da secretaria executiva ele é feito em excelência eu não estou fazendo uma crítica mas é porque as vezes nós conselheiros a gente fica o dia todo aqui cansados e aí as vezes se perde um pouco nessa reunião como a Consolação colocou a gente tentou várias propostas para poder aumentar o quantitativo para a sociedade civil, então a gente ficou tentando olhar as normativas, para ver se era exigido a paridade ou não, então talvez na hora que a Consolação estava fazendo essa apresentação a gente estava perdido tentando lendo a Nob, lendo alguma coisa para poder tentar contribuir com a discussão e aí quando a gente propôs que o município de pequeno porte I e II que não teria representante de trabalhador e de entidade, fizesse e não fosse garantido a paridade e colocasse 1 usuário e 1 trabalhador em entidade no lugar de gestão porque como a gente leu nas normativas naquele dia a conferência lá é para a sociedade civil e quando a gente fez essa proposta aí depois a Consolação conversando com o presidente e com a vice presidente a Janaína colocou nós temos uma proposta e aí eu entendi que foi a própria gestão, a própria Sedese que apresentou essa proposta de aumentar pra 3 sociedade civil, trabalhadores, usuários e entidades e 3 governo, isso não foi proposta nossa, então eu queria deixar isso bem claro, bem registrado porque talvez a partir da fala da Consolação talvez a gente possa até se contabilizar porque a gente fez essa proposta então de repente a gente poderia se contabilizar ou então poderia ficar no imaginário de alguém de que quando a gente fez essa defesa pra que aumentasse para a sociedade civil a gente fez a defesa até da não paridade na conferência regional em nenhum momento a gente propôs 3 governos e 3 sociedade civil a gente aceitou de bom grado e a aprovação foi unânime, então eu queria isso bem claro que não foi esse aumento que gerou a falta do lanche. **Rodrigo:** Eu queria deixar claro também aproveitando a fala da Patrícia a questão do lanche não estava orçado, nem estava composto na planilha nem antes, então ele não entrou como modo de cálculo, e sim, a proposta de aumento partiu sim como protagonismo da própria subsecretária que entendeu de pronto do que a gente estava querendo e bancou isso, foi mérito dela, ela estava aqui ao lado, mérito total dela, que foi sensível ao entender o que a sociedade civil estava trazendo, então não foi o aumento dos conselheiros e muito menos da participação da sociedade civil que sacrificou o lanche, isso é importante e eu quero destacar em ata aqui, os custos, nós temos o dinheiro hoje que é de cofinanciamento federal não tem aportado recurso ordinário ou seja recurso do próprio estado do tesouro estadual, não ter aportado recurso para a conferência estadual então o que nós temos é

uma limitação orçamentária de cofinanciamento federal que está nos fazendo fazer escolhas muitas vezes levianas, adoro essa palavra e é, e infelizmente discutir humanidade, eu chamo atenção de todos os conselheiros aqui pra que isso não aconteça mais sobretudo na estadual, nós vamos deliberar as questões da estadual e se tiver dúvida nós vamos ficar aqui até as 10 horas da noite, nós recebemos diárias para isso vamos honrar o recurso que nos pagam e ninguém foi obrigado a se candidatar para vir aqui então não pode ser um sacrifício estar aqui até 10 horas da noite não, então vamos sim ficar atentos porque a Consolação sim apresentou, ela fez quadro e um monte de coisas, nós temos que fazer escolhas duras mas se fizermos vamos fazer com consciência de fato estamos constrangidos com um monte de coisa e ontem foi dado um encaminhamento da comissão pra gente tentar sanar isso e fica o aprendizado não vamos permitir que isso aconteça na próxima conferência, dando sequência, conselheiros possam passar a fala de 1 minuto para a Arlete, vocês me permitem? Sim? **Arlete**- Graal do Brasil: Gente, realmente ontem a gente falou tanto sobre isso na reunião e eu não quero ser redundante mas tenho que acabar sendo eu sai daqui ontem constrangida mas uma coisa que a gente discute muito com as comunidade eu falo da gente que está lá na ponta é a questão da alimentação e inclusive quando a gente faz reunião a gente sempre brinca, o que agrega o povo? A turma responde: comida, uma dificuldade que a gente tem de fazer reuniões mais longas com as comunidades de base é porque nós não tem como bancar a alimentação, e aí eu quero me colocar também deixar registrado o meu constrangimento, a minha vergonha de não me ter posicionado contra essa história de não tem café da manhã e porque eu estou com vergonha disso, pelo o que eu acabei de dizer e porque eu por exemplo que eu saio da minha cidade às 22:30 horas pra outras cidade porque eu pego o ônibus as 23:59 horas e chego aqui as 6 ou 6:30 da horas da manhã eu preciso de um café, simplesmente um café, então eu estou muito envergonhada com que nós votamos conselheiros, principalmente nos da sociedade civil eu vou sair daqui chateada comigo mas também não vou morrer por isso, eu acho que a gente tem que caminhar nessa história das lições aprendidas e que fique isso como lição para as próprias votações ainda que fique até meia-noite né presidente. **Rodrigo**: Vamos lá então conselheiros, vamos para a minuta de resolução primeiro porque isso tem que ser divulgado, a minuta está muito tranquila, a medida a gente vai deliberando. **Consolação**: Minuta de resolução, dispõe sobre as orientações complementares para as conferências regionais de 2019, o conselho estadual de assistência social no uso de suas atribuições conferidas pela lei estadual nº 2.262 de 1996 considerando: 1- A resolução do Ceas nº 655 de 2019 que dispõe sobre as orientações para as conferências municipais de assistência social de 2019, a resolução do Ceas nº 663/2019 que dispõe sobre as orientações para as conferências municipais e regulamenta as conferências regionais de assistência social de 2019; - a resolução CEAS nº 667/2019, que dispõe sobre a complementação das orientações para as Conferências regionais, alteração do instrumental do anexo I da resolução do CEAS nº 663/2019 e regulamenta a 13ª Conferência Estadual de Assistência Social de 2019- a deliberação de sua 246ª Plenária ordinária, ocorrida em 29 e 30 de agosto de 2019, resolve: Art.1º Informar as datas e locais das Conferências regionais de Assistência Social de 2019. Leitura do quadro: O quadro aí são as regionais elas de iniciam no dia 03 de outubro e terminam em 29 de outubro, aí tem os municípios sede, as regionais envolvidas e os locais, Art.2º . Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação . Só ficou faltando mesmo das conferências regionais que é a complementação com as datas e locais das regionais. **Rodrigo**: Obrigado Consolação, seguindo a sugestão que a conselheira Patrícia deu, vocês estão entendendo que nós estamos além de votando as datas da conferência regional que isso tem que sair rápido pra até mobilizar os municípios mostrar que as coisas estão fluindo e já colocar na agenda pública dos municípios, mas foi dito aqui talvez vocês não tenham percebido mas eu vou então aproveitar o gancho que nós estamos votando a regional de Juiz de Fora que está previsto 700 participantes mas nós temos espaços pra 500, nós estamos contando que vai ter uma queda de 200 pessoas,

cabe 550 pessoas, então vocês estão cientes disso né conselheiros? Em discussão a resolução e comentários breve. Então os conselheiros que aprovam a minuta de resolução com as datas da conferência, contrários, abstenções, Patrícia se abstém, Francielly se abstém, ok, nós temos agora o quadro com as datas das conferências regionais e os conselheiros que se dispõem a ir para as conferências regionais eu já gostaria de deixar o meu nome previsto para Juiz de Fora. **Consolação:** Eu vou ler aqui e logicamente isso foi tirado um pouco já da conversa ontem e algumas sugestões da secretaria executiva a gente ainda vai fazer o levantamento da necessidade, então eu estou colocando aqui 4, algumas tem 5 conselheiros em cada uma das regionais alguns estão precisando de conselheiros, então eu pediria a princípio que observassem aonde está em amarelo é onde tem um número menor com 3 e aonde está com um número maior de pessoas para a gente verificar. Pode ler tudo? Curvelo – 3 de outubro, sabendo que sempre assim, viaja 1 dia antes e volta 1 dia depois, então o conselheiro tem que ter claro que ele vai estar 3 dias ou até mais, porque por exemplo as vezes algum conselheiro vem primeiro aqui para BH ou vai direto do município para a região, a gente vai olhar a proximidade aqui na proposta também, Ivone, Isac, Paula e Regina. **Rodrigo:** Conselheiros vamos lá, no quadro à secretaria executiva já fez uma proposta, não vai meu filho não conselheira Francielly, nós temos que concluir e todos tem que entender o processo, a secretaria executiva fez um movimento de tentar colocar o nome dos conselheiros que estão próximos as regionais, então para Curvelo já estão proposto a conselheira Ivone e o conselheiro Isac, se for para refutar é agora. **Isac:** Eu estou conversando aqui com o João e o Irajá, eles estão dizendo que estão mais perto de Curvelo do que eu então se quiserem para pedir para solicitar pode me deixar só com Araçuaí, Divinópolis e Valadares também se eu tiver lá mas se não tiver dá para ir. **João:** Na realidade eu propus para Isac, porque na realidade a região dele está muito distante de Curvelo, Pirapora está no meio do caminho entre Curvelo e Montes Claros, Pirapora está no meio eu acho que até me disponho como conselheiro de ir para Curvelo para ajudar. **Rodrigo:** Lembrando João que os conselheiros eles vão para a mesa para a palestra, eles vão ter que conduzir o processo de eleição, processo de regimento interno, leitura de regimento interno, e da palestra alusiva no que toca o Ceas. **João:** Rodrigo eu quero dizer o seguinte, se eu estou me colocando à disposição eu acho que eu tenho condições de fazer isso. **Rodrigo:** Eu não questionei isso conselheiro. **João:** Porque ficou parecendo que a gente só vai conduzir se for Montes Claros, eu estou colocando o seguinte que eu quero é contribuir em Curvelo porque só tem a conselheira Ivone. **Rodrigo:** Parabéns conselheiro, ótimo, não questionei em momento nenhum a sua capacidade cognitiva, jamais, farei isso com qualquer pessoa o que eu estou dizendo, chamando atenção, clareando as coisas, falando antes de você, quando você pegou o microfone na mão do Irajá e o Irajá abriu mão da fala para que você pudesse pronunciar eu segui a fala, desculpe se cometi isso mas jamais farei isso. Araçuaí. **Consolação:** Isac e Sandra, a Sandra falou agora e eu vou estar dando apoio técnico, depois gente, isso aqui não é só isso ainda depois vai ter uma planilha de diretorias regionais que já tem pessoas, tem o apoio dos municípios ainda vai ter da Sedese mediante levantamento, não é só para falar, é só isso ? não é só isso, aqui ontem foi decidido da gente apresentar só os conselheiros e da secretaria executiva pra todo mundo ver, por isso que não está tudo aqui. Divinópolis, Marta, Isac e Rosalice; Varginha está só o Aloisio, Paula e Regina, precisa de mais um conselheiro, eu estou fechando mais ou menos porque depois a gente tem que pensar a questão da logística mesmo de ir, como que vai ser, depois que eu vou estar comunicando; Juiz de Fora, Maria do Carmo, Rodrigo e Consolação, porque vamos viajar como técnico, eu, Rosalice e Paula e do apoio administrativo, Regina, então da secretaria executiva são 4 pessoas que vão estar revezando, e só um parêntese que eu escutei aqui da questão Cristiano, só para falar que os conselheiros da Sedese de repente eles vão estar nas regionais mas eles vão também pra falar pela Sedese da mesma forma pra cobrir também as 11 que eles também vão estar apoiando, só por isso que eles não vão estar falando agora pra gente, Governador

Valadares, Helder, Isac, Paula, Regina; Montes Claros eu pus todo mundo da região porque eu acho que inclusive é importante ter essa visualização porque vocês são dessa região, Arlete, João, Ariadna, Sandra está na casa dela, Damião, Rosalice, igual Paracatu, Soyla, Cecília vocês são de casa e tem o Helder, Paula e Regina; em Montes Claros tem a Rosa, eu falei de você Rosa? Falei, BH nós estamos com Adelmira, Rodrigo, Angelo, Elerson; Coronel Fabriciano, Marleide que é da região, preciso de mais gente aqui, precisa de mais um conselheiro; Uberaba é a Soyla e a Consolação, também precisa de mais uma pessoa, coronel Márcio e Uberaba, 22 Paracatu e 29 Uberaba, conselheira Francielly e Patrícia não? Porque nós vamos fazer um ofício solicitando, é aquilo que eu falei foi a Fran inclusive que sugeriu ontem na reunião que a gente faria um ofício solicitando a liberação para participar da regional, vocês não poderia estar aqui não? **Rodrigo:** Calma aí, vamos pedir inscrição e vamos falar no microfone porque não dá para entender, calma vamos lá, Irajá, Elerson, Francielly, Arlete. **Francielly:** Eu dei meu nome para o suporte lá, credenciamento, pode colocar meu nome para esse tipo de suporte, esses aí não eu prefiro dar o suporte para o outro campo que necessita. **Irajá:** Rodrigo, quando eu cheguei aqui no Ceas a primeira coisa que falou para todas as regionais, eu não me lembro qual foi a plenária mas aonde teve comunidade indígena eu tinha interesse de participar, eu me coloquei a disposição nesse sentido quando nós estávamos tratando sobre as regionais. **Rodrigo:** Qual local que tem comunidade tradicional. **Irajá:** Governador Valadares, sobe lá em cima, Araçuaí tem, Teófilo Otoni, mas isso eu só estou me colocando mas eu quero participar eu acho que está bem representado com os conselheiros que lá estão escrito, mas por questão mesmo indígena por participação maiores eu acho que os conselheiros que vão representar o Ceas lá nessas regionais chamam um pouco dessa atenção para que os índios terem mais participação dessas regionais se pudessem me inscrever em algumas dessas regionais eu até agradecia mas isso não quer dizer que os meus companheiros que estão lá inscritos vão falar por todos nós. **Rodrigo:** Irajá, eu não vejo impedimento inclusive de você ir também, óbvio que a gente tem que pensar um pouco na questão do orçamento mas não significa que a gente tem que eliminar um conselheiro para outro ir, é óbvio que a gente tem que tentar ter conselheiro em todas, se nós não tivermos conselheiros em todas nós pensaríamos que dividir, olha as comunidades fala aqui com a Consolação do lado aqui por favor, olhe as comunidades que você tem interesse em ir, de preferência também que você contribua que as comunidades indígenas se mobilizem para irem para a conferência municipais para elas estarem lá porque também lógico tem todo sentido de você estar mas é preciso que a sua comunidade esteja na conferência regional também, nós precisamos fortalecer isso obviamente, nós temos que encaixar aqui e apresentar uma proposta para a plenária. **Elerson:** Eu estava dizendo isso, que algumas conselheiras que estão solicitando para participar pode tirar o meu nome de Coronel Fabriciano, não tem problema não, a Patrícia por exemplo, esse pessoal. **Arlete-Graal do Brasil: Uberaba. João-Cmas Pirapora:** Gente, é só uma preocupação que eu estou aqui, Consolação que está na secretaria executiva é o seguinte é que me parece que essas conferências vão acontecer todas dentro do mês de outubro, algumas delas não choca muito não está muito perto da plenária não? **Rodrigo:** Não vamos ter plenária. **João:** Aí fica melhor. **Rodrigo:** Precisamos para Coronel Fabriciano, Elerson você pode ficar? **Isac:** Com relação à Coronel Fabriciano se não aparecer ninguém eu vou. **Rodrigo:** Isac então. Conselheiros se por acaso for ter alguma alteração avise com antecedência para que a gente consiga reordenar, tudo é possível, com antecedência a gente se ajusta. Olhou a questão do Irajá, tem alguma proposta? **Consolação:** Como Montes Claros, igual eu falei com ele, é a região dele, lá também tem a comunidade então eu acho importante ele está lá que era a indicação que tinha sido feita porque aqui está como Damião por isso que ficou esquisito, mas é Irajá, ele ficou em Araçuaí e Montes Claros, porque Governador Valadares não dá para ele ir participar e participar de Montes Claros, tem as datas que estão muito próximas, por isso umas tira as outras, tem que

espaçar por isso inclusive que eu, a Rosa e a Paula estamos fazendo esse revezamento porque não dá. **Rodrigo:** Irajá, contemplado? Em termo de mobilização da comunidade indígena atende você? É melhor você está em uma do que em Governador Valadares, senão for você se organize e depois passe para a secretaria executiva caso haja alguma alteração. **Irajá:** Ok. **Rodrigo:** Conselheiros, muito obrigado mais uma vez por tudo até amanhã as 8 horas da manhã. **Rodrigo: (2ª parte)** Boa tarde, vamos iniciar o trabalho agora na parte da tarde nós temos uma pauta extensa, gostaria de pedir a inclusão de ponto de pauta a questão de informes porque ontem nós demos alguns informes e se tiver alguma entidade, alguém que precisar de informe que seja breve por favor e a sociedade civil também pede a inclusão do ponto de pauta pra gente tratar da questão da conferência nacional, conferência livre, ok conselheiros, então seguindo a tramitação, a Luanda pediu informe. **Luanda-Fetsuas:** É mesmo só pra dar um informe da participação nas conferências municipais, representei o Ceas em Juatuba e ontem em Itaguara, foi bem legal deu pra fazer uma discussão bem qualificada mesmo e gostei de estar lá representando o Ceas. **Elerson-Cáritas:** O informe é que nós concorremos a uma cadeira no Conselho Nacional de Assistência a tempos atrás e ficamos como primeiro suplente e aí houve uma renúncia e a Cáritas assumiu agora uma cadeira no Conselho Nacional da Assistência. Não sou eu não é uma pessoa do secretariado nacional de Brasília, mas tem uma articulação conosco. **Rodrigo:** É isso que eu ia perguntar se tem uma articulação boa com minas, parabéns a Cáritas, ótima representatividade e chega em um momento único. Mas alguém? **Janaína.** **Janaína-Sedese:** Boa tarde a todos e a todas nosso informe é bastante rápido e é numa perspectiva da transparência de prestação de contas em relação à última solicitação, última demanda que surgiu na plenária do mês passado em relação à diárias dos servidores, então eu queria só trazer aqui uma atualização, então depois de um intenso trabalho de toda equipe Sedese/Subas a gente fez 5 reuniões totalmente com a Seplag/CSC e 3 reuniões internas para alinhamento da solução de todas as áreas envolvidas, e aí eu queria compartilhar a boa notícia que a gente conseguiu então dar encaminhamento e conseguiu retomar a questão das diárias para os servidores. Obrigada. **Rodrigo:** Em cima dessa questão né Janaína, essa questão da diária foi um ponto logo quando a gente se conheceu naquela primeira reunião com a Beth, com você, eu já havia conhecido a Babi na ocasião extra oficialmente porque a gente estava aproveitando o momento quando Consolação e eu estava na Sedese e ela gentilmente nos atendeu como sempre e naquela primeira reunião foi tratado essa questão das diárias dos suplentes e eu havia até falado feito um comentário a posteriori dizendo da lacuna que é a sociedade civil de BH e aí eu acredito que essa questão da diária jogou luz sobre o problema, resolvemos uma parte mas temos uma luta grande pela frente e que vai demandar um esforço ainda grande do estado nesse sentido sobretudo no tocante ao usuário porque BH é muito grande porque como é que o usuário sai lá do Carlos Prates, sai lá do Barreiro, vem pra cá 2 dias de plenária, bancando passagem, alimentação e muitas vezes o usuário é toque de rua, recebe bolsa família como o conselho de BH tem esse tipo de usuário e aí ao não garantir, isso foi um erro do passado e a não garantia dessa diária lá no passado a gente automaticamente a gente já diz quem pode ou não pode participar desse conselho, a gente não cerce a participação dele indiretamente, até acho que é diretamente a partir do momento que a gente não garante a vinda dele então eu chamo atenção para que no momento que for reordenar esse decreto, que for repensar que eu acredito que isso vai acontecer, que a Sedese tenha esse cuidado como eu sei que vocês tem mas que deixa ticado lá no seu post it que eu vi que você tem um monte, diária da sociedade civil de BH que incluía a sociedade civil do rol de proteção, e aí a nota técnica produzida pela secretaria executiva já é um ponta a pé pra essa justificativa porque está pronto, tá posto a legalidade e a necessidade então essa questão de justificar entre as tramitações internas facilita porque o documento já está pronto, então eu chamo atenção pra isso, Rosa eu peço gentileza para que coloque o banner da conferência regional ontem foi levantada a questão conselheiros a proposta de banner pra quem não está vendo isso é

um verde bandeira parece, então essa é a proposta de banner de entrada da conferência regional como eu disse a gente está sem logo, mantendo lá o logo do Ceas, a identidade visual do Suas, tentando estabelecer esse padrão mantendo inclusive já os bonequinhos que já vem sendo usado em várias conferências, as montanhas de minas, tivemos a reunião com a assessoria de comunicação também que estão preparando as outras peças da estadual que serão apresentadas e o fundo de palco não vai ser de conferência o fundo de palco vai ser uma questão de Ceas mesmo como eu disse ontem a gente tentar aproveitar o máximo possível, não deve trazer número de conferência, nada disso para tentar aproveitar em outros momentos em outras situações que aconteceu por exemplo que um dia nós fomos gravar um vídeo com a conselheira Juanita, regravar uma apresentação que ela havia feito a anos atrás dar uma atualizada nele e não tinha um banner, não tinha nada colocou uma bandeira feia amarela do Ceas pendurada atrás vamos tentar criar um ambiente agradável e a gente começar a dialogar com essas mídias digitais até mesmo esses banner podem ficar na sala no momento da reunião, essa roda de conversa por exemplo que teve hoje eu até falei com a Consolação nós vamos criar um mecanismo de gravá-las e transmiti-las igual o Ceas está fazendo com as roda de conversa porque isso fica depois carregado no youtube e as pessoas podem votar, serve com capacitação para outros conselhos, para outras oportunidades, e nós ganhamos, a Sedese uma webcam novinha, um dia que a gente estava lá, quem não chora não mama, a gente falando disso o pessoal falou chegou uma webcam novinha pra nós aqui então o pessoal da informática foi e já deu uma para o Ceas, então é possível e ainda de forma amadora e aí eu chamo os conselheiros que souberem lidar com essa tecnologia se puder nos ajudar a organizar como vai ser esse processo, configurar computador, quem sabe fazer essa transmissão, puder depois ir lá instalar a webcam deve ser por plug play, instalar no notebook do Ceas e colocar pra gente na próxima a gente e não perder essa possibilidade de gravação, então conselheiros aí eu já estou olhando para o Elerson porque eu acho que ele sabe tentar nos ajudar nessa configuração e outros conselheiros. **Cristiano-Sedese:** Boa tarde, é só um informe no dia 23 de agosto foi na sexta-feira da semana passada foi feito o lançamento oficial de uma iniciativa intersetorial, interinstitucional, chamado programa “descubra”, o Márcio estava também no lançamento, pela Assprom, e é um programa que está sendo criado que envolve o Ministério Público Estadual, o Ministério Público do Trabalho, a Sedese com a subsecretaria de assistência, a subsecretaria de trabalho, envolve a Associação Mineira de Supermercado, o Senac, Senai, Tribunal de Justiça, são vários atores com o objetivo de criar um programa de aprendizagem e qualificação de adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade e especial egrécios em cumprimento de medidas socio educativa, meio aberto, semi liberdade e internação, adolescentes resgatados de trabalho infantil e adolescentes em situação de acolhimento, então é uma iniciativa muito interessante, a Sedese é parte dessa iniciativa foi feito o lançamento formal lá no dia 23 então a partir de agora vai ser criado o comitê gestor desse programa, a gente também integra esse comitê gestor para iniciar essas ações e o outro informe que é uma iniciativa que é uma iniciativa interinstitucional ela também já entrou no planejamento da subsecretaria de assistência social especificamente lá na proteção especial pra que a gente possa utilizar essa metodologia e essa iniciativa proposta pela programa descubra e outras regiões do estado o programa piloto “descubra” vai ser em Belo Horizonte mas a ideia é fazer a expansão desse programa para outras regiões do estado, obrigado. **Rodrigo:** Mais algum informe conselheiros? **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Boa tarde, eu queria fazer um informe da Urcmas Metropolitana e convidar os conselheiros, convidar a Sedese também, a diretoria da regional metropolitana para poder participar da próxima reunião da Urcmas que vai ser dia 24 de setembro, no município de Catas Altas, a pauta vai ser a atual conjuntura política brasileira e os desafios da política de assistência social, a palestra vai ser com a professora Eleonora Schetini, a gente tem uma reunião antes mas como o município vai ser distante e também a reunião da Ceas vai ser só um pouquinho antes da Urcmas eu estou aproveitando pra fazer esse convite, e só um

comentário em cima da fala do Rodrigo de filmar eu vou contar aqui pra vocês uma deliberação da pré conferência de Nova Lima é só uma proposta ainda mas eu acredito que saia como deliberação amanhã é uma proposta para o estado para que as reuniões do Ceas passem a ser transmitidas ao vivo assim como a sala de conversa do Ceas que está sendo feito e não tem custo nenhum e outras regiões do estado vão ter oportunidade ver, então é só comentário mesmo. **Rodrigo:** Tem outro informe Patrícia que amanhã é a conferência municipal de Nova Lima, estão todos convidados, quem quiser ir será muito bem vindo. **Arlete:** Eu quero trazer o resultado da nossa meta da marcha das margaridas, a gente tinha como meta 100 mil mulheres, superamos, e foi um grande evento a mulherada em Brasília e foi bom demais. **Hugo-Cmas Juiz de Fora:** Boa tarde a todos meu nome é Hugo, eu quero só estar colocando que nós conseguimos aprovar o nosso plano municipal de ação da assistência social e que na próxima quarta-feira teremos a nossa conferência municipal de assistência social. **Rodrigo:** Mais alguém? não, ótimo, então vamos para o primeiro ponto de pauta processo de eleição e minuta de resolução do Ceas, por favor Rosinha. Essa resolução ela foi enviada, alguns conselheiros já contribuíram, a conselheira Patrícia já pediu destaque em algumas questões e aí a gente já pode ir lendo, nós vamos ler a resolução e aí você vai selecionando destaque conselheira. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Enquanto a Rosa vai abrindo eu queria fazer uma observação inicial, porque sempre quando coloca na resolução representante das entidades não governamentais e dos representantes governamentais dos conselhos municipais eu fazia destaque em todas porque não foi colocado os representantes da sociedade civil dos conselhos municipais aí pra não ter que sempre fazer destaque em tudo, eu sugiro que pare e já inclua na hora pra ser mais corrido, entendeu? **Rodrigo:** Conselheiros, peço desculpas mas a questão é o seguinte eu recebi um pedido de reunião da dra. Leice que é quem está preparando o curso de controle social em parceria com o Ceas e a Adelmira tem horário e daqui um pouco ela sai, então eu preciso despachar com ela porque ela precisa dessa confirmação agora, por isso que eu parei aqui para poder conversar com a secretaria executiva, isso vai acontecer outras vezes, eu estou justificando e reestabelecer a plenária, vamos voltar para a resolução. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** É porque toda vez na resolução quando faz alusão a eleição dos representantes das entidades não governamentais e dos representantes governamentais dos conselhos municipais não foi colocado dos representantes da sociedade civil e aí pra toda hora não ter que fazer destaque nisso já ir trocando na hora que for lendo ver que tem representante governamental do conselho já coloca da sociedade civil, fazer um control C e control V porque senão fica toda hora, destaque, destaque. **Consolação:** Só um minuto gente, a nossa lei estadual isso já foi pautado inclusive no processo anterior Patrícia, você não estava inclusive, a nossa lei estadual ela dispõe dessa forma, o processo pra ele estar legal a gente faz associação da resolução do processo eleitoral com a nossa lei, a nossa lei ela dispõe sobre representantes não governamentais e aqui ela inclui a representação dos usuários, das entidades inclusive tem uma outra nomenclatura porque ela fala de entidades mesmo que a gente reproduziu aqui em baixo por isso que a está desse jeito, fala da representação do trabalhador e coloca a representação não governamental de conselho também nesse local de representantes não governamental ela usa esse termo e parenteral e dos representantes governamentais porque aí eles estão do lado da representação é para aguardar essa correspondência, a nossa lei estadual porque a composição do conselho se dá de acordo com a lei estadual é por isso, eu também na vez passada a gente tinha até colocado sociedade civil e aí foi observado aqui a questão da legalidade como que a gente não estava aguardando essa correspondência porque a gente está acostumado a falar de acordo com a Loas, com a Nob, essas questões. **Patrícia:** Eu insisto porque eu não sei se essa parte chama preâmbulo eu não sei se a Joana está aqui para dar um apoio nessa dúvida, porque eu entendo que cada minuta, cada resolução, cada legislação, o preâmbulo diz respeito a si próprio não a respeito à uma outra lei, então como nessa minuta aqui está se tratando também de eleição dos representante de sociedade civil nos conselhos então

que deveria estar nesse preâmbulo também porque senão quando a gente ler que dispõe sobre o processo eleitoral de representantes de entidades não governamentais e de representantes governamentais dos conselhos dá a entender que não vai ter eleição para representante da sociedade civil e no meu entendimento esse preâmbulo ele tem que fazer referência principalmente ao que se dispõe ao artigo I à essa lei e não é porque a lei do Ceas está assim que esse preâmbulo tem que fazer alusão a lei do Ceas isso no meu entendimento eu estou até pedindo um help aqui pra Joana. **Joana-Sedese:** Eu concordo não precisa ser necessariamente igual a lei até porque a gente não está remetendo a lei específica aqui no preâmbulo a gente não fala da lei a gente fala dispõe sobre o processo eleitoral se fosse da lei tal, ok, mas dispõe sobre o processo eleitoral sobre os representantes das entidades não governamentais dos representantes governamentais, conselhos municipais de assistência social para compor o Ceas, na gestão 2019. **Rodrigo:** Alusão a lei está só aqui em baixo no preâmbulo não está, conferida no artigo 13 da lei 12.262, segunda linha. **Joana-Sedese:** Na verdade tem emenda e preâmbulo, então se vocês quiserem citar que o processo eleitoral está regulamentado pela lei tal aqui em cima não tem problema pode colocar, mas o que precisa entender é o seguinte, o processo eleitoral ele é regido por uma lei, aqui a gente está regulamentando essa lei por meio dos procedimentos de eleição? **Consolação:** Na lei, o Ceas é composto de regimentos nomeados pelo governador por mandado de 2 anos e permitido uma recondução por igual período e tem a seguinte configuração: Inciso II que se refere à sociedade civil: 10 representantes de entidades não governamentais eleitos durante a conferência estadual de assistência social, então o processo eleitoral ele é dos representantes de entidades não governamentais é isso que eu transpus pra cá. **Joana-Sedese:** É só que nós estamos dispondo sobre o processo eleitoral dos representantes, então não precisa citar a lei não pode citar só no preâmbulo. **Rodrigo:** A questão é põe a sociedade civil ou não põe a sociedade civil. **Patrícia:** Como também vai ter eleição do representante da sociedade civil no meu entendimento tem que incluir o nome de representante da sociedade civil porque ementa é um resumo do que essa resolução fala. **Rodrigo:** Conselheiros calma, Juanita. **Juanita:** Na verdade a nossa lei tem um equívoco que já deveria ter consertado, ter alterado ela não atende a nomenclatura real existente, ela é anterior a essa nova formatação, precisa ser feita essa configuração, a sociedade civil ela é toda composta nesse contexto que a Consolação colocou no preâmbulo, na lei a sociedade civil significa entidades que é entidades, usuário, trabalhador e Conselho Municipal de Assistência Social, que é não governamental, a nossa lei precisa ser alterada, mas a lei ainda não é, ela é caduca nessa nova configuração, a questão do preâmbulo é uma questão de direito mesmo que eu não tenho conhecimento mas aquilo ali segue o que está na lei que é o artigo que a Consolação leu. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Ela é necessária sabe por que? a todo momento fica parecendo que quando você faz a leitura fica confuso fica parecendo que não tem a vaga e aí você pega o conselho municipal lá não sei da aonde ele não entende, essa lei está muito confusa, eu fiz 12 são 22 artigos eu acho e são 12 destaques, minuta desculpa, minuta da resolução, então eu acho que esse destaque ele realmente merece essa discussão porque quando você pega uma resolução de não sei quantas páginas aí você olha o dispõe, você olha primeiro, e se não está claro, só no artigo 14 que você vê que tem a vaga para o conselho municipal e as vezes conselheiro de lá não sei aonde nem vai achar que vai poder candidatar ao conselho dele, eu acho que uma resolução desse porte é importante que ela seja clara, eu acho que não pesa, não onera, não trás dano nenhum acrescentar na ementa que é um resumo, acrescentar que vai ter eleição para o conselho municipal e sociedade civil. **Rodrigo:** Eu depois quero ver com a Joana, depois eu te passo Márcio, se é ilegal a gente ter esse cuidado, que isso é um cuidado se traduzir isso em resolução pra o leigo a tradução para uma pessoa mais leiga a gente cai na ilegalidade de uma norma? **Joana:** Eu acho que não cai na ilegalidade mas uma norma eu entendo que ela ter que tem que ser lida completa, então não adianta quem vai pegar a resolução, falar eu vou

ler só o preâmbulo e aí eu vejo se aplica a mim ou não, porque no artigo 2º fala quem são as entidades não governamentais, então aí explica as entidades não governamentais integram o conselho com 10 membros sendo: os usuários, as organizações, as entidades de usuários, os representantes, entidades e organizações de assistência social, os representantes, ela explica no artigo 2º, representantes não governamental dos conselhos municipais de assistência social, CMAS então eu entendo que na verdade que as entidades não governamentais aqui já estão dispostas neste artigo 2º que fala quem seriam os representantes, eu se fosse escrever eu não colocaria mais em cima os representantes da sociedade civil senão teria que repetir na verdade desde o inciso 1 até o inciso 4º. **Patrícia:** E essa é justamente a minha sugestão que todos os artigos conste que tenha também eleição para a sociedade civil. **Márcio Caldeira-Assprom:** Gente, compreendendo que a composição de conselhos ela é paritária representantes de governo e de sociedade civil caberia nesse preâmbulo apenas representantes de entidades não governamentais e dos representantes governamentais, porque nós estamos trabalhando, é representante governo e sociedade civil, é não governamental e governamental, não tem a distinção necessária de fazer conselho, etc, ou seja, você coloca numa linha única a questão da paridade e resolve a situação, você não tem que fazer mais nada pra baixo, é um ou outro. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Infelizmente essa discussão tem que passar na maioria dos artigos, quando a gente pega o artigo 1º, aprovar o presente regulamento do processo eleitoral dos representantes de entidades não governamentais e dos representantes governamentais dos conselhos municipais, mais uma vez não fica claro da sociedade civil, eu não faço a leitura de um artigo só, mas tem gente que no primeiro artigo já vai ler isso daqui e vai achar que é só representante do governamental do conselho municipal já desiste sim, entendeu, a minha questão é que todos artigos não estão falando da sociedade civil e eu acho que não custa colocar, sinceramente. **Rodrigo:** Consolação está inscrita. **Consolação:** Em relação aos representantes governamentais Márcio, ali está específico de conselhos porque é a única parte do governo que é eleita é só a parte de conselhos municipais governamentais é que passa por processo de eleição, porque o Cogemas é indicação e os órgãos também, aqui especificamente é um processo eleitoral é por isso que lá tem especificação governamental de conselho porque ele é um a mais que a gente tem, então esse processo eleitoral ele se dá da sociedade civil que a lei chama de representantes de entidades não governamentais eu sinceramente no meu ponto de vista técnico de todos os processos a gente faz uma concordância com a lei, eu acho que se as pessoas dominam, fala assim, qual a lei de compõe que fala da nossa composição eu acho que a gente tem que guardar, é isso porque senão parece que a gente está elegendo por outro conselho e sociedade civil nesse caso depois que a gente começou a chamar eles é tido não governamental também, é um sinônimo da sociedade civil, então eu acho que está de acordo com a lei está na reprodução ela fala desses 10 representantes de entidades e vai falar dos 2 representantes não governamentais dos conselhos municipais, então eles estão aqui e se há necessidade de esclarecimento talvez o conselho faça uma nota de esclarecimento depois da resolução aprovada a gente pode fazer viu Patrícia uma nota de esclarecimento em cima da resolução aprovada agora aguardar a relação com a lei eu acho que inclusive legalmente a gente manda para o Ministério Público, manda a lei, manda tudo até para ele comparar o que está acontecendo eu acho que é um respaldo legal sim. **Rodrigo:** Conselheiros, estamos aptos a votar então? É uma proposta eu vou ter que colocar em votação se nós vamos incluir ou não a questão da sociedade civil. **Luanda-Fetsuas:** Rodrigo talvez pela via da conciliação vamos ver, se a gente pensar ali que a gente coloca entidades não governamentais dos representantes dos conselhos municipais, tira a parte governamental porque a gente sabe que representante dos conselhos municipais depois lá embaixo vai vim descrito que são sociedade civil e governamental então que são representantes dos conselhos municipais aqui no conselho estadual então a gente tira representantes governamentais e deixa representantes dos conselhos municipais de assistência social e porque aí contempla os 2 segmentos dos conselhos municipais que

são eleitos na hora da eleição, entenderam a proposta, a gente tira a parte representantes governamentais e coloca representantes dos conselhos municipais. **Elerson-Cáritas**: Eu até entendi a sugestão da Patrícia e da Luanda e até concordaria mas a questão de fundo é isso que a Consolidação está colocando que é a sintonia, a correspondência com a lei e o risco de uma ilegalidade no futuro, então eu concordo com a sugestão, ficaria mais claro, só a questão que está sendo discutida a não correspondência com a lei nos coloca em risco de uma ilegalidade, se sim eu acho que a deliberação tem que ser nesse sentido, infelizmente não se mudou a lei, vamos manter como está e controe-se uma nota, porque qualquer solução de redação aqui vai ter que passar por essa situação se falar assim, não há risco de ilegalidade muda tudo então porque se mudar só o preâmbulo pelo que eu entendi, não vai dar pra mudar só o preâmbulo vai ter que mudar toda a redação. **Patrícia-Cmas Nova Lima**: Então gente, a gente tem 4 vagas para representantes de conselhos, 2 vagas para governamental e 2 para sociedade civil, se a gente troca esse texto em vez de colocar só que a eleição é dos representantes governamentais dos conselhos municipais e passa a falar que é representante dos conselhos municipais, tira a parte de governamental isso jamais vai ser ilegal porque tem cadeira para a sociedade civil então eu acho que não justifica mais acho que pode colocar em votação Rodrigo. **Rodrigo**: Então a questão é que nós temos agora 2 propostas, 1 se é que se vai colocar a sociedade civil em tudo, mudar até o artigo 4º e a outra proposta que a Luanda trouxe tira só o governamental e a terceira é se mantém. Não é só no preâmbulo não, a questão do preâmbulo já se esgotou, são essas 3 propostas, conselheiros, estamos aptos? **Juanita**: Eu penso que antes de votar porque eu sou sociedade civil é óbvio que eu vou seguir a Patrícia porque vai dar visibilidade para a sociedade civil e vai dar os esclarecimentos mas aqui a gente aqui não pode fazer uma votação dentro da ilegalidade, então a gente tem um parecer técnico de uma secretária executiva que nos conduz e nos indica, nos subsidia a tomar uma decisão, então a gente precisa ter um parecer jurídico com relação à questão da legalidade ou não, porque se tiver ilegalidade a gente não vai ser irresponsável de votar pra mudança para dar transparência à sociedade civil, então eu acho que conduzir uma eleição com essa dúvida talvez vai ficar ruim. **Rodrigo**: Talvez eu tenha me confundido mas eu tinha entendido que foi a pergunta que eu fiz pra Joana. **Joana-Sedese**: Eu acho que se não é a minha dificuldade mas pode ser da maioria, a gente está uma dificuldade conceitual de entender o que significa cada coisa pra gente colocar ali e não tem interpretação por diferentes pessoas que vão ler essa resolução, o que a Patrícia estava explicando que eu entendi uma coisa inicialmente e agora eu entendi outra, que era o seguinte, no preâmbulo a gente tem entidades não governamentais, o problema não é esse, o que está sendo discutido seria representantes governamentais dos conselhos municipais de assistência social, ou seja, quando eu falei do artigo 2º a gente está das não governamentais, então esquece, nós estamos falando do problema que a gente está vislumbrando aqui é representantes governamentais dos conselhos municipais de assistência social, porque? Esses representantes governamentais eles são tanto da sociedade civil quanto governamentais, certo, então pode dar a entender que a sociedade civil não está incluída aqui dentro, realmente se eu fosse ler eu ia falar que são só representantes governamentais do governo acho que até aí todo mundo está alinhado e o que eu sugeri pra ela? qual a conceituação de representante governamental dos conselhos municipais de assistência social, artigo 3º os representantes dos conselhos municipais de assistência social integra o Ceas com 2 membros e seus respectivos suplentes, não fala nada de representante de sociedade civil? Está confuso mesmo. Está no inciso 4º do artigo 2º, só que o artigo 2º ele está como entidade não governamental, então eu entendo que a lei fala alguma coisa, vamos ver o que a lei fala primeiro, 2 representantes governamentais dos conselhos municipais de assistência social, eu concordo que eu não entenderia, eu acredito que se ficar de uma forma mais clara não teria problema desde que no artigo 1º parágrafo único vocês explicassem por exemplo representantes dos conselhos municipais de assistência social, o que é, quem são eles, porque eu acho que não está explícito isso em nenhum artigo não

olhei a resolução inteira mas eu acredito que nenhum artigo está escrito o que é, o que significaria representantes governamentais do conselho municipal dentro dessa resolução que está deliberando sobre o processo eleitoral, porque também se vocês forem seguir uma legislação, vocês estão estabelecendo um processo eleitoral dos representantes e além disso tem uma nota técnica conjunta do Ceas, da secretaria executiva seria importante entender. **Helder:** Gente, eu vou ficar com a fala da conselheira Juanita porque eu acho que a gente vai ficar aqui amassando barro, vamos discutir, vamos fazer proposta sendo que a questão mostrou claramente e eu fico muito preocupado. **Rodrigo:** Gente, é isso, o que a Joana está trazendo é que não há o que dizer de ilegalidade, então a fala da Juanita está respondida, agora se for uma consulta para além disso nós temos que parar a resolução e mandar para a advocacia geral. **Helder:** Eu acho que não há necessidade disso. **Rodrigo:** A advogada está aqui, obviamente. **Helder:** Eu não estou desmerecendo tá Joana eu só estou tentando compreender. **Rodrigo:** Gente vamos cuidar com as aparências, não tem aparência nenhuma aqui não, tem o que está dito, vamos com calma para a gente estabelecer aqui a advogada já disse que não é ilegal, estamos aptos a votar? **Luanda:** Eu retiro a minha proposta então porque a minha foi no sentido de tentar conciliar as coisas, deixa só a da Patrícia. **Joana-Sedese:** Eu falei que não tem ilegalidade desde que a gente crie um instrumento que seja de forma coerente, que tudo seja coerente, o que não pode é dentro do preâmbulo, artigo 1º, parágrafo único, artigo 2º, artigo 3º falarem de coisas diferentes, eles sendo totalmente coerente não tem ilegalidade, do jeito que está aqui eu entendo que não tem coerência. **Elerson-Cáritas:** Não tem coerência mas se eu estou entendendo a proposta da Patrícia por isso que ela fez não sei quantas sugestões, destaques, justamente eu falei assim se mudar aqui tem mudar em todos, porque aí vai ser coerente, e se eu estou entendendo a fala da Joana também por exemplo nós fazemos todas essas mudanças de forma coerente segundo a lei deixando claro que é segundo a lei então não há legalidade, se tiver mais dúvida ainda, se tiver não, acho que uma proposta que a gente pode encaminhar junto é uma nota técnica explicativa também se for o caso, já sai com a nota. **Marta-Sedese:** Pois é, português, técnica legislativa não é fácil, eu queria chamar esse conselho pra gente ser um pouquinho conservador, porque? Para não ter nenhum questionamento do que está posto ali, vamos trazer o texto que está na lei para não haver nenhum questionamento de que a gente não observou a legislação, só isso que eu queria ponderar, trazer o texto como está na lei estadual, acho que assim a gente não tem nenhum questionamento legal a gente pode fazer formas de esclarecimentos com o que a gente já evoluiu, mas ser conservador um pouquinho nesse momento talvez seja mais prudente. **Rodrigo:** Conselheiros eu concordo com tudo que está sendo discutido aparentemente é uma discussão vazia mais não é, de uma entidade, de um grupo, de um pertencimento, então nós temos que tomar cuidado com isso, eu queria chamar para mais uma reflexão, em vez de apagar eu vou colocar mais gasolina, a Joana, a advogada, ela leu rapidamente e já achou confuso, está confuso mesmo, lógico ela leu rapidamente na proporção aqui se ela pegar a norma toda ela vai entender claramente, mais é esse o primeiro contato que o conselho vai ter lá quando pegar, com o usuário batendo na porta, um monte de coisas, o conselho precisa de uma resposta muito rápida para poder tirar isso do papel, aí eu fico imaginando a gente já vai fazer uma norma que está obscura, vamos colocar assim que está confusa e vai ter necessidade de mais um trabalho para a secretaria executiva de uma nota técnica, de um esclarecimento, já sai um documento daqui furado exigindo mais uma coisa, mais um documento para o município ler, baixar, imprimir, ficar a pendência para ele ler, eu acho bobagem da nossa parte e eu acho que a secretaria executiva já tem serviço demais para ter que fazer esse documento. **Juanita-Federação das Apae's:** Eu só queria colocar aqui uma experiência que nós sentimos na pele em 2013 numa conferência que o pleno quis parar a conferência de 2013 por causa de uma questão que não foi nesse porte mas foi uma questão interpretativa, foi até o Ministério Público pra lá no Hotel Tauá para parar a conferência nós tivemos que entrar num diálogo, conselheiro Márcio era meu par na época,

então assim, o que a conselheira Marta está falando a gente tem que pensar, a gente pode ter problema futuro ou adia, mandar para o jurídico da Sedese pra fazer uma nota ou para dar segurança para esse conselho ou não, isso aqui quem já passou por isso e a gente já viveu, é só uma questão que eu gostaria de colocar para esse colegiado. **Márcio Caldeira-Assprom:** Acho que Juanita lembrou muito sabiamente toda essa experiência que o Ceas já passou agora cabe a gente pensar se a gente tem prazos de fazer adiamento como esse porque o processo eleitoral tem um regramento de apresentação documental, etc, e se a gente deixar isso pra próxima plenária nosso tempo pra fazer divulgação desse processo fica reduzido a gente precisa fazer todo esse dimensionamento se a gente quer que o processo eleitoral realmente aconteça dentro da conferência. **Rodrigo:** Jogando mais gasolina, Márcio mesmo que tenha prazo para a plenária nós temos que pensar que essa demora de dar resposta de conselhos municipais, sobre as regionais, isso esvazia mais a conferência, então nós vamos pensar mesmo o compromisso que a gente está fazendo aqui. Wilson e Consolação. **Wilson-SEF:** A gente iria ler de qualquer a resolução, vamos ler ela primeiro e a gente decidir depois da leitura. **Rodrigo:** De acordo conselheiros. **Consolação:** Márcio nós não temos tanto prazo porque na norma pública a gente tem que publicizar 30 dias antes inclusive de se estabelecer o calendário das pessoas, então tem um calendário depois de 30 dias começa pra fazer a inscrição, mobilizar, então realmente para aguardar a outra plenária a gente estaria com prazo, poderia ser questionado essa questão da publicização do processo. **Wilson-SEF:** A gente fazendo a leitura e se pedir para o colega mais uma vez para o grupo explicar a interferência que ela quer fazer, a gente ler junto com muita atenção, seremos muitas cabeças pra decidir de uma forma mais precisa no final, a própria advogada vai ter um tempinho a mais, nós leríamos juntos mas no final a gente decide, eu acho que é interessante. **Rodrigo:** Você quer que a conselheira Patrícia explique de novo rapidamente agora ou no final da leitura, entendi, pode ser conselheiros, chamo atenção então porque a questão foi levantada pela sociedade civil vamos ficar atentos pra ver se estamos contemplados com as questões que estão postas na resolução, porque isso vai ser decisório, então passando para a leitura. **Consolação:** Minuta de resolução, dispõe sobre o processo eleitoral dos representantes de entidades não governamentais e dos representantes governamentais dos conselhos municipais de assistência social para compor o conselho estadual de assistência social Ceas gestão 2019 – 2021. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 13 da Lei Estadual n.º 12.262, de 23 de Julho de 1996, pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS n.º 33, de 12 de dezembro de 2012 que aprovou a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS e pelos artigos 2º e 42 do Regimento Interno do Conselho Estadual, aprovado pela Resolução do CEAS n.º 358, de 10 de Maio de 2011, e considerando: - a Deliberação de sua plenária ordinária ocorrida na presente data resolve: artigo 1º aprovar o presente regulamento do processo eleitoral dos representantes das entidades não governamentais e dos representantes governamentais dos conselhos municipais de assistência social para compor o conselho estadual de assistência social Ceas, gestão 2019- 2021. Parágrafo único, o processo eleitoral referido no caput desse artigo ocorrerá na 13ª conferência estadual de assistência social de Minas Gerais. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Só explicando então a pedido do conselheiro Wilson, logo neste artigo 1º, ele fala do processo eleitoral dos representantes de entidades não governamentais e representantes governamentais dos conselhos municipais e tem também 2 vagas pra conselhos municipais sociedade civil, na lei do Ceas está enquadrado que o conselho municipal sociedade civil integra as entidades não governamentais mas isso é um equívoco dessa lei, então é por isso a sugestão ou tirar representantes governamentais, deixar lá e dos representantes dos conselhos municipais já que tem 2 vagas nos 2 lados, ou então incluir além de deixar os representantes governamentais incluir dos representantes da sociedade civil, então é só para esclarecer conforme o que você solicitou. **Rodrigo:** Eu pedi inscrição, eu levantei a

mão e fiz a inscrição. A grande questão é o seguinte, de cara eu concordo com a conselheira Patrícia porque eu anotei aqui na leitura, aqui não diz eleição de conselheiros governamentais, a gente sabe que tem, Patrícia por exemplo é conselheira do Cmas de Nova Lima representando trabalhadores, então é não governamental, então de cara aqui já não diz, porque na lei ela está junto de uma entidade não governamentais só que isso foi publicizado aqui e aí de fato não parece que vai eleger Cmas não governamental, esse é o primeiro problema e o outro agravante a cópia da lei não vai junto à essa resolução então o conselho municipal vai ter que ir lá na internet buscar essa lei aqui que eles não vão fazer isso com certeza, para saber o que ela está falando porque ela só vai desmistificar o que é não governamental lá na frente, então logo aqui no artigo 1º já conduz e aí se eu não me vejo aqui eu já posso ler a lei de outra forma, já buscando outras coisas na lei, é um erro pode ser um erro, todo mundo fala, a maioria fala, não vou falar todo mundo porque todo mundo é muita gente, eu faço isso se a lei me interessou aqui eu vou catar nela o que me interessa, não vou ficar procurando outras coisas, daqui eu já concordo que aqui tem um grande erro. **Isac-Angolo:** Eu também vou nessa linha do Rodrigo nesse artigo novo, eu que sou conselheiro estadual eu sei que tem a participação de sociedade civil dos conselhos municipais mas para um conselho municipal, conselheiro municipal não consegue ver a representação de sociedade civil do conselho municipal aí, realmente essa parte aí não está mostrando aos conselheiros, dá a entender que a sociedade civil pode vir de fora do conselho ou que então todos tem que vir do conselho. **Sandra-Cmas Montes Claros:** Então, eu penso se não deixar claro quem será eleito na conferência os conselhos municipais não vão conseguir ter essa clareza naquele artigo 1º não, eles não vão ter essa clareza, quando você ler já de imediato a gente pensa que as 4 vagas é do governo, então isso aí, eu não sei como, se a gente vai mexer nisso, se vai mandar um outro esclarecimento a parte mas que isso tem que ficar claro tem, e aí eu vou dizer o seguinte, quando eu vim concorrer uma vaga representando o Cmas de Montes o entendimento que tinha lá que as 4 vagas era do governo, Montes Claros tem uma secretaria executiva excelente, o entendimento era que era as 4 vagas do governo então por isso que tem que ficar o mais claro possível, quem são esses. **Rodrigo:** Questão de ordem, Elerson. **Elerson-Cáritas:** Eu acho que é consenso, está claro para os conselheiros que a redação de fato não traduz, a minha sugestão é a gente prosseguir com a leitura, terminar, e aí a gente delibera decidindo, vamos apostar nisso e esclarecer e aprovar desse mesmo jeito? Vamos ou não. **Rodrigo:** Ok, é o que foi encaminhado, então vamos prosseguir a leitura mas de qualquer forma o destaque já foi feito no artigo 1º. **Consolação:** Capítulo I, a identificação das entidades não governamentais dos conselhos municipais de assistência social, artigo 2º as entidades não governamentais integram o conselho estadual de assistência social Ceas, com 10 membros e seus respectivos suplentes distribuídos nas seguintes categorias conforme artigo 12 da lei 12.262 de 23 de julho de 1996 que correspondem as vagas para o referido processo eleitoral, inciso 1º – 2 (dois) representantes de usuários ou de organizações ou entidades de usuários de assistência social, de âmbito estadual; inciso II – 4 (quatro) representantes de entidades e organizações de assistência social, de âmbito estadual; incisos III – 2 (dois) representantes de entidade e organização representativa de trabalhadores da área de assistência social, de âmbito estadual; inciso IV – 2 (dois) representantes não governamentais dos conselhos municipais de assistência social – CMAS. **Rodrigo:** Cumprindo minha função de presidente eu vou alertar os senhores aqui e senhoras com relação as representatividades, vocês estão vendo agora, que entidades e trabalhadores de âmbito estadual então não poderá mais Cmas municipal, entidades, fóruns municipais, Cmas municipal não, perdão, fóruns municipais, fóruns de trabalhadores, usuários e entidades, os regionais vão poder e o estadual vai poder, até então nós temos hoje conselheiros do fórum municipal de BH e isso não vai mais existir no Ceas. **Hugo:** É que eu não entendi eu gostaria que você repetisse novamente porque lá está 2 representantes governamentais de conselhos municipais de assistência social e aí você fala que só BH vai sair fora, é isso que eu queria

entender? **Rodrigo:** Desculpa, eu falei conselho e corrigir, mais vou repetir minha fala, chamando atenção, porque hoje, fóruns municipais, fóruns de usuários, trabalhadores e entidades de âmbito municipal não mais vão poder competir a vaga de conselho estadual do Ceas, somente vai poder competir os fóruns regionais e estadual, quando eu disse Cmas eu disse equivocadamente, o Cmas vai, o que BH tem é o fórum de trabalhadores municipal, o fórum municipal representado pela conselheira Francielly não pode mais concorrer a vaga para eleição estadual, fóruns, o conselho está regulamentado em lei, âmbito regional de estadual que vão entrar no conselho agora. **Cristiano-Sedese:** O que não significa por exemplo que se a Francielly quiser, ela pode concorrer como trabalhadora. **Rodrigo:** Trabalhadora do fórum estadual, até porque ela membra da estadual, perdão, gente, eu esqueci justificando a ausência da conselheira Francielly que está à trabalho na PBH agora, pré conferência da regional dela, então ela teve que se ausentar, então o trabalhador lá do município até porque eu sou de município também, vai poder concorrer a uma vaga no conselho estadual? Vai, como? Se ele for participante do fórum regional e do fórum estadual indicado. **João-Cmas Pirapora:** Eu só queria Consolação que refizesse pra mim a leitura porque eu não consegui entender bem a recomposição da sociedade civil. **Consolação:** inciso 1º – 2 (dois) representantes de usuários ou de organizações ou entidades de usuários de assistência social, de âmbito estadual; estou lendo igual está na lei que foi reproduzida aqui, inciso II – 4 (quatro) representantes de entidades e organizações de assistência social, de âmbito estadual; inciso III – 2 (dois) representantes de entidade e organização representativa de trabalhadores da área de assistência social, de âmbito estadual; IV – 2 (dois) representantes não governamentais dos conselhos municipais de assistência social CMAS. **João-Cmas Pirapora:** É só para mim concluir minha dúvida, eu ainda continuo com dúvida com relação a e questão dessa representatividade, porque se eu não estou enganado parece que eu vejo que apareceu aí entidades representativa 2 vezes, é entidade que representa ou não trabalhadores ou entidade que representa ou não usuários e ainda tem as entidades, então assim eu acho que era melhor se a gente conseguisse fazer uma avaliação de que pudesse ser um segmento representativo dos trabalhadores, dos usuários ou então segmentos mesmos, eu não sei como que a gente vai colocar isso mas fica muita entidade aí e isso acaba complicando a gente na hora do entendimento lá no interior, eu mesmo tive dúvida de inscrever o nosso conselho, aonde é que eu me inscrevi. **Luanda-Fetsuas:** Eu trago talvez uma problematização, talvez não cabe aqui agora também que a gente está falando de lei e que precisaria fazer uma mudança na lei mas é a questão do acórdão do TCU e a questão da equidade dentro da própria sociedade civil, a gente tem 2 representantes de cada segmento das entidades 4, isso é um problema também da proporcionalidade, então assim, eu já trago isso como um problema que a gente vai ter que enfrentar, talvez trabalhando na lei, porque a proporcionalidade não está compatível e a gente já tem um acórdão do TCU trazendo isso para gente. **Márcio Caldeira-Assprom:** Gente, olha eu acho importante da gente ter uma coerência no ponto de vista da legalidade dos processos, eu já conduzi processo eleitoral em Belo Horizonte e a gente tem uma base de todo regulamento de processo eleitoral, a ancoragem dela é a lei que constitui o conselho então assim a gente não pode colocar num texto de um processo eleitoral composições diferentes daquela que está na lei isso é um ponto e até mesmo da tipificação de como está escrito isso na lei, então a gente tem que ser muito coerente com esse processo neste sentido porque isso abre precedente de questionamento, abre precedente de questionar o processo eleitoral e invalidar todo procedimento e aí quando o senhor coloca conselheiro João acho que o processo ali que está na questão de palavras, de entidades, são entidades representação de trabalhadores, ou de usuários isso está nos textos da lei, em Belo Horizonte por exemplo nós conseguimos mudar a lei de composição do conselho aí sim a gente conseguir fazer a mudança dentro da composição do conselho e a forma de como ser feito então a gente tem que seguir o rito processual para a gente não cair em inconsistência de processos eleitorais então a gente tem que ter muita

incoerência nesse sentido. **Rodrigo:** Ok, então só chamando a atenção até seguindo o que foi pedido na plenária ontem nem sempre eu vou ter condições de chamar essas atenções, os conselheiros que foram percebendo isso vão pedindo eu percebi isso aqui, não é papel só meu mas aqui eu tive condição de fazer e fiz. Dando sequência a leitura. **Consolação:** §1º O assento no CEAS é da entidade ou órgão, eleito no Processo Eleitoral, cujo mandato é de dois anos. §2º A indicação do representante da entidade ou do órgão é de sua livre escolha, desde que seja comprovado vínculo com estes, não podendo ter sido conselheiro do CEAS nos últimos dois mandatos consecutivos. “Aqui respondendo o preceito da lei que fala que é permitido uma única recondução por isso que a gente coloca esses dois mandatos consecutivos”. §3º A indicação do representante do conselho municipal é de livre deliberação do colegiado, não podendo ter sido conselheiro do CEAS nos últimos dois mandatos consecutivos. §4º Entende-se por âmbito estadual, para fins dessa resolução: Inciso I – Os representantes das entidades e organizações de Assistência Social de atendimento com comprovada atuação na área e devidamente inscrita em pelo menos dois Conselhos Municipais de Assistência Social. Inciso II – Os representantes das entidades e organizações de Assistência Social de assessoramento e defesa de direitos que comprovarem sua inscrição no CMAS. Inciso III – Os representantes de entidades e organizações dos trabalhadores da área de assistência social que desenvolvam suas atividades no Estado. Inciso IV – Os representantes de organização ou entidade de usuários de assistência social que desenvolvam suas atividades com abrangência regional, ou em pelo menos dois municípios. Inciso V – Os representantes de usuários de assistência social que desenvolvam suas atividades no estado. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Eu queria entender se nesse artigo 5º se ele está literal como está na lei do Ceas, esse último que ela leu o parágrafo 4º inciso 5º se estiver literal ou não, porque se não tiver literal eu iria sugerir para alterar o texto ou retirar porque inciso 4º fala de representantes de organização ou entidades de usuário e no 5º fala dos representantes de usuário então se tem uma diferença eu entendo que representante de usuário é usuário puro aí não tem como ele provar que desenvolva suas atividades no âmbito do estado aí eu queria entender se está na lei sim ou se tem alguma possibilidade de mudança. **Consolação:** A lei que define usuário, resolução do conselho nacional isso aqui foi inserido pra atender a resolução dos usuários de conselho nacional, lá tem 2 formas de representação também, das organizações o representante de usuário o que fala que desenvolva são os fóruns, fóruns não é organização ou entidade propriamente dita no conceito, então por isso há uma separação e foi um pleito antigo dos usuários no conselho de que muitos não poderiam concorrer por que eles não conseguem a sua habilitação como organização ou entidade, a documentação é diferente então para que haja isso, para que a gente atenda a resolução que é do conselho nacional que define usuário foi separado isso para ser mais abrangente. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Então só para entender, então não está na lei do Ceas, está na da nacional, e aí o usuário puro que não está no fórum, não está numa representação de entidade, ele não pode concorrer, beleza. **Hugo-Cmas Juiz de Fora:** A minha pergunta é na linha dela também até porque eu não vi ali usuário porque se fala tanto da política que é para ele e ele não se faz representado no conselho estadual, então eu entendi mal, mal usuário, porque você tem organização de usuário e usuário, é o que está no município, mas eu já entendi ela já respondeu pra mim. **Rodrigo:** Então não precisa esclarecer não, ok, então vamos prosseguir. **Consolação:** §5º A área de abrangência regional terá como parâmetro a área de abrangência das Diretorias Regionais da SEDESE, conforme Decreto Estadual nº 47.067/2016. (“Eu acho que tem que atualizar, não tem? Agora que eu vi aqui”). §6º Serão consideradas representantes de usuários, cidadãos, sujeitos de direitos e coletivos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos social e pessoal, que acessam os serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda no âmbito da Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social, conforme disposto no art. 2º da Resolução n.º 11/15 do Conselho Nacional de Assistência Social. (“Para explicar e ficar mais claro”)- §7º - Serão

consideradas entidades ou organizações de usuários de assistência social os sujeitos coletivos, que expressam diversas formas de organização e de participação, caracterizadas pelo protagonismo do usuário, conforme disposto no art. 3º da Resolução n.º 11/15 do Conselho Nacional de Assistência Social. §8º Serão consideradas entidades e organizações de assistência social, aquelas sem fins lucrativos, conforme disposto no art. 3º da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS: Inciso I – de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal; (aí está igualzinho a Loas), Inciso II – de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social; e Inciso III – de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social. §9º Serão consideradas entidades e organizações representativas de trabalhadores da área de assistência social aquelas que atenderem os critérios dispostos no art. 2º da Resolução do CNAS n.º 06, quais sejam: Inciso I – tiverem em sua base de representação segmentos de trabalhadores que atuam na política pública de assistência social; II – defenderem direitos dos segmentos de trabalhadores na Política de Assistência Social; III – propuserem a defesa dos direitos sociais aos cidadãos e aos usuários da assistência social; IV – tiverem formato jurídico de sindicato, federação, confederação, central sindical ou conselho regional ou federal de profissão regulamentada, ou associação de trabalhadores; V – tiverem a organização em forma de fórum nacional, estadual, regional de trabalhadores; e VI – não representarem classe patronal ou empresarial, isso em consonância a resolução do conselho nacional. Essa foi a redação proposta pela secretaria executiva, nós temos uma comissão e essa minuta foi passada para a comissão, a conselheira Juanita contribuiu e propôs o artigo 2º agora, eu queria ler para vocês compararem com o artigo de cima na nova redação ao que eu acabei de ler. Mesmo artigo com outra redação. Artigo 2º Poderão participar do processo eleitoral exclusivamente o segmento de representação da sociedade civil que atuam em âmbito estadual e que estiverem habilitados a designar candidatos observados os seguintes critérios, entidades e organizações de assistência social abrangidos pelo artigo 3º da Loas que prestam serviços conforme resoluções do Cnas 109/2019 que é a tipificação, a 33/2011 e a 34/2011 também bem como as que atuam com assessoramento, defesa de direitos conforme resolução do CNAS 27/2011 e que sejam escritas no cadastro nacional de entidades de assistência social Cneas; II - os representantes e organizações de usuários que congreguem as pessoas destinatárias da Política de Assistência Social, de acordo com a Resolução CNAS Nº 11, de 2015; III as entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS, em conformidade com a Resolução CNAS, nº 6, de 2015 -

§ 1º Os segmentos de representação da sociedade civil deverão indicar o segmento a que representam para habilitação, observados regulamentações seu estatuto e relatório de atividades, e obedecendo às legislações e normas que regulamentam cada segmento, em conformidade com os incisos caput deste artigo.

§ 2º Serão consideradas de âmbito estadual; As entidades de organizações de assistência social que comprovadamente estejam escritas pelo menos em 2 conselhos municipais; Os representantes de usuários e organizações de usuários da assistência social que comprovadamente estejam inscritas em pelo menos em 2 conselhos; As entidades e organizações de trabalhadores que comprovadamente estejam inscritas, aí deu erro não tem que ter inscrição, pelo menos da região; os representantes de usuários e organizações

de usuários da assistência social que comprovadamente desenvolva suas atividades em pelo menos 2 municípios; (é o de baixo talvez faltou excluir); 3 – As entidades e organizações de trabalhadores que comprovadamente desenvolvam suas atividades há no mínimo 2 anos pelo menos em 2 municípios em sua região ou em 1 região; alteração ela juntou as normativas eu coloquei em literal fui colocando ela reunião todas as normativas com os números dela então reduziu inclusive o texto, a única questão né Juanita que eu até conversei com ela é que as pessoas tem que voltar na norma pra saber o que está em cada uma delas. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Eu achei interessante essa proposta de redação da conselheira Juanita porque ela é mais objetiva e querendo ou não as pessoas que estão na assistência ela já de cara já entendem quem são as entidades e aqui no inciso I fala de atendimento, de assessoramento, defesa e garantia de direitos, já se tem também um entendimento de entidades quem são os usuários e trabalhadores e aí faltou aqui no caso de quem seriam o Cmas porque lá no artigo 2º da outra forma, o Cmas está inserido lá e teria que inserir aqui também, acho que ficou mais enxuto e de mais fácil entendimento porque o outro tem 9 parágrafos e uns 10 incisos também, então eu achei bem objetiva essa e achei de mais fácil entendimento sendo necessária acrescentar, poderão participar do processo eleitoral, o inciso 4º no artigo 2º. **Rodrigo:** Alguma questão conselheiros? Podemos então já propor essa substituição pra já não precisar votar isso mais, então esse assunto está pacificado. **Consolação:** Artigo 3º, os representantes governamentais do conselhos municipais de assistência social integram o conselho estadual de assistência social Ceas com 2 membros e seus respectivos suplentes, parágrafo único, a indicação do representante do conselho municipal é de livre deliberação do colegiado não podendo ter sido conselheiro do Ceas nos últimos 2 mandatos consecutivos como titular ou suplente. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** No capítulo I que fala da identificação das entidades e dos conselhos no artigo II ele quem são as entidades não governamentais, entidades, trabalhadores, usuários e Cmas de sociedade civil no artigo 3º ele fala dos representantes governamentais mas aí ele não fala da sociedade civil mais uma vez, que aqui seria interessante entrar um pouco disso, porque aí no artigo 3º ele fala que o representante governamental dos conselhos ele tem que ter uma indicação e que essa indicação ela é feita pelo Ceas mas quando fala lá trás no artigo 2º inciso 4º dos 2 representantes não governamentais do conselhos municipais que aí entra aqui a sociedade civil não explica isso, o conselho municipal na sociedade civil também tem que ter a indicação do representante. **Consolação:** Fala no parágrafo 3º do artigo 2º. **Rodrigo:** Eu não entendi não. Tá certo? Ótimo. Prossiga. **Consolação:** Mas com a nova redação isso caiu, pois é, vocês até falaram pra ficar a redação, mas até a indicação desse quantitativo, quantos são, 2 representantes tem que permanecer. **Patrícia-CMas Nova lima:** Mas aí se ficar, o artigo 2º da Juanita não tem isso mas se ficar o 2º como foi proposto pela Juanita esse problema seria resolvido se colocasse no artigo 3º os representantes governamentais e da sociedade civil dos conselhos municipais porque aí não precisa ficar repetindo isso 2 vezes. **Consolação:** Além dos outros representantes, né Patrícia não só de conselhos porque se ficar a redação dela esse indicativo de quem compõe correspondem 2 representantes, usuários isso vai ter que constar. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** De qualquer forma no artigo 14 todas as abas falam com suplentes também, porque aqui no 3º do parágrafo único está falando da indicação dos representantes dos conselhos a questão do suplente ela já trata no artigo 14, então se for adotar mesmo o artigo 2º conforme sugerido na redação da conselheira Juanita pra não ter que ficar colocando mais coisa no artigo 2º era só incluir aqui no artigo 3º e sociedade civil. **Consolação:** Então gente, a questão é a seguinte, tem uma lógica de capítulos, tem uma lógica que é a identificação, tem uma lógica de redação, tem uma lógica de vagas então tudo isso tem que ser revisto, aí realmente eu que estou ficando confusa, tem uma lógica de capítulos, aí muda a lógica toda. **Juanita-Federação das Apae's:** Na verdade quando eu fiz essa sugestão de nova redação, a Consolação me retornou falando já dessa questão dela porque eu tinha proposto nesse modelo que eu tinha dado da proposta de nova redação ia ficar uma

resolução sequencial, menor e depois a Consolação me falou que ela é dividida em capítulos e que cada capítulo fala de um determinado tema para dar maior esclarecimento, nesse contexto que a Consolação está falando procede mesmo e aí a gente teria que rever toda a resolução para fazer uma lógica sequencial mais enxuta, porque de acordo com a Consolação todo histórico do Ceas né Consolação ele é feito por capítulos. **Patrícia-Cmas Nova Lima-** Mais infelizmente eu acredito que a gente realmente tenha que fazer uma revisão dela como um todo porque o capítulo I fala da identificação das entidades, e aí no artigo 4º está falando que o fórum próprio pra eleição das representantes é a conferência, a Joana me salva aqui de novo eu acredito que essa parte do fórum próprio teria que estar em outro capítulo, não sei nas exposições gerais ou se no ato da eleição, então eu acredito sim que vá ser necessário fazer uma revisão como um todo da ordem mesmo. **Rodrigo:** Conselheira eu vou te pedir uma questão eu vou propor uma questão da plenária, é possível você sentar no computador e tentar organizar essas ideias colocar da forma com sua proposta pra gente apresentar e a gente passaria para as comissões pra gente tentar ganhar tempo. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Eu queria até pedir desculpa por estar colocando isso por que fica delongando demais a reunião, eu fiz a leitura hoje de manhã e eu até conversei com a Consolação que eu tinha muito destaque e eu até perguntei se seria melhor eu fazer no computador ou fazer igual Juanita e aí a Consolação me colocou que a Juanita fez porque ela já era da comissão e aí eu teria que colocar aqui mesmo, eu peço desculpas porque eu já tinha oportunidades hoje de manhã, é muito ruim ficar se delongando eu até me propus de ir para o computador mas a Consolação achou melhor aqui. **Rodrigo:** Não há o que pedir desculpas, não há o que dizer de erro eu estou pensando em tentar clarear para os conselheiros e aí tomo essa liberdade por conhecer a sua competência, tomo essa liberdade se for possível. **Marta-Sedese:** A gente já teve essa experiência na comissão de normas né Helder, que a gente trouxe uma resolução pra cá que a plenária ficou super confusa e a plenária falou assim, retira, volta, retrabalha e trás, aí eu estou propondo que essa plenária considerando que tem uma comissão eleitoral, considerando o que a Patrícia já está trazendo, considerando o que a Juanita já trouxe, isso volte para a comissão e a gente delegue à presidência ad referendum da plenária, fazer a publicação da resolução com as correções que a gente coloca e que com um pouquinho mais de tempo a gente dá conta de fazer uma boa revisão. **Rodrigo:** Gente, eu particularmente não gosto de uma resolução de tamanho vulto, ad referendum não, se for ad referendum vai ser ad referendum da mesa diretora então, não se a plenária assim determinar, sei que posso usar dessa prerrogativa mas eu acho que é muito grande. **Consolação:** Eu entendi foi mesa né Marta que você está falando eu só proponho o seguinte, é uma eleição dos representantes da sociedade civil então que possam então os conselheiros em cima disso, a conselheira Juanita, Helder, Isac que está na comissão, tem mais um que eu esqueci quem, a Soyla pediu para não estar, a Sandra, tem mais uma pessoa mais me faltou aqui agora, e aí eu pediria à essas pessoas mais a Patrícia que fizessem então que seja virtualmente ou que pudesse reunir ou que marque uma reunião no conselho pra fazer essa redação porque eu acho que aí fica inclusive legítima a questão de ser a eleição da sociedade civil dos conselhos, porque aí a gente vai e passa pra mesa diretora esses encaminhamentos, eu só solicito isso porque não adianta a secretaria executiva ficar tentando consolidar porque acho que está num momento tem uma base em cima da base, faz e se tiver depois alguma questão pode acionar o jurídico, a mesa diretora vê o encaminhamento devido mas que os conselheiros assumissem a nova redação. **Sandra-Cmas de Montes Claros;** Então, se encaminhar para essa proposta eu sugiro que determine prazos aqui, inclusive o Cmas tem perguntado quando vai que sair as orientações para eleição, então sugiro que a gente determine prazos aqui. **Rodrigo:** Acho mais que oportuno, sem prazos o negócio fica muito solto, trabalho todo mundo tem senão acaba posternando pra 15 dias aí não dá, o negócio tem que ser nessa próxima semana. **Patrícia-Cmas nova Lima:** Sem a mesa diretora e a comissão eleitoral fosse do grossar assim eu só sugiro que coloque em votação essa questão, você vai colocar

sociedade civil, você vai tirar governamental, você vai deixar, porque pra que a comissão vai ter essa definição, eu acho. **Rodrigo:** Eu penso que não, Patrícia porque aí até isso a gente ganha tempo então de for dar tempo da Joana voltar, de consultar as normas, e aí a gente já trás isso ordenado, e vai ser o que for legal, a Joana falou que se coloca à disposição também, então nesse sentido tudo que está sendo discutido aqui vai pra essa comissão pra se resolver lá e vai sair a matéria já dentro da legalidade de todos os encaminhamentos, então a decisão é essa plenária, eu vou colocar em votação, eu faço questão de votar, que a minuta de resolução vai ser encaminhada para uma comissão, para comissão eleitoral e que vai ser feito ad referendum da mesa diretora. **Juanita:** Federação das Apaes, presidente numa questão de ordem eu penso que nós podemos 3 pessoas aqui sair e trazer uma proposta hoje ainda pra essa plenária, considerando que já está feito, a gente senta no computador, salva como e trás uma proposta nova. **Rodrigo:** Eu acho uma mistura de bom com ruim conselheiros, sabe porquê? de certa forma a gente resolve o problema mas nós temos pautas que eu acho que todo pleno tem que estar presente e sair da plenária eu penso que pode desqualificar, não desqualificar alguma discussão, mas esvaziar. **Juanita-Federação das Apaes:** Na verdade o Ceas mandou essa resolução para nosso email já tem muito tempo está no site pra gente fazer as considerações, então assim, a gente já sabe o teor da resolução pra sentar, nós tivemos uma agenda hoje a gente tem que estabelecer prioridades, eu fico imaginando sabe conselheiros, porque são tantas, nós temos inclusive uma pra ontem que é do monitoramento das conferências e não está achando hora para sentar e pra conversar sobre, e estamos construindo agenda pra esse conselho participar então assim é uma questão e a gente não vai e a gente vai depender de agenda de nós conselheiros eu não sei, eu acho que tinha que resolver isso o mais rápido possível. **Rodrigo:** Conselheiros, é com vocês, a minha opinião é essa, eu não estou dizendo nem que sim e nem que não, até porque não me compete me dizer isso, é autônomo pode sair a qualquer momento e pegar o computador, mas eu penso que deveríamos ir para as comissões porque tem pautas importantes, em discussões, conselheiros. **Luanda-Fetsuas:** A gente começou o processo, vamos continuar, a gente está aqui pra isso então a gente deve continuar a leitura da resolução, a gente tem um ponto as 14:00 horas a gente já venceu então a gente ganha essa hora, a minha sugestão é pra gente continuar. **Consolação:** Nós não avançamos conselheiros, nós falamos o que é necessário, descobrimos que com a nova redação outras coisas tem que ser revista, mudou o esqueleto da resolução então é outra resolução, vai ficar muito confuso a gente apresentar aqui primeiro agora tem capítulo, não tem capítulo, isso aqui vai ter que está no artigo 6º, não essa matéria vai estar no artigo 8º, então é confuso, ou realmente sai e faz um documento e retorna como a conselheira Juanita aqui propôs ou realmente fica a proposta da conselheira Marta, porque realmente está confuso e a gente nem consegue fazer um consolidado desse jeito e aí se aprova uma coisa mais ou menos não fica bom. **Rodrigo:** Ok, mais alguém? **Márcio.** **Márcio Caldeira-Assprom:** Pra gente tomar uma decisão, a gente precisar ver se a gente vai tempo pra trabalhar aqui? Acho que é fato, as comissões tem matéria para deliberação que vão tomar tempo, a gente tem que ser objetivo no processo senão a gente vai avançar aqui a noite, está todo mundo disposto a avançar a noite aqui? Acho que não, entendeu, então assim eu acho que a gente tem que ser muito claro aqui a gente está querendo fazer o processo com bastante segurança, transparência e principalmente dentro de uma legalidade, eu penso e sou muito favorável a proposta que foi apresentado aqui pela conselheira Marta pra que a gente apresente essa possibilidade ad referendum da mesa diretora e faz toda essa reconstrução dessa resolução. **Rodrigo:** Ok, então conselheiros em regime de votação, eu vou colocar 2 situações, o ad referendum e que os conselheiros se retirem pra fazer a proposta, são diferentes, conselheiros que aprovam ad referendum da mesa diretora, conta pra mim, 11, conselheiros que votam pela retirada de alguns conselheiros para tentar fazer isso agora, 5, abstenções, então vai ser ad referendum, vamos para as comissões. **Isac:** Rodrigo, ato de ad referendum com a reconstrução pela

comissão eleitoral. **Rodrigo:** Exatamente isso, comissão eleitoral mais conselheiros voluntários, Patrícia e a advogada da Sedese Joana. **Juanita-Federação das Apae's:** Eu já fiz as contribuições dentro da lei, agora é colocar ela num formato diferente que atenda, eu não sei se nesse caso precisa da minha pessoa pra fazer essa organização, o que eu estou me propondo é sair ali e fazer uma construção nesse sentido porque eu já fiz as minhas considerações quando o Ceas me mandou ela por email, eu fiz a leitura, estudei e fiz as minhas considerações, então agora é fazer essa adequação para propor uma nova redação, não precisa da Juanita pra isso, eu fico imaginando. **Rodrigo:** Conselheira registrado, já foi votado, a decisão já foi tomada a comissão vai ser convocada pra se reunir quem não puder justifica a ausência, conselheira a comissão será convocada, caso você não possa comparecer, é só justificar a ausência não tem problema, vai ser com a comissão e com os conselheiros que puderem comparecer. Vamos para as comissões, por favor. **Cristiano-Sedese:** Boa tarde de novo eu vou fazer um relato aqui breve da reunião da comissão de política que foi na quarta feira, já justifico aqui a minha falta, não pude vir mas eu combinei com a Tatiana que é Diretora de Alta Complexidade para ela vir dar o apoio para a comissão aqui, que ficou responsável por discutir nesse dia a organização desse evento que houve hoje aqui de manhã, dessa roda de conversa, os últimos detalhes desse evento e também foi discutido a câmara técnica que foi instituída pela Cib pra discutir o retorno protegido, então além da organização da roda de conversa também sobre essa câmara técnica porque o Ceas integra essa câmara técnica da comissão intergestores bipartite, o Elerson que é o conselheiro que foi indicado para participar, mas ela está aberta também se outros conselheiros quiserem participar, está aberto podem participar, eu vou fazer o relato então que houve sobre a câmara técnica do retorno protegido, essa câmara técnica eu não sei se todos sabem mas no âmbito da Cib como que eu acho que no âmbito do Ceas também havendo a necessidade uma discussão mais técnica eu não sei se no Ceas tem essa possibilidade mas na Cib tem essa possibilidade de se criarem câmaras técnicas pra aprofundar discussões e fazer uma discussões técnicas para subsidiar as pactuações na Cib e aí a Cib fez essa sugestão de instituir essa câmara mais até foi de BH o secretário de assistência de BH José Crus fez essa solicitação de instituir uma câmara técnica e a Cib entendeu a necessidade e aí foi instituída a primeira reunião que aconteceu nesse mês de agosto, e aí a discussão então era sobre retorno protegido então a câmara técnica ela fez a primeira uma discussão sobre a questão conceitual porque tem alguns documentos que citam, recâmbio, recambiamento e retorno protegido esse termo retorno protegido é um termo que foi dado por BH que tem já um histórico de discussão a respeito disso eles estão com uma proposta de criação do programa de retorno protegido em BH, tem uma demanda muito grande por ser a capital e aí a câmara técnica então ela ficou com essa responsabilidade de pensar a questão do retorno protegido mas de tentar elaborar algum tipo de orientação que sirva também não só para os municípios maiores mas para os demais municípios do estado, quem pega essa câmara técnica então? É o próprio estado, a Sedese, a Subas, a corregedoria dos direitos da criança e do adolescente lá na subsecretaria de direitos humanos, o Cedca, o Ceas que eu já falei o Elerson, o Cao da CA que é a dra. Paola, dr. Márcio Rogério que é da 23ª Promotoria de Justiça dos Direitos da Criança e Adolescente da vara infracional de BH, Coinj que é a Corregedoria da Infância e Jdo Tribunal de Justiça de MG e dos municípios indicados pelo Cogemas na Cib que são BH, Contagem que são os 2 municípios indicados pelo Cogemas e que integram essa Câmara Técnica, essa reunião aconteceu então dia 13 de agosto e o objetivo dela foi pensar uma proposta de retorno protegido de criança e adolescente da sua cidade de origem a fim de garantir o direito a convivência familiar e comunitária, nessa primeira reunião a gente fez um levantamento histórico das últimas discussões a partir de 2013, 2014, porque essa discussão no âmbito do estado começa já em 2013, 2014 muito com relação por causa da copa do mundo que foi no Brasil em 2014, que queria gerar fluxo de visitantes na capital muito grande então foi feita toda uma articulação ainda em 2014 para pensar essa questão do retorno protegido não só em

relação a copa do mundo mas também em relação a grandes eventos, que acontecem com muitos municípios também que tem dificuldades, carnavais e que acontecem isso os adolescentes eles tem um trânsito em outras cidades e acabam ficando nas cidades e em alguns casos acabam cometendo algum ato infracional e o município onde esse adolescente esta fica com a responsabilidade de procurar essa família no município de origem dessa criança ou adolescente e aí tem toda uma discussão sobre essas responsabilidades, papel do conselho tutelar, papel do poder público, papel da promotoria da justiça, então tem uma série de discussões e a gente fez todo o levantamento de todas as discussões que vem acontecendo desde 2014 inclusive com algumas resoluções que foram publicadas, algumas discussões inclusive em âmbito nacional lá no conselho nacional de assistência social e também sobre alguns documentos que foram emitidos pelo próprio estado como uma nota técnica que é uma nota técnica de 2017 que é a nota técnica nº 349 que fala sobre retorno protegido e aí o que ficou proposto no final como encaminhamento dessa câmara técnica era de que a gente iria pensar inicialmente para próxima reunião a elaboração de um documento mais básico contendo pelo menos algumas primícias ou condições que a câmara técnica entende como eixo principal ou diretrizes principais do que vem a ser uma orientação mais abrangente pro estado e eu fiquei com a responsabilidade de encaminhar para todos os participantes dessa câmara técnica algumas sugestões já de primícias, elaborei um documento já com algumas primícias e encaminhei para todos os participantes para que a gente colete de cada um dos participantes as sugestões para que na próxima reunião a gente consiga já discutir essas primícias básicas isso foi o principal encaminhamento e a próxima reunião ficou combinada para o dia 17 de setembro e também foi consenso entre a câmara técnica que a gente faça o cronograma para que fique uma discussão muito prolongada então a gente tem a previsão de fazer essa próxima reunião em setembro e já para outubro tentar elaborar um documento já de orientação sobre a questão do retorno protegido, então esses foram os encaminhamentos principais o Elerson que é o representante aqui do Ceas já está sabendo também, apesar dele não ter isso, ah ele foi? Reunião da câmara técnica, a Ivone que também é da Cib ela teve oportunidade de participar lá dos informes que a gente deu sobre a câmara técnica, mas como eu falei a câmara técnica está aberta é uma discussão técnica e está aberta para qualquer conselheiro também que quiser contribuir, e a gente vai mandar um convite da próxima reunião que é no dia 17 de setembro e aí também todo esse documento que a gente está construindo também a gente vai compartilhar com todo mundo para coletar também as contribuições de cada um, então foram esses dois pontos que a comissão de política discutiu na quarta feira, estão me falando assim que como o Elerson é o indicado do Ceas e que está participando da câmara técnica do retorno protegido que ele está recebendo todos os materiais e que aí também o Elerson e a Adelmira podem compartilhar com todos os conselheiros além da comissão de política se quiserem contribuir, a Luanda é a coordenadora. **Rodrigo:** A Adelmira tema questão da comissão sobre o curso, por favor. **Sandra-** Cmas Montes Claros: Rodrigo, o termo de referência foi encaminhado para as comissões, nesse momento pode colocar o questionamento que a comissão fez? **Rodrigo:** Sim, vamos fazer o seguinte vamos terminar o relato das comissões e a gente abre uma questão só de termo de referência, acho melhor porque aí todo mundo fala porque senão acaba que a outra comissão também propôs isso e tal, então vamos matar as comissões e depois a gente ver o termo de referência, Adelmira o informe sobre o curso, por favor. **Adelmira:** Pessoal eu acho que eu mandei até por email pra vocês, porque o Ceas foi parceiro junto com a controladoria geral da união pra construir um curso à distância que vai ser lançado agora dia 6 eu mandei até um email porque já está aberto as inscrições e aí o formato do curso é à distância qualquer pessoa pode participar e a gente divulgar pra todos os atores do Suas e a gente pede para que cada conselheiro divulgue nos seus municípios, nos seus grupos e vai ser preparado aqueles folder pra gente divulgar pelas redes sociais e dia 6 vai ser o lançamento, e Leice passou o convite para o Rodrigo e aí ver se quem vai poder comparecer um ou outro

conselheiro para poder fazer a divulgação, então o curso é aquele alto instrucional a certificação é dada com 60% das atividades concluídas e qualquer pessoa pode participar, não há limite de vaga ele vai ser nacional, o curso é em nível nacional, vai estar na plataforma e as inscrições é a partir do dia 26 de agosto e o período do curso é 02 de setembro a 29 de novembro está no site da assembleia que está lá no link das inscrições, depois eu mando para vocês no whatsapp. **Rodrigo:** E aí a questão daquela hora que eu falei da dra. Leice vai ser de 09:30 às 12:00 no dia 06/09 ela convidou também ela havia me pedido aqui no privado o contato das Urcmas metropolitana também para compor a mesa e aí quem coordena a Urcma metropolitana são 4 pessoas mas o que eu estou lembrando é a Patrícia por Nova Lima e o Sávio por BH as outras 2 eu não me recordo e aí então eu acredito que a Urcma também vai ser chamada para esse evento de lançamento então eu estarei lá e a Sedese também e se algum conselheiro quiser e se tiver à disposição pode estar conosco, tem mais alguma coisa da comissão de política? Não, obrigado Cristiano. Comissão de Orçamento, por favor. **César-Sedese:** Boa tarde todo mundo vou fazer aqui a apresentação e o relato da comissão, de orçamento e financiamento em conjunto com a comissão de normas, não pude participar da reunião por justificativa da saúde, pedi a Consolação para apresentar aí o quadro com as ações que foram apresentados pela Gabriele, o trabalho de elaboração do plano de ação governamental 2020/2023 primeiro ano de governo é apresentado o novo plano de ação governamental então a gente não está fazendo revisão nenhuma esse ano então foi construída uma nova proposta pela Sedese a partir das orientações de estruturação de um programa de assistência social a gente está fazendo para a Sedese um programa de política pública atualmente nós temos 3 programas orçamentários e essa proposta tem o objetivo de flexibilizar a gestão e adaptar o orçamento que nós temos à realidade porque como que foi apresentado existem bastante ações com baixa execução ou sem nenhuma execução então essa proposta ela visa dar uma realidade ao orçamento do fundo, então o programa é um programa de aprimoramento da política estadual de assistência social 065, proposta de ação, capacitação e apoio técnico da proteção social básica, proteção social especial e gestão do Suas que a ação nossa aqui, nós temos no programa atual Qualifica Suas que é relativa a capacitação e as ações de gestão, a segunda ação ela é qualificação da oferta de proteção social especial de média complexidade que ela tem um escopo de cofinanciamento dos Creas regionais, municipais, referências técnicas, medidas socio educativas em meio aberto, próxima ação é oferta de serviços de proteção social especial de alta complexidade que tem a previsão de parceria para oferta de serviço de acolhimento da casa lar residência inclusiva, ação de cofinanciamento estadual piso mineiro de assistência social porque aí a proposta é piso fixo e o piso variável e a ação de apoio ao controle social à gestão descentralizada que aí é previsto a manutenção do conselho, as reuniões da Cib, as conferências de assistência social, apoio à assistência de participação dos fóruns e as Urcmas, então essa é a proposta em termos qualitativos do ponto anual de ação governamental 2020/2023 esse ano a gente adiantou essa pauta para essa plenária de agosto, então a gente ainda não definiu ainda os limites orçamentários, não foram disponibilizados, então nós esperamos que ao finalizarmos essa proposta a gente faça uma nova apresentação para definição dos limites para cada uma dessas ações, então a ideia foi discutir o programa em termos qualitativos da comissão e aí eu posso passar para a discussão dos conselheiros e apresentar os encaminhamentos para a plenária. **Rodrigo:** Obrigado César, os encaminhamentos. **César:** Vou ler a súmula para que fique claro pra todo mundo eu também não participei da reunião, para sua elaboração no PPAG foram avaliadas ações prevista no plano anterior 2016/2019 que não foram executadas chegando ao seguinte resultado, 51% das ações previstas pela Sedese não foram executadas, 38% das ações da Subas não foram executadas, medidas sócio educativa, ação relativa arede cuidar e piso variável não se inclui aqui as ações de baixa execução, procurei se garantir as primícias do Suas e reorganizar as ações com foco de funcionalidade e flexibilidade que significa ter a possibilidade de inserir ações, ter expansão

caso haja oportunidade financeira então o programa rede cuidar família acolhedora deve ser incluído seus recursos, então a gente fez o planejamento das ações que possibilite a inclusão de novas ações caso a previsão orçamentária se concretize, na proposta consta as prioridades a estrutura necessária que foram negociadas as ações relativas aos fóruns e urcms estão no detalhamento do item sobre o controle social, ação relativa ao controle social, os limites orçamentários não foram disponibilizados para as secretarias e as deliberações das conferências regional, estadual devem ser excluídas no PPAG, como encaminhamento para plenária foram incluídas apresentação pela Sedese, por Gustavo série de planejamento, decreto de competências que ainda não foi concluído com foco aqui para as diretorias regionais, proposta de oficina sobre família acolhedora, articulação do Ceas para participar das audiências públicas de PPAG na assembleia legislativa para garantir os recursos necessários deve ocorrer no final de outubro a início de novembro ou talvez um pouco mais tarde. **Gabriele-Sedese:** Só para complementar um pouco o que foi discutido ontem na comissão a gente apresentou aquele quadro acho que a gente pode deixar nele, só para deixar claro que é o estágio atual do PPAG que a gente está o executivo tem até dia 30 de setembro para enviar ao legislativo, então ele teve uma fase anterior que foi de revisão da estrutura de programas e ações existentes que foi feito pelo planejamento tanto pela seplag quanto a assessoria de planejamento da Sedese agora a gente está nessa fase de inscrição dos atributos qualitativos que é essa fase de definir programas e ações e indicadores e depois a gente tem essa fase que o César até falou da distribuição das metas físicas e financeiras e depois da regionalização de cada ação também que antes era por território de desenvolvimento a gente tem que pegar todo recurso, todas meta físicas e distribuir no território mineiro por um recorte territorial então está faltando essas etapas e aí ontem foi discutido também a questão da ligação do PPAG com o Peas então a gente está como os conselheiros a gente já trouxe isso aqui algumas vezes a gente está no ano de elaboração do Peas que tem que coincidir com o PPAG então a gente está fazendo essas duas coisas juntas o Peas ele vem na plenária de setembro eu acredito que o PPAG possa já estar mais avançado na plenária de setembro como eu disse que até 30 de setembro a gente tem que enviar para a assembleia, acho que a gente discutiu também o papel do conselho depois na hora das revisões isso também já foi falado isso passa pela assembleia o conselho sempre está lá acho que no mais é isso. **Luanda-Fetsuas:** Eu acho que na próxima plenária talvez pelo menos esse qualitativo do PPAG tenha também que passar pela comissão de política junto com o Peas pra gente poder ter uma visão mais total do processo, então só para entender, só para sugerir esse fluxo de que vá para a comissão de orçamento mas também a de política. **Rodrigo:** Quando a gente discutiu isso junto com a Janaína, primeiro eu queria destacar que o PPAG nunca passou por esse pleno o que me causou uma estranheza porque desde 93 isso é previsto o conselho aprovar esse orçamento e nós sabemos que se a gente não aprova o orçamento pode gritar, espernear as vezes não vai ser realizado porque as vezes tem dinheiro mas não tem orçamento, é complicado isso e aí me causou uma angústia quando eu vi inclusive que no ano passado que em algum momento eu me perdi na mesmice e que não gritei pela LDO porque ela é o primeiro passo que o PPAG já tinha sido e se eu não materializar as ofertas na LDO consequentemente ela não vem concretizada na Loa e aí quando nós trouxemos isso para a Janaína na cidade administrativa nas reuniões que a gente tem periódica isso não dá para abrir mão não dá para bancar, o Ceas tem que aprovar porque ele tem prazo pra entregar, por isso que veio também com a meta fiscal justamente por causa desse prazo e aí eu falei, olha vamos pelo menos discutir e criar então condições para que isso se aprimore e cumpra-se o que é na legalidade, é omissa entre Ceas e Sedese foi pacificado e a equipe está aqui mostrando, então primeiro essa questão que eu queria destacar, depois se vocês quiserem eu pego o artigo da Loas, o artigo da Nob que vem colocando diversas coisas inclusive textualmente que tem que aprovar PPAG, PPA porque o G é de Minas, LDO e LOA está escrito, está posto, a outra questão que é já mais a título de cobrança mesmo porque a gente já vinha

dialogando e aí agora eu estou pedindo já prazos e essas questões se eu vou propor ofício pra isso é como está a situação do núcleo de educação que não se reuniu ainda eu não sei se já foi dado posse aos conselheiros, aos representantes, esse núcleo foi uma conquista, ele é de súmula importância sei da sua sensibilidade a gente precisa então convocá-lo para que comece a discutir a educação permanente no âmbito do estado, então são esses 2 apontamentos. Juanita depois Janaína. **Juanita-Federação das Apae's:** Eu sou da comissão mas por motivo de trabalho eu não pude estar então talvez eu faço uma pergunta que já tenha sido esclarecida, primeiro presidente PPAG e orçamento a gente sabe que são coisas diferentes, o orçamento sempre passou por esse conselho todos os anos que eu estou aqui, o PPAG é um plano de intensão do governo onde ele coloca lá a sua prioridade, o que ele entende que vai acontecer de maior relevância não que as outras não sejam mas o que ele quer dar mais ênfase vamos dizer assim, esse plano eu queria saber se é só para gente ter conhecimento ou se a gente pode contribuir, se for só pra ter conhecimento também nós estamos equivocados a gente não vai aprovar nada que é só pra ter conhecimento. **Rodrigo:** A Nob diz de deliberação. **Juanita:** Se a gente não pode contribuir com documento vai deliberar pra quê presidente, eu estou perguntando se é só pra gente conhecer o desenho por que o desenho é da gestão mesmo, se a gente pode contribuir com o desenho. **Rodrigo:** A Loas diz que sim a Nob diz que sim. **Juanita:** Então vamos lá, é porque, você coloca lá no quadro de novo eu quero entender a proposta, o propósito porque a política tem 3 eixos que são estruturantes, a gestão, a proteção social que é a oferta, o controle social, a gestão ali eu estou entendendo que está em capacitação e qualificação, capacitação está claro quando coloca as ações do lado, capacitação da básica, da especial, da vigilância, enfim, agora quando coloca a qualificação a coluna de cá é financiamento que é Creas regional, Creas municipal, referência técnica da proteção especial, medida sócio educativa, e esse financiamento também ele está no cofinanciamento estadual por meio piso variável, então eu acho que é isso mesmo ou eu estou enganada. **Gabriele:** Só para entender a pergunta porque a 4129 é atual gestão que a gente tem que é 4444, mudou o número e a gente deu visibilidade para as proteções pra apoio técnico realizado pelo Suas de uma forma geral. **Juanita-Federação Apae's:** Então o nome dela é capacitação e apoio técnico é o que é gestão vigilância não está aí, entra tudo aí também, é porque não está escrito. **Gabriele:** Na descrição da ação está, aí a de baixo a qualificação de oferta da proteção especial de média complexidade, então hoje no nosso PPAG atual é ação que a gente tem de Creas, e aí a gente está unindo a média complexidade não deixando espaço, então Creas regionais, Creas municipais cofinanciados, referências técnicas cofinanciadas e as medidas sócio educativas em meio aberto está ficando nessa ação. **Juanita-Federação das Apae's:** Então é cofinanciamento porque a gente chama de qualificação, porque o cofinanciamento acontece por meio do piso variável, não é? **Gabriele:** No caso do Creas regional não é cofinanciamento é execução direta por isso que a gente pegou a palavra qualificação da oferta que a gente pode executar diretamente ou cofinanciar. **Juanita-Federação das Apae's:** Eu não sei eu acho que assim fica muito confuso, porque a 4129 está muito clara que é a gestão do Suas, capacitação, apoio técnico, vigilância, a parte de planejamento está toda ali, o cofinanciamento estadual eu achei que ficou muito bom também unindo os 2 pisos, o apoio do controle também, acho que nem precisa da conferência porque ali é conferência você fala acrescentar ali. **Gabriele:** Na verdade, só também uma explicação que a gente deveria ter dado, o PPAG vai só até ali é só ação, aqui são exemplos que a gente trouxe, o que dentro do âmbito da ação. **Juanita-Federação das Apae's:** O exemplo é para o nosso entendimento porque na hora que o Peas vier de vocês essas ações tem que estar claro para nós, então por exemplo a conferência de assistência social vai vir no 4133. **Gabriele:** Perfeito. **Juanita:** Só que lá no 4130 não é qualificação da oferta da proteção especial é transferência de recurso, ou cofinanciamento ou financiamento, então o termo qualificação que eu estou falando não se enquadra ali. **Gabriele:** Mas a gestão também, a rede de Creas regional a gestão é direta do estado. **Juanita-Federação das Apae's:** Não é isso que

eu falei, é cofinanciamento e financiamento. **Gabriele:** Mais a é mais que financiamento, a gestão eu acho da proteção especial. **Juanita:** Porque como você mesmo falou isso aqui não vai no PPAG então o que você entende de qualificação da oferta, presidente? **Rodrigo:** Melhoria. **Juanita:** Capacitação, melhoria, não necessariamente cofinanciamento. **Rodrigo:** Não, de maneira nenhuma, é por isso que eu estou dizendo assim, talvez eu entendo ainda pouco disso, estou sabendo onde estou sei onde vou, só para clarear, porque o sistema gente, brincadeiras à parte, o sistema de orçamento ele também tem limite de caracteres, então não dá para ficar uma meta muito grande, eu pensei ali, qualificação, eu tinha pensando, gestão e oferta porque a oferta, gestão, qualificação, oferta e cofinanciamento, oferta e cofinanciamento? Microfone conselheira. **Juanita:** Precisa ficar claro o cofinanciamento porque as referências técnicas da proteção especial é cofinanciadas e as medidas sócio educativas também, né Gabriele? **Gabriele:** É. **Janáina-Sedese:** Eu queria só dar um destaque pra perspectiva de cofinanciamento e qual que é também a visão do governo e Sedese também em relação à isso a gente pretende, tem objetivo para o PPAG 2020/2023 dar destaque para o compromisso de cofinanciamento, por isso que a gente abriu essa rubrica especificamente para cofinanciamento, então é o esforço mesmo do governo de reconhecer isso como primícias, como papel do estado, papel da Sedese, por isso que a gente deixou destacado inclusive, e aí bom sobre a 4130 como que a gente pode então a partir dos comentários que a conselheira Juanita trouxe, enfim a gente está aberto pra olhar essa perspectiva e apoiar, vocês nos apoiarem nessa redação, enfim a gente está aberto para construir, dados sempre as limitações que a gente tem em relação ao processo de PPAG como um todo porque é um péssimo governo mas a gente trouxe aqui justamente para a gente concriar essa situação agora. **Sandra-Cmas Montes Claros:** Eu até cheguei aqui mais próximo porque está meio nublado eu não conseguir enxergar direito eu senti falta nos exemplos das ações ali eu senti falta da rede cuidar, eu perdi alguma coisa? Desculpa se eu perdi mas poderia só César me lembrar? **César:** O Rede Cuidar ele está previsto na execução da ação de gestão ali, 4129, porque não aparece o nome dela mas na descrição dela gente previu a execução do programa. **Suzane-Sedese:** Só para explicar do Rede Cuidar porque o seguinte na comissão ontem a gente explicou melhor durante esses processos que a gente fez junto com a Seplag, as orientações da própria construção do PPAG são do governo de forma geral então no nosso caso muda as orientações o César até citou a rede cuidar que foi uma ação que não foi executada ela teve execução zero no ano passado então veio essa avaliação para gente e a orientação que a gente não deveria criar uma ação específica pra essas ofertas, criar uma janelas para ações que a gente não tenha ainda o financiamento segurado, até o César comentou que está na súmula também que nada impede que se o orçamento seja segurado que a gente crie uma ação nova pra ela, então o que a gente pensou porque ela está na ação de capacitação, eu não sei se todo mundo lembra da resolução da rede cuidar mas ela fala que a rede cuidar tem 2 eixos, uma de incentivo financeiro e outra de apoio técnico, a de apoio técnico a gente continua executando inclusive agora está na fase de prestação de contas a equipe da sedese está executando apoio técnico então já que a gente não poderia criar uma ação específica pra ela pelo menos o eixo de apoio técnico ela está na 4129, infelizmente ele só não está nesse esquema mas na descrição da ação está escrito rede cuidar lá. **Rodrigo:** Eu me inscrevi e depois o Márcio, eu vou falar uma coisa pra vocês eu vou compartilhar um pouco da experiência com o município, eu acho que o orçamento mais genérico ele é interessante porque ele dá maior flexibilidade para o gestor não engessa tanto, não parciona tanto o orçamento eu acho interessante do outro ponto de vista eu vejo uma preocupação muito grande, todo ano os gestores, a fazenda promete pra gente que é fácil criar janela, na hora que a gente para criar a bendita janela nem com britadeira a gente consegue criar janela, nos municípios então assim eu estou chamando esse alerta para a Sedese que o Ceas sim vai estar discutindo o PPAG historicamente, que bacana, cumprindo mas que fique a observância a essas questões pontuadas, Rede Cuidar, Piso Mineiro, Creas Regionais e

todos os outros financiamentos, ações de execução direta e indireta, regionalizadas ou não que são rotina do Ceas, do feas, ok, deixar genérico mas fica esse alerta que as janelas, as oportunidades sejam criadas porque senão tende cair no esquecimento então na hora da execução não criam as benditas janelas, a outra questão rapidamente só para destacar e registrar em ata, a questão da nossa governabilidade em cima da questão orçamentária está escrito na Nob no artigo 84 no parágrafo único do artigo 84, no artigo 85 aonde diz das competências diz que nós vamos aprovar o orçamento e vai trazendo textualmente vários momentos e aí no artigo 121 diz ainda na subseção I, seção II conselho de assistência social subseção I diz no artigo 121 no planejamento das ações o conselho assistência social deve observar as seguintes atribuições precípua, inciso 8º, participar da elaboração e aprovar propostas de lei e diretrizes orçamentárias, plano plurianual e da lei orçamentária anual no que se refere a assistência social bem como o planejamento da sua aplicação de recursos destinados as ações de assistência social das metas respectivas das esferas de governo tanto de recursos próprios quanto oriundos de outros alocados no respectivos fundos de assistência social, então ela vem trazendo a todo momento a função de aprovar, deliberar, de participar, então isso já é matéria vencida já pacificada no conselho então a LDO a gente não aprovou esse ano, nós recomendamos que no ano que vem a secretaria evide esforços e passe pelo conselho, sabemos e aí eu falo com muita tranquilidade como trabalhador de município que já judicializou essa questão para o Ministério Público e logramos êxito é que sabemos da dificuldade do gestor em dialogar com o governo acima dele pra que ele dê prazos não de peças orçamentárias mas de prazos suficientes para que isso seja feito isso é uma dificuldade muito grande, chega as vezes de manhã para entregar a tarde por isso que lá e no município a gente judicializou como fortalecimento vindo da própria gestão que entendeu o processo e estava com a gente, então nós conseguimos vencer isso, e aí no ano que vem acreditamos e fica a recomendação para o próximo pleno espero que a secretaria, espero não, tenho certeza que a secretaria executiva transmitirá essa sequência de raciocínios de encaminhamentos dados pelo pleno que isso já foi encaminhado lá trás de reforçar essa questão de aprovar, de deliberar sobre essas questões orçamentárias e demais peças. O Márcio havia pedido, depois Sandra e Helder. **Márcio Caldeira-Assprom:** Primeiro eu queria pedir desculpas a comissão de orçamento e de normas na reunião de ontem acho que a gente discutiu esse tema e eu não trouxe à tona à discussão e acho que agora no calor da discussão a gente vai puxando os fios, vai fazendo as emendas e a gente cai em algumas questões aqui onde se coloca por exemplo da Rede Cuidar, a Rede Cuidar é um produto que foi através de emenda popular acionada dentro do PPAG no ano acho que 2017 se transformou numa lei 22.597 essa lei pelo que eu estou entendendo a lei não pelo o que eu estou entendendo o que foi colocado a capacitação técnica está inserida ali dentro mas a questão do financiamento não, o financiamento do programa Rede Cuidar ele não está inserido ali naquela peça e eu coloco que na própria lei ela fala claramente que são recursos financeiros, recursos provenientes da loteria do estado de MG é o artigo 10 da lei, então assim, existe uma provisão da receita pra Rede Cuidar e não está colocado dentro do planejamento a utilização desse recurso que está previsto em lei então assim eu acho importante estar colocando e solicito esclarecimento nesse sentido e qual é o tratamento que vai ser dado para atender esse dispositivo dessa lei. **Janáina-Sedese:** Só um esclarecimento rápido e também fazendo atualização em relação aos pontos, esses pontos ele foram efetivamente tratados ontem na comissão então eu peço e sei que é sempre um esforço pra nós enquanto Sedese também participar das comissões, atender as comissões mas é um esforço que a gente tem feito de maneira bastante disciplinada e exemplar eu sei que é um esforço é um plano mesmo pra gente sempre fazer esse exercício enquanto conselheiros de participar das comissões porque nessas comissões esses temas são tratado então ontem a gente tratou essa questão especificamente sobre a questão da Rede Cuidar a gente trouxe de maneira bastante clara que a primícias dessa arquitetura do PPAG é que a gente constatou uma estrutura que ela seja funcional e que ela seja focada e como que a gente olha qual que é

a prerrogativa a gente teve na execução orçamentária anterior 51% na Sedese de recursos não executados e na subsecretaria 38% e isso é um resultado anterior ruim, isso impacta uma série de questões, a gente tem dados orçamentários em que a gente não executa isso compromete a gestão como um todo e as prioridades em termo de governos passadas para todas as secretarias via secretaria de planejamento foram priorizar uma arquitetura de gestão em que a gente conseguisse olhar para execução orçamentária de maneira bastante assertiva e eficiente então assim não ter execução orçamentária baixas, dados da execução orçamentária para a gente garantir a gente olhou esse estrutura garantindo como primícias a estrutura do Suas, então acho que esse ponto eu vou abrir também a palavra a Sandra está escrita mas eu gostaria da Claudia a gente está aqui com toda equipe que estava ontem na comissão e está aqui novamente, Cláudia, Gabriele, Suzane para trazer esses pontos de esclarecimentos para gente, mas é isso, só para a gente estar atento à essas questões. Obrigada. **Cláudia Falabella**: Só um esclarecimento pequeno com relação a questão orçamentária, a loteria o recurso que vem pra gente é recurso diretamente arrecadado da loteria ele é chamado fonte 60, os orçamentos dos outros órgão eles não abrem orçamento com fonte 60, a fonte 60 é suplementada ao orçamento igual aconteceu, negociou recurso da loteria ah vai ter financeiro, aí com base no financeiro disponibilizado pela loteria a gente faz a suplementação na ação nossa é por isso que ela não apareceu na cotação por que não tem como na verdade abrir uma dotação pro Rede Cuidar na fonte 60 que seria a fonte que iria cofinanciar a Rede Cuidar com recurso da loteria, no corpo do orçamento a gente não tem possibilidade legal de fazer isso essa questão do recurso da loteria só entra no orçamento de outro órgão por meio de suplementação. **César**: Só para complementar um pouco também é que esse recurso chega no próximo ano então nesse momento de planejamento a gente não tem como assegurar que tenhamos esse recurso da fonte 60 para o próximo ano então seria durante a execução do exercício que seria suplementado esse recurso da loteria. **Rodrigo**: Sandra porque a Patrícia pediu um esclarecimento sobre a fala, você vai mudar de assunto? Você não se importa? É sobre a fala. **Patrícia-Cmas Nova Lima**: Desculpa Sandra e demais inscritos, é porque em cima da fala dela eu fiquei um pouco confusa você está colocando que a Rede Cuidar é na fonte 60 e que aí não tem como prevê mas aí depois, isso aqui é para os 4 anos, vamos supor que 2021, 2022, 2023 tenha, aí tem como colocar se não está previsto no PPAG. **Gabriele**: Tem, a revisão do PPAG agora é anual. **Sandra-Cmas Nova Lima**: Então, essa questão das peças orçamentária elas são bem digamos assim não tão muito fácil de entendimento quando a gente trabalha mais com ela então fica mais clara pra gente, é nessa perspectiva que eu quero entender o seguinte e quero até ver a possibilidade se não tiver tudo bem mas se tiver a possibilidade porque eu estou entendendo o seguinte de cada (bolinha) ali que apresentou deve ter uma continuidade, então eu estou querendo a continuidade disso, tem como encaminhar para nós a proposta do PPAG 2020/2023 para gente, para os conselheiros, pra gente olhar todas essas ações que foram propostas como que foi colocado teria essa possibilidade? É só isso é para a gente ter isso, entender, porque assim, eu imagino que depois de cada bolinha depois tem uma sequência, então manda pra gente pra dar uma olhada, por que inclusive assim, da questão das comissões, eu não sou da comissão de orçamento eu sou da comissão de política, anteontem nós trabalhamos na comissão de política, tinha 2 conselheiros lá trabalhando mas a menina que veio lá da Sedese, a Tatiana, aí quando a gente vem pra cá pra plenária então assim as coisas tem que ficar mais clara possível gente e se não fica então a gente tem que solicitar um material pra gente ler e esclarecer, eu tenho essa compreensão, obrigada. **Helder-Cmas Pedro Leopoldo**: Eu compreendo quando a gente coloca aqui acho que a plenária é soberana a gente tem que discutir mesmo, houve um esforço como a gente discutiu a questão da comissão porque nós tínhamos aqui representantes governamentais e representantes da sociedade civil e nós pedimos para que as pessoas foi até eu que pedi talvez isso deve ter tido alguma falha, nós pedimos para que a gente reproduzisse todo trabalho que nós tivemos na comissão nas nossas representações eu

não sei se isso aconteceu, mas o que nós discutimos muito aqui, e até cheguei a colocar, foi uma discussão longa, exaustiva, a gente leu todas as descrições, ficou claro pra gente em relação a questão da possibilidade de isso vir sim porque tem uma revisão anual tem uma lei que exige isso dessa revisão anual e eu fiquei muito preocupado até coloquei para comissão apesar de não fazer parte da comissão nós fomos convidados né Márcio, porque aconteceu no meu município de Pedro Leopoldo nós colocamos questões no PPA de metas que não chegamos a cumprir e isso gente virou uma ação civil e responsabilizando o conselho também que deliberou sobre aquilo, nós tínhamos um cenário, sabíamos das questões financeiras e mesmo assim nós colocamos coisas que não foram executadas, e diante disso na comissão a gente trabalhou sobre a questão de prioridades, pensamos na questão do que é possível qual que é a contingência do estado e eu fiquei muito tranquilo quando a subsecretária ela nos garantiu aqui sobre a questão do cofinanciamento sobre a questão da família acolhedora em termos de capacitação, sobre a questão da rede cuidar também trabalhamos com a questão de oficina então conselheiros eu fico tranquilo o Márcio também estava aqui depois algumas outras pessoas foram chegando mas eu fico tranquilo que foi uma coisa muito trabalhada e eu acho que não há nenhum problema como a Sandra colocou aqui, da gente disponibilizar viu César esse material que eu acho que é importante os conselheiros terem o conhecimento e vale aquele exercício de novo gente, quando a gente trabalhar na comissão nas representações da sociedade civil e governo vamos discutir que eu acho que o debate avança mais. **Juanita-Federação das Apae's:** Eu queria tecer alguns comentários e fazer uma solicitação, pelo que eu entendi as diretrizes do planejamento é para criar ação conforme a execução por isso que a rede cuidar não consta aí como uma ação, só que nós temos hoje uma norma que garante o programa cofinanciamento e se ela não foi executada no ano passado foi um problema de gestão que impossibilitou a sua não execução então eu entendo essa questão que a Claudia coloca e também entendo o processo da revisão mas para esse conselho a rede cuidar precisa entrar aí em algum lugar, e não porque a gente não estava na reunião de comissão a gente não deixou de vir não é porque a gente não quer é por compromisso de trabalho e estando aqui a gente não pode sair sem entender e nem votar sem concordar também, já que o presidente falou que a gente vai votar, deliberar, então a gente tem que colocar as nossas posições, então já que esses exemplos de entregas de cada ação é um compromisso da subsecretaria eu proponho que a Rede Cuidar entra ali como um compromisso de entrega da secretaria que foi que o Helder falou também como os demais está constando entre ali a rede cuidar e aí vocês é que vão ver qual ação, qual programa ela se enquadra melhor e eu tenho uma sugestão já considerando a minha primeira fala porque vejam bem conselheiros da plenária a ação 4129 é gestão do Suas capacitação e apoio técnico, são as 2 proteções onde está ali todas as ações de gestão a segunda é qualificação da oferta de proteção social especial de média complexidade na minha interpretação de acordo com as entregas da Sedese não é só qualificação é cofinanciamento e oferta também então nesse sentido eu proponho que o Creas regional ele desça para 4131 que é oferta de serviços da proteção especial, de alta, seria média e alta para ele descer, porque aí lá só ficaria só cofinanciamento também mas poderia colocar na ação 4131 oferta de serviço da média e da alta que aí além da casa lar e residência inclusiva desceria os Creas regionais, os demais que ficaria lá seria só cofinanciamento então eu acho que daria uma visibilidade melhor e a Sedese, a subsecretaria entenderia em qual o compromisso que a Sedese vai colocar aqui a direita com relação a rede cuidar em quais ações que contempla, é a minha colocação. **Joana-Sedese:** É só para esclarecer o Márcio estava perguntando acerca do artigo 10º da lei, e aí esclarecendo também o que a Juanita falou, o programa foi criado pela lei mas o próprio artigo 10º não fez com que ele fosse um programa continuado então não existe essa obrigatoriedade que ele tenha continuidade todos os anos porque o artigo 10º fala que ele vai ser condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira sendo recursos provenientes da loteria ou outros tipos de financiamentos inclusive, então não existe essa continuidade do programa previsto em lei então é sujeito à condição de

orçamento financeiro, é o artigo 10º da lei 22.597 de 19 de julho. Só para a gente ler junto aqui, Art. 10 – São recursos financeiros do Programa Rede Cuidar os provenientes da Loteria do Estado de Minas Gerais, sem prejuízo de outras fontes de financiamento, então pode vir outros recursos também. Parágrafo único – Os recursos financeiros a que se refere o *caput* serão alocados no Fundo Estadual de Assistência Social. Parágrafo 2º do artigo 8º fala que o incentivo financeiro será repassado. O valor do incentivo financeiro estará condicionado à disponibilidade financeira e orçamentária, que é o parágrafo 2º do artigo 8º, então na verdade não teria essa vinculação, em 2017 não veio recurso da loteria, 2018 né, não veio recurso da loteria então não conseguiu-se dar continuidade, 2019 até então, a gestão está se empenhando para ver a questão desse recurso mas como nós não temos esse recurso financeiro ainda garantido não teria como inserir porque seria uma janela sem recurso financeiro já garantido e como também existe a revisão anual do PPAG como foi discutido ontem que o Helder deu até esse exemplo mesmo que pode ocasionar ação de improbidade, ação civil pública isso realmente pode ser um risco, tanto inclusive alguém mencionou que o próprio conselho, foi o Márcio que o próprio conselho foi chamado para responder nessas questões de aprovação de janela que não tinha recurso então foi uma discussão ampla, obrigada. **Gabriele-Sedese:** Rapidinho, eu acho que é bom esse momento que a gente trás pra discussão porque a gente fez isso insensatamente lá na secretaria essa questão da Rede Cuidar foi muito debatida e aí a gente explicou um pouco ontem na reunião da comissão eu queria falar sobre isso e depois sobre os pontos que a Juanita coloca que eu também acho bem interessantes, sobre o Rede cuidar Suzane, abre a descrição da ficha aí, o que acontece, não é novidade mais já tem 2 anos que a gente não tem recursos para o programa Rede Cuidar então hoje ele tem vindo no PPAG com 10 mil reais de fonte 56 para capacitação e apoio técnico então é uma coisa que já está superada aqui e a gente já entendeu que é essa realidade infelizmente financeira, e o que a gente fez foi manter isso então a gente tentou, a gente perguntou para a assessoria de planejamento a gente pode manter essa janela? Não, janelas orçamentárias estão proibida a gente não pode colocar um recurso para a rede cuidar aparecer, então como ação ele não pode aparecer, e o que a gente fez, fez na mesma lógica, então a gente colocou na descrição da ação a questão “instituir mecanismos de incentivo financeiro e assessoramento técnico qualificação continuados com a finalidade de fortalecer a rede sócio assistencial do Suas e aprimorar a oferta de serviços de acolhimento institucional por meio do programa de aprimoramento da política estadual de assistência social” este é o nome do programa que está na lei do rede cuidar, então o que a gente conseguiu pra manter o rede cuidar dentro das ações que a gente conseguiu desenhar foi isso, agora com relação ao outro ponto que a conselheira coloca e aí realmente essa palavra qualificação ouvindo assim a gente tem muito do qualifica suas, qualificação técnica então se tá dando a ideia que é só apoio técnico a gente tem que melhorar essa palavra mesmo a gente tem que tirar ela daí, a gente tem que melhorar isso aí a gente pensou em juntar a média e alta complexidade pensando até no governo federal que é um bloco só, enfim, mas aí nós quisemos dar ênfase, é uma especificidade na verdade que o estado de MG tem que é a questão do acolhimento da alta complexidade pelas casas lares a parceria e a questão do Creas municipal e o Creas regional não pode separar porque ele está na lógica da regionalização é o mesmo piso, o mesmo componente que a gente recebe e aí o estado opta ofertar via Creas regional ou municipalizar a oferta mas ele ainda assim ele responde por essa oferta e é monitorado em meta cheia por isso que sempre dá confusão na hora que a gente explica as metas que são 13 e a gente já alcançou 9 mas nós não implantamos 9 Creas regionais e aí a gente conta municipal junto com regional porque para o governo federal e para termo de aceite a gente tem que contar junto, então eu não sei se as vezes só mudar o nome da ação para dar a ideia de oferta e cofinanciamento já resolve essa questão, aí eu queria ver se esse for o encaminhamento a gente já vai mandar para a assessoria de planejamento à alteração do nome para dar ideia clara das entregas da ação. **Cristiano-Sedese:** É importantíssimo a gente precisa discutir.

É só para tomar cuidado que foi discussões que a gente fez lá na Sedese porque é um nome mais genérico que ao mesmo tempo a gente precisa que dentro desse nome que é essa ação estejam não só as ações que a gente já executa que os exemplos estão no lado direito que são os Creas regionais, os Creas municipais, o cofinanciamento de referências técnicas e o que está ali de medidas sócio educativa na verdade, na prática até então é também cofinanciamento que é o cofinanciamento de referência técnica das medidas sócio educativas, essas são as ações relacionadas a média mas além disso, além de caber dentro daquele nome que é essa ação tem que caber também só lembrando do que está no lado direito ali tem execução direta nesse momento que são os Creas regionais e tem cofinanciamento então além disso a gente também tem que incluir ações que a gente também poderia vir a executar e tem uma que já está mais ou menos encaminhado que é por exemplo o plano de Descubra do exemplo aqui plano Descubra é um acordo de cooperação mas é de custo não é por financiamento mas a gente entra por meio de parceria, então como é que o estado entra, a gente vai fazer por exemplo o acordo de cooperação tem uma cláusula lá em relação a Sedese que a gente vai inserir a Ultramig e a Subsecretaria de Trabalho as medidas de meio aberto também está lá na Subas então a gente também entra, eu acho que a gente oferta e cofinanciamento limita mas qualificação também tem essa questão eu acho que a gente precisa pensar um nome que não limita, é isso que a Suzane está falando também, nós estamos num momento muito inicial de discussão, e lembrar que no ano que vem tem a revisão, é anual a revisão se não cabe a gente pode propor alguma mudança. **Janaína**-Sedese: Só complementando a fala da Gabriele e do Cristiano e o exercício mesmo da Gabriele e da Suzane de terem aberto a ficha que é justamente essa primícia, então a gente está olhando especificamente a questão do Rede Cuidar se existir possibilidade de recursos financeiros e esse é um ponto também que a gente está negociando entre a loteria e o governo que entraria na 4129 então assim como a gente fez esse exercício mesmo para fim de esclarecimento de transparência mesmo de abrir a ficha como a Juanita trouxe, um dos pontos que você trouxe qual o posicionamento da subsecretaria especial eu aqui representando a subsecretaria é esse o comprometimento, então havendo disponibilidade financeira entra na 4129 e aí a gente também já deixou isso destacado nas fichas para garantir também a menção e a perspectiva do Rede Cuidar dentro do PPAG. **Márcio Caldeira**-Assprom: Eu acho extremamente importante e rico essa troca que a gente tem aqui dentro do conselho, o esclarecimento que a Joana trás e os outros também faz com que a gente faça alguns compromissos primeiro quando a gente trabalhou na efetivação desse projeto Programa Rede Cuidar a ideia é que ele seria uma continuidade e o que está sendo trazido aqui é que essa continuidade ela é flexível de acordo com a disponibilidade orçamentária e aí uma coisa que fica muito complexo para gente é que se trata de um programa instituído por uma norma e um programa pelo meu entendimento ele tem que ter financiamento continuado, então a gente tem um programa que não é continuado em função de uma não dotação orçamentária que vem de um outro órgão dentro da estrutura estatal, de acordo com o que a Cláudia trás tem que haver um recurso na fonte para fazer a suplementação do fundo, então o que a gente tem enquanto controle social é garantir que esse recurso chegue para que ele tenha ação continuada, eu acho que cabe aí na sociedade civil e todos os órgãos fazer com que essa coisa continue e eu não sei ainda quais são os caminhos do ponto de vista legal pra também a gente inserir do ponto de vista da continuidade dentro da estrutura do próprio programa porque sendo também um programa de planejamento ele tem que ter uma receita para que ele seja continuado o que a gente está falando aqui é que a gente tem que brigar por uma fonte para custear ação de um programa que está instituído por lei acho que isso é um nó que a gente está dando, acho que é uma questão complicada porque eu entendo como um programa que foi instituído que tem que ter financiamento continuado porque as entidade que estão sendo ofertadas lá na ponta elas estão contando com esses recursos e que não vão poder contar, acho que a gente está trabalhando dentro de uma estrutura de planejamento que a gente tem que ter essa previsão, controle social

pra mim tem que ser dessa forma então por mais que não tenha a questão da lei, do orçamento que está previsto acho que eu entendi claramente a gente tem que tentar se esforçar sim à fazer que o programa ser continuado agora como a gente tem que fazer isso, acho que é uma ação que a gente tem que garantir acho que não tem muito que falar o programa tem que ser continuado, o fato é esse. **Rodrigo**: É isso que eu ia dizer Márcio, nós aprovamos as coisas aqui e as vezes a gente fica discutindo igual houve essa discussão da sociedade civil que parece pregação em deserto mas não é, não é questão só de semântica não, o que a Loas diz, seção 4 programas de assistência social: os programas de assistência social compreende ações integradas à complementar os objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar e incentivar e melhorar os benefícios e serviços assistenciais, artigo 24, então nós aprovamos programa e nós aprovamos também, passou por esse conselho uma lei que limita ao repasse do recurso, entendeu, infelizmente olha o que nós fizemos com nós mesmo, eu não concordo com essa leitura, eu não concordo eu concordo com a leitura que está na lei do programa, ok, eu não concordo que esse programa Rede Cuidar e o compromisso que se firmou com esse programa e com as entidade devam ser entendidos nessa configuração aqui, o cofinanciamento é sistemático, não há oferta sem cofinanciamento, ainda mais na nossa conferência, não há garantia de direitos não há proteção sem cofinanciamento mas também olha o que fizemos, posso ter equivocado na minha leitura posso ter cometido o maior erro da minha vida ao declarar isso aqui mas é fato. **Sandra-Cmas Montes Claros**: É porque assim, você me diz de uma preocupação do piso mineiro fixo, qual foi a previsão, a Claudinha já me explicou aqui e fiquei contente com a explicação dela mas quando a gente receber a peça toda a gente vai ver lá como é que está, é isso. **Ivone-Cogemas**: Primeiro eu acho que ali nas autorizações das ações eu estou seguindo a ideia aqui de que a proteção dentro dos blocos entendeu, se as ações ali não deveriam estar dentro dos blocos também, porque a oferta da proteção social especial e média complexidade são blocos diferentes no sistema de cofinanciamento federal aí teria que deixar a proteção básica separada da especial e da média complexidade, 4130 quando a oferta de proteção social básica, 4129 que lá está na parte da capacitação e apoio técnico. **Cristiano-Sedese**: Só para tentar esclarecer Ivone, pra você entender, a gente pegou as ações que o estado executa, no caso da média complexidade a gente tem aqueles exemplos ali que a gente deu, que são os Creas Regionais e os Creas Municipais que a gente cofinancia e as referências técnicas também que é cofinanciamento no caso da alta complexidade é uma execução indireta são 29 parcerias que a gente tem com entidades para oferta de serviços de acolhimento pra adultos com deficiência, jovens adultos com deficiência, o piso mineiro também é uma ação exclusiva, e ação de apoio, controle social e gestão também são ações exclusivas, no caso da proteção básica a gente não tem uma ação por exemplo de oferta direta e indireta da proteção básica por isso que ela ali entrou dentro daquela ação primeira que é uma ação de gestão porque aí na gestão de capacitação entrou tanto básica quanto especial então não tem como fazer uma ação específica da proteção básica porque a gente não oferta diretamente a proteção básica, proteção básica é ofertada pelos municípios, por meio dos Cras e dos serviços ofertados nos Cras, então uma ação específica do estado relacionada a execução da proteção básica, eu não sei se ficou claro. **Ivone-Cogemas**: Ficou, de fato assim, a execução do cofinanciamento do estado ela vai só para média e alta complexidade, a base que estaria no piso mineiro também pela oferta da adesão a segunda questão que eu queria colocar também é porque de cada assim a preocupação que eu tenho e eu coloquei ontem e hoje ainda na roda de conversa fica mais claro que os municípios ofertam a proteção básica e o estado vai ofertar a proteção especial para os municípios de porte I, então se a gente não garante também a questão da alta complexidade e também aqui numa previsão de um PPAG qual é a cobertura que o estado vai dar para os municípios na questão da alta complexidade porque era família acolhedora porque estava no plano estadual de proteção especial além do Creas tinha também no plano a questão da família acolhedora, então a gente acaba no

plano nem garantindo no PPAG então como que nós vamos ficar com os municípios do porte I, com relação à cobertura do serviços, nós hoje também acabamos de falar na roda de conversa, eu acho assim a gente só trabalhar com o financeiro que vai entrar e tal eu acho que a gente vai trabalhar com as responsabilidades que o estado tem também de cofinanciar de ofertar esse serviço, é minha reflexão. **Rodrigo:** Nós temos ainda a Gabi, a Marta e o Cristiano, eu penso que a gente tem que começar a dar alguns encaminhamentos, então vamos tentar pensar quais os encaminhamentos que a gente vai dar, porque conversando aqui com a Gabi me corrige se eu estiver equivocado vocês tem até essa semana para mandar essa primeira parte, programa e ações, a segunda parte, o resto, detalhamento, e as metas que é o que a Sandra pediu ano a ano para os próximos 4 anos vocês vão ter um prazo inclusive com previsão orçamentária, quantos por cento de orçamento vai ser destinado para cada ação eu entendo o que todos os conselheiros estão dizendo mas a gente tem que focar aqui programas e ações é o que a gente vai aprovar hoje para que contemple todas essas angústias porque essa discussão da rede cuidar, do piso mineiro, ela vai entrar depois nos outros detalhamentos, então o título, o programa e a macro ação contempla o que nós estamos dizendo? Contempla? Vamos fazer os ajustes ali, nós temos que focar daqui para cá agora, já deu pra entender talvez foi uma forma nossa iniciar a apresentação que deveria ter frisado isso a todo momento mas foi ótima ganhamos a discussão não se perde, vamos então focar programas e ações para que as ações no descritivo das ações contemple futuramente. **Marta-Sedese:** Já ir organizando para a gente saber o que está proposto e ver como que o conselho vai se organizar lá no momento, todo ano o conselho participa, mobiliza então eu estou chamando atenção que é pra gente já começar deslumbrar isso e construir um consenso, porque o conselho precisa chegar com uma organização, com uma proposta com um consenso de atuação. **Rodrigo:** Só lembrando conselheiros que isso é uma atividade rotineiramente que o conselho faz de ir pra comissão de participação popular brigar junto com a Sedese por mais orçamentos, são nossas famosas emendas, então assim é um esforço mas o que tem que ir para a assembleia é a aprovação e a pactuação que o Subas e o Ceas fez no que toca o Feas. **Ivone-Cogemas:** É só ali quando colocou média é só completar alta complexidade lá não está escrito, proteção social especial de média, a alta está na 31 então, lá é só média complexidade. **Cristiano-Sedese:** Só pegar alguns pontos da Ivone aqui para tentar esclarecer, mas de qualquer maneira eu acho que a gente precisa fazer outras discussões mais aprofundadas inclusive discussões mais técnicas sobre essa questão mais assim são alguns pontos, o primeiro ponto é o seguinte, é primeiro o que já tinha falado que a intensão ali é de realmente é de colocar o que a gente tem certeza, tem certeza não, mas o que a gente entende que é possível de ser executado, porque eu vou dar exemplo Ivone você citou aí o plano de regionalização eu falo com muita tranquilidade isso porque eu ajudei a escrever lá em 2015 foi previsto serviços para alta complexidade que não foi implantado desde lá de 2015 estava previsto serviço de acolhimento da família acolhedora estadual em território de desenvolvimento mas nem os Creas regionais que estavam previstos no plano lá no plano estava previsto 11 Creas regionais numa perspectiva de implantação de 17 foram implantados 4, tem um Creas Regional que é de Morada Nova de Minas que nunca foi reordenado, então o reordenamento também tem 4 anos, então assim o processo é muito complexo tem uma discussão muito grande à respeito disso existe uma discussão entra elas que assim, talvez a gente vai precisar discutir melhor isso mas é a seguinte, e aí eu não sei se vai ficar claro, a regionalização dos serviços da proteção especial não é a única alternativa pode parecer estranho isso mas isso é o que diz as normativas, se você for lá na resolução 31 do conselho nacional de 2013 que dá critérios, parâmetros, princípios e diretrizes de cofinanciamento federal para regionalizada e até então a resolução 31 é a única resolução que trata dos serviços regionalizados em nível nacional como orientação para os estados, lá diz o seguinte, que a regionalização é uma das alternativas não é a única, então a gente precisa amadurecer muito essa ideia a gente tem uma experiência no estado de 4 anos de execução que não

pode ser jogada fora logicamente a gente aprende muito com essa execução mas a gente precisa fazer uma discussão em relação à esses serviços porque não é a única opção e a outra coisa também que pode parecer polêmica que é a seguinte, o estado tem muitas competências e a gente precisa lembrar que uma das competências principais do estado até dezembro de 2018 estava com 24 meses de atraso que era o piso mineiro, então essa é a competência principal do estado de cofinanciar serviços para os municípios e o estado não estava conseguindo cumprir então a gente precisa estar muito atento porque na hora da gente pensar numa ação, planejar uma ação e implementar uma ação é muito pessoal a gente pensar algumas coisas para aprimorar a política isso é muito bom, muito importante mas na prática a gente precisa ser coerente e pensar muito bem na hora da execução porque senão corre o risco de você descobrir uma coisa, planejar uma coisa que você não consegue implementar, implementar pela metade e a outra ficar pra trás também, então esse foi o caso da família acolhedora a gente precisa fazer uma discussão em relação à isso é uma realidade para os municípios e aí precisa pensar toda essa questão também da primazia do estado que deve de fato primazia do estado, mas essa primazia pode se dar de outras formas o estado pode coordenar processos, implementar processo mas que não precisam ser exclusivamente em relação a regionalização do serviço da proteção especial, que é um desafio enorme para o estado só 58 municípios de pequeno porte I tem Creas, são 675 municípios de pequeno porte I então é um volume muito grande, temos que pensar outras alternativas também além da regionalização ela sozinha não é suficiente, é o que eu entendo. **Rodrigo:** Ok conselheiros não tem mais ninguém escrito então eu acho que a gente tem que começar a fechar algumas coisas nós abrimos muitas janelas aí e não fechamos nenhuma, vamos fechar esse negócio aí, como apresentação, primeiro que a Sandra propõe um encaminhamento que eu acho que é coerente nós inserimos na questão da comissão que ao apresentar no mês que vem o plano já venha com as metas até porque o plano é isso, metas ano a ano dizendo quais as ações porque ela tem uma prioridade, você pode colocar assim família acolhedora, ela pode ser a última prioridade do governo, o último ano de governo investimento total nela, então a Sandra está com razão, bem colocado. **Sandra-CMAS Montes Claros:** Só completando, encaminhar pra gente por email. **Rodrigo:** Ok. Tome nota então, comissão, secretaria executiva é mandar as descrições das ações e enviá-la por email para que evite tanto tempo, a outra questão vamos lá, 4129, é consenso que pode ficar desse jeito, vamos votar ação por ação, fica mais fácil, conselheiros não é uma pergunta retórica, vai alterar as nomenclaturas, porque a proposta que eu entendi até agora foi na questão da 4130, Marleide microfone. Marleide e Ivone, que eu estou lembrando 4130 a gente discutiu sobre a alteração do nome. **Marleide:** A Juanita tinha feito uma proposta de alterar a 4130 para 4131, no sentido assim de pegar a questão da proteção especial da média complexidade e juntar com a 4131. **Ivone-Cogemas:** Só para mim situar porque na comissão de orçamento essa apresentação do PPAG não veio como deliberação não foi como deliberação foi como apresentação ainda porque nós temos que deliberar isso agora se nem a comissão de orçamento trouxe como deliberação aí porque vai trazer mais coisas ainda no PPAG, vai implementar as metas, eu acho que não seria deliberação inclusive nem entrou como ponto de pauta para esse pleno, entrou como ponto de pauta para a comissão de orçamento total, e aí eu estou trazendo razão minha porque eu acho assim ele foi como ponto para o comissão de orçamento a comissão de orçamento não fez votação, nós não decidimos isso foi apresentação, e vem para cá como apresentação da comissão de orçamento se o pleno vai decidir agora para deliberar porque nem está completo o PPAG, ainda tem mais ações para colocar. **Rodrigo:** Conselheiros eu vou esclarecer porque essa estrutura a subsecretaria tem prazo depois no mês que vem já é a descrição das atividades se chegar lá no final o conselho falar assim eu não gostei disso não tem como mudar mais porque é alteração do sistema é o processo, o conselho ele é co-gestor mas ele não pode ingerir na administração pública, a tramitação do estado é essa eles precisam pelo menos o que foi anteriormente não nos compete dizer era assim, mas também a estrutura que o governo

está apresentando é nessa lógica e aí nós temos que deliberar, nós temos que votar programas e ações depois no mês que vem porque ela tem prazo 30 de setembro ela vai apresentar o resto do orçamento só que na plenária de setembro nós não mais vamos ter prazo de mexer nisso aqui não, por isso que tem que ser deliberado, esclarecido? não está aberto para discussão, votação, não mais a gente tem que vencer isso, eu penso que a nós temos agora que focar no que vai alterar porque senão a gente não sair daqui hoje não, vamos lá, qual eixo que tem que alterar, eu não entendi a proposta da conselheira Juanita na União se alguém entendeu por favor esclareça, o que eu havia sugerido era a questão da 4130 eu pensei, (depois eu vou lembrar). **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Pelo o que eu entendi da proposta da conselheira Juanita é que na 4130 ficasse oferta, qualificação e cofinanciamento, foi isso Gabriele? **Rodrigo:** Conselheiros, vamos focar. **Patrícia:** Pelo o que eu entendi da proposta da conselheira Juanita é que na 4130 ficasse oferta, qualificação e cofinanciamento eu vou passar para a Gabriele porque eu acho que ela entendeu um pouco melhor a proposta para ela confirmar se meu entendimento foi correto. **Gabriele-Sedese:** Pelo o que eu entendi do encaminhamento da Juanita foi exatamente isso ela chegou a pensar em mudar o Creas para debaixo mas aí eu expliquei e ela falou então **IP** mesmo o termo que ela sugeriu foi oferta e cofinanciamento o Cristiano colocou a questão o que está na **codificação** para gente colocar um termo melhor pra aquela qualificação que está ali então a gente avançou na discussão. **Rodrigo:** Lembrei da proposta, qualificação ela não é só qualificação de assessoria técnica ela é qualificar melhoria de estrutura, estou qualificando uma oferta, eu entendo assim mas para ficar claro aí eu concordo com a questão do cofinanciamento fica grande mas eu não consigo pensar outra coisa agora incluindo o que tem que votar, oferta, qualificação e cofinanciamento, na 4130 a minha proposta é oferta, qualificação e cofinanciamento, eu não sei se encaixa aí você me esclarece. **Cristiano-Sedese:** É muito difícil a gente tentou pensar num termo que fosse mais genérico, qualificação, apesar das dificuldades de entendimento porque existe uma vinculação com qualificação ser só apoio técnico, mais é só lembrar que na ação que ação sozinha ela não fala junto com ela tem toda uma descrição a Suzane mostrou aqui um exemplo de ficha que vai para a Seplag nas fichas que vão para Seplag a gente tem que fazer uma descrição do que está dentro dessa ação, é só título é só para a gente não tomar o cuidado de votar uma coisa que vai limitar e depois na hora da gente tem que executar, o estado, está surgindo arrependimento dentro do conselho um Programa, um projeto que vai ser executado que não tiver haver com oferta ou confinamento a gente não vai poder executar porque é um serviço de repente de média complexidade, uma ação de média complexidade e não cabe dentro de nenhum deles ali, é só tomar cuidado é só o título, isso é uma etapa muito inicial, dentro de cada título o que a gente trouxe aqui é só um resumo, lembra, a Suzane mostrou a ficha e dentro da ficha tem a descrição inclusive lá na descrição está escrito Creas regional para não ter dúvida que a gente está excluindo os Creas regionais eles estão dentro da ação, os Creas municipais que a gente já cofinancia está dentro dessa ação, o cofinanciamento de referências técnicas e as medidas só que a média complexidade tem outras coisas, tem serviços pra pessoas com deficiências, tem centro dia, então assim, tem que ficar atento para gente não limitar a ação, qualificação realmente pode dar a entender que é uma ação muito genérica, mas é pra pensar assim, é qualificação da oferta que na verdade o objetivo é aprimoramento mas aprimoramento já está no nome do programa, o objetivo é aprimorar, melhorar, qualificar a oferta, como? Por meio da oferta direta, por meio do cofinanciamento, por meio da parceria com órgãos ou outras políticas então tem várias coisas dentro dessa qualificação no sentido do aprimoramento, eu não me preocuparia, eu defendo qualificação por quê? para gente não se limitar eu falo isso com muita tranquilidade porque lá na proteção especial é a minha ação, então assim isso em relação ao estado dentro do que eu estou na subsecretaria é minha ação, então eu tenho essa preocupação de não limitar porque eu sei que pode vir outras coisas. **Rodrigo:** Conselheiros, respondendo na minha proposta pelo contrário não limita porque as duas estão aí que é qualificação e oferta, a

única coisa que tem é cofinanciamento amplia, então pelo contrário muito antes pelo contrário em vez de limitar está ampliando, que mantém a qualificação que a Sedese já está trazendo o conceito e aí eu concordo com você nessa questão mantém a oferta que vocês também estão já trazendo o conceito e amplia a questão do cofinanciamento eu não vejo limitação eu não vejo contradição nenhuma nisso, oferta, qualificação e cofinanciamento, não tem problema, qualificação, oferta e cofinanciamento, não tem problema, a ordem dos tratores não vai alterar o viaduto, então qualificação, oferta e cofinanciamento de proteção social especial de média complexidade, mantém a mesma estrutura de raciocínio que vocês fizeram. **Cristiano-Sedese:** Posso criar uma polêmica? Rodrigo, só para você entender a lógica que a gente quis utilizar, se a gente colocar a palavra cofinanciamento ali e não colocar a palavra cofinanciamento na alta complexidade, se caso vier a ter cofinanciamento na alta complexidade a gente não vai poder executar. **Rodrigo:** A gente coloca também. **Cristiano:** Mas aí muda tudo, então assim, não existe previsão para isso, mas o PPAG tem a revisão anual, se caso vier a ter a gente revisa e altera, é a mesma lógica que eu falei no início, a gente colocar uma previsão que a gente não tem financeira, no orçamento nesse momento pra ter é arriscado, por isso que eu não colocaria por exemplo na alta complexidade porque a gente não tem a previsão de executar isso por meio de cofinanciamento. **Rodrigo:** Então já está respondendo Cristiano, veja bem, se não tem a previsão para alta complexidade, ótimo, mas abrindo a possibilidade de cofinanciamento para alta complexidade quando abrir na revisão do PPAG incluímos, não porque incluir na revisão. **Cristiano-Sedese:** É uma coisa que a gente não tem previsão. **Rodrigo:** Está criando. **Cristiano-Sedese:** Não existe cofinanciamento para alta complexidade. **Rodrigo:** Eu não estou falando para colocar na alta complexidade agora, eu estou falando pra colocar na média e na revisão do PPAG abrindo a necessidade, incluir, é isso, é só na média é porque eu acho que não fere o seu raciocínio não, estamos esclarecidos? Vamos votar, conselheiros, estamos aptos então? Janaína está colocando algumas questões aqui de ordem técnica do orçamento, alguns temores, algumas limitações com a Seplag e aí o que nós estamos colocando pra ela é o seguinte, não é uma ação nova o cofinanciamento na 4130 já é executado, ok, nós não estamos criando orçamento, nós não estamos criando nada e a proposta que eu estou trazendo permanece a mesma da gente inserir o cofinanciamento, ok, já tem serviços analisados. **Cristiano-Sedese:** Só mais um detalhezinho, é porque a gente tem que tomar muitos cuidados e pra gente foi muito difícil também chegar nesse modelo, e tem que lembrar o seguinte o que a gente chama de cofinanciamento hoje na média complexidade o que é? são os 26 municípios abrangidos pelos 4 Creas regionais, são cofinanciamentos de referências técnicas da proteção especial e aí eu preciso lembrar de novo porque assim, o que está no PPAG antigo de estruturação e gestão das medidas socioeducativas em meio aberto na verdade no PPAG anterior era cofinanciamento também que não foi realizado porque cofinanciamento para medidas socioeducativas são as referências técnicas que estão nos Creas regionais porque foi aberto um aceite no ano de 2017 para 176 municípios para referências técnicas das medidas socioeducativas no meio desses 176 tinham os 2 territórios com Creas regionais já implantados que eram Diamantina e Peçanha e só foram pagos 15 desses 176, então o cofinanciamento de referência técnica, segundo detalhe isso que a gente chama de cofinanciamento de referência técnica é piso variável que está lá na 4132, porque cofinanciamento é média, alta complexidade, é tudo, porque na 4132 está o piso mineiro fixo que é isso que a gente já vem discutindo e o piso variável porque no âmbito do estado que a Claudinha sabe disso melhor como que a gente paga as referências técnicas, é piso variável, no final das contas é piso variável, a questão é a seguinte, a ação 4130 ela é mais do que cofinanciamento, ela é mais do que oferta direta, ela é mais do que aprimoramento, ela é um monte de coisas juntas que a gente sabe que é hoje que aquilo ali que já tem que a gente já executa que são os Creas regionais, os Creas municipais e as referências técnicas mais pode ser outras coisas, então só mais um ponto porque essa questão do cofinanciamento não se limita a referência técnica porque

cofinanciamento de referência técnica na média complexidade é o piso variável. **Rodrigo**: Conselheiro, de referência técnica, agora no caso dos Creas regionalizados está na 4130. **Cristiano-Sedese**: É piso variável também, é só porque essa palavra cofinanciamento pra média complexidade o que é hoje e o que foi nos últimos 4 anos, cofinanciamento não é creas regional que é direto, o que é cofinanciamento na média complexidade hoje é piso variável, porque dá essa confusão, a gente paga as referências técnicas com o piso variável, não existe cofinanciamento da média complexidade existe cofinanciamento via piso variável e no caso da média complexidade a gente paga referência técnica com o piso variável, não existe um cofinanciamento exclusivo da média complexidade é isso que eu estou querendo dizer, existe cofinanciamento que é piso mineiro que pode ser fixo que é esse mensal, regular ou piso variável as referências técnicas é uma forma de cofinanciamento do piso variável porque o piso variável tem outras coisas também além das referências técnicas, residência inclusiva, tem outras coisas dentro do piso variável, então só pra não criar essa confusão porque assim não existe um cofinanciamento exclusivo para média complexidade o que a gente colocou de referência técnica na verdade o financeiro dele sai de onde? Piso mineiro variável. **Ivone-Cogemas**: De fato assim, confunde a cabeça da gente, porque quando a gente está falando de piso variável foi série histórica não tem nada haver com os 4 Creas municipais cofinanciados, então tem 4 creas, tem creas regionais e mais 4 creas que oferta direta lá pelo município e é cofinanciado agora o piso variável é série histórica. **Gabriele-Sedese**: Ivone você está coberta de razão é extremamente confuso, no PPAG atual porque piso variável é tudo que nem piso mineiro de acordo com as normativas e aí principalmente a série histórica mas aí hoje no modelo atual a gente tem 26 referências técnicas, 11 está pagando na ação do piso variável e 15 está pagando na ação de medidas socioeducativas então para acabar com isso as referências técnicas no PPAG a gente está propondo colocar na ação do Creas. **Ivone-Cogemas**: Está propondo nesse PPAG eu estou dizendo no outro que nós tínhamos, metade, metade, agora nesse que vocês estão trazendo essa inclusão aí. **Gabriele-Sedese**: Eu acredito que ficou melhor assim, porque referência técnica é modelo de creas regional então ele está junto com ação do creas isso é inclusive mais transparente. **Consolação**: Eu quero ver se eu estou entendendo, dentro da ação 4130 o que ocorre o que eu entendi que o Cristiano tinha falado o que tem de cofinanciamento lá já está dentro do cofinanciamento do 4132 ou não, então não é por meio do piso variável, então a proposta cabe. **Ivone-Cogemas**: Cabe, já está lá. **Rodrigo**: Então esclarecido, porque até eu estava começando a duvidar de mim mesmo, então mantém a proposta de colocar o cofinanciamento depois da oferta, qualificação da oferta e cofinanciamento, qualificação, oferta e cofinanciamento. **Marta-Sedese**: Vamos construir num consenso, minha proposta, vamos simplificar isso e o que eu estou propondo é um consenso e depois a descrição da ação a gente faz dentro da ficha do PPAG, então vamos lá, a primeira ação 4129 vai chamar apoio, capacitação, apoio técnico e gestão do Suas para ficar bem simples e fácil de entender porque ali está falando básica, especial talvez um texto mais enxuto, a segunda 4130 proteção especial de média complexidade, se oferta, se é qualificação, se é serviço, tudo que qualifica, tudo que vamos só identificar, capacitação, apoio técnico e gestão do Suas, proteção especial de média complexidade, proteção social de alta complexidade, piso mineiro de assistência social porque é uma marca nossa, e controle social da gestão descentralizada, nós estamos qualificando? Nós vamos qualificar em outra fase, na descrição, nos objetivos, na justificativa, pode ser assim? **Rodrigo**: Ficou proteção básica, proteção especial. **Consolação**: Ficou capacitação, apoio técnico e gestão do Suas, a primeira 4129, 4130 proteção social especial de média complexidade, 4131 proteção social especial de alta complexidade, 4132, piso mineiro de assistência social, 4133 apoio ao controle social e gestão descentralizada. **Patrícia-Cmas Nova Lima**: Só para deixar claro essa proposta eu não estou entendendo muito bem assim, é lógico que quando a gente deixa mais limpo pode ser que deixa mais abrangente, mas aí pensando um pouco nas considerações da

conselheira Juanita só para deixar claro, então por exemplo rede cuidar se a gente coloca ali só proteção especial de média complexidade tal, seria possível cofinanciamento do rede cuidar? Mas eu quero deixar isso claro, registrado em ata, entendimento. **Janaína-Sedese:** Patrícia sim, então entraria na mesma maneira na 4129 que foi aquilo que eu trouxe mais cedo a partir do questionamento da dúvida da conselheira Juanita então a resposta é sim e aí registra em ata. **Rodrigo:** Outra coisa, nós também na hora que apresentar vai apresentar o descritivo de cada ação então nós vamos poder revisar caso uma questão de cofinanciamento, nós vamos poder ponderar isso numa segunda fase que vai ser no mês que vem, conselheiros, podemos votar, estamos aptos, então os conselheiros que aprovam o programa e ação do PPAG 2020/2023 com essa última alteração proposta pela conselheira Marta, contrários, abstenções, então unanimidade. Comissão de normas tem alguma questão? Comissão de apoio? Termo de referência agora senão não vai dar tempo, então ok, comissão de apoio. **Isac-angolo:** Bom dia, nós tivemos ontem 7 pontos de pauta mas nem todos virão pra plenária agora, então nós vamos começar no ponto 2 porque o ponto 1 era questão do TR que vai ser discutido depois, o nosso segundo ponto de pauta eu não vou ler tudo eu vou resumir pra vocês um pouquinho mas era sobre o acórdão do TCU que foi vindo do conselho nacional de assistência social algumas informações referente ao estado de Minas, dos dados gerais só para quem não tem conhecimento sobre acórdão, ele se refere a questão de funcionamento dos conselhos municipais e também estaduais, paridade entre sociedade civil e governo e também a proporcionalidade entre os segmentos da sociedade civil então foram estudados os municípios e veio a devolutiva dos municípios do estado de MG então são 853 municípios inseridos os dados do total de município com Cadsuas CMAS são 664 municípios e o total sem CMAS são 189 municípios, então já tem um problema aí, um desses eu vou pegar só com a relação à paridade, os municípios que teriam paridade desse conselho seriam 245, desse total de 664 e dos municípios sem paridade no conselho seriam 419 seria um pouco interessante esse quadro com relação a proporcionalidade o que temos é que 36 Cmas com proporcionalidade entre segmento seriam 36 e Cmas sem proporcionalidade sem segmentos que são segmentos da sociedade civil seriam 585 municípios, o Cmas que não possui representante da sociedade civil são 43 municípios então só para terem uma ideia sobre a situação e desses um outro ponto grave também que a menor representação que tem registrado é a representação de trabalhadores que seriam apenas 375 representantes de trabalhadores, são 881 representantes de usuários e 1202 representantes de entidades, a gente conversou sobre isso e eu propus de início oficial todos os municípios em situação irregular informando a necessidade da atualização da lei do Suas principalmente quando se fizer necessário e outras medidas, enviar também as resoluções que tratam do tema, material de orientação sobre os fóruns, a importância, necessidades, os textos do fórum estadual e fórum nacional, também usar as conferências regionais, nesse espaço desse textos para chamar atenção dos municípios sobre o fato e orientar pra tentar fazer com que os municípios tentem se adequar e também uma ideia que a gente viu como necessária seriam a implantação de vídeos simples também para divulgar para que os municípios possam entender os conselheiros, os espaços para terem essas regulações porque tem muitos conselhos que a regulação dependem da regulação da Loas, como é por exemplo o caso do nosso conselho estadual, a gente está vivendo uma questão com relação a representação dos usuários pela descrição vocês viram que é um pouco menor que a representação dos outros segmentos e precisa autorizar a Lei para isso e a gente vai tentar fazer essas orientações e no vídeo porque a fala ela consegue produzir melhor para que alguns conselheiros entendem as normativas, tem casos que são mais preocupantes que outros entre os municípios e a gente vai tentar entrar em contato com eles. **Soyla-Cmas Paracatu:** Então, nesse levantamento aí a gente observa que tem ações muitos críticas, imagina 43 municípios sem segmentos, sem representabilidade da sociedade civil que conselho é esse que não tem, então a gente ficou muito preocupada, a gente até pensou em teleconferência não agora no momento porque a gente está num momento

muito difícil nas nossas agendas, mas isso até no final do ano, no futuro, no ano que vem mas tem que ser feito, tem que ter esse tema da questão da proporcionalidade e da paridade, questionamos também algumas questões, a questão do trabalhador que em tantos municípios hoje se faz enquanto governo, está em lugar errado, mas tudo começa por onde? Lei municipal, mas assim eu até falei de uma experiência negativa que a gente teve em Paracatu porque a gente mandou um modelo da lei municipal, trabalhamos nisso e chegando lá os vereadores mudaram tudo, agora a gente vai pedir para revogar nossa lei do Suas e vai ser construída uma outra, então é uma vergonha então eu imagino o que os municípios estão passando para poder construir suas lei do Suas para conseguir colocar o trabalhador verdadeiramente no lugar dele, no lugar da sociedade civil mas também faltam orientação para esses municípios, os municípios pensam assim, como eu vou escolher esse usuário, é uma dificuldade nossa, a gente viu aqui na mesa hoje, alguns conselheiros falam assim, o usuário tem que vim de entidade, de uma representação outros falam não tem que vim do usuário mas ele é usuário ele representa uma comunidade tradicional ou ele sendo usuário de um serviço, de um Creas, de um Cras porque ele é usuário e tem uma coisa que a gente tem que pensar porque assim como tem o trabalhador da rede privada e como tem o trabalhador da rede pública, também tem usuário da rede privada também tem da rede pública, é usuário da rede, mas essa questão da paridade e da proporcionalidade a gente vê isso muito na prática com a dificuldade mesmo de se entender que os fóruns são o caminho, que os fóruns de usuários e entidades tem que ser o caminho para se chegar na cadeira do Cmas, e assim a gente tem que pensar então enquanto conselho como construir, eu não estou dizendo do procedimento operacional padrão mas um caminho mesmo, um fluxo para esses município saberem como que chega lá, eu tenho Uruama de Minas no noroeste que eu brinco que Uruama é um clube por que é um gramadão com poucas casinhas o prefeito Ronaldo chegou em mim e falou assim, Soyla a gente não tem entidade não, eu falei é realmente não tem entidade mas a gente tem que pensar em alternativa por que onde não tem entidades quem que vai representar a sociedade civil? Usuário, eu compreendo que é o usuário e a gente tem que pensar em normativa, estigar isso para o conselho nacional de assistência para sair normativa, se não tem entidade quem vai ocupar esse espaço, usuário, trabalhador, vai ocupar esse espaço, tem que se pensar nisso eu acho uma coisa bacana até de se levantar isso na conferência e a gente levantar para a conferência mesmo porque a gente vai, nem que seja a pé, então são várias questões conversando informalmente com a Consolação pincelando assim a Consolação me abriu os olhos, falando e eu nem conversei isso com a comissão ainda que a gente tem que analisar as fontes desse levantamento a gente tem que pensar em que condições esses municípios fizeram porque esse levantamento é em cima do cadsuas, do cadúnico então assim censo suas também os dois então em cima de disso em que condições esses municípios preencheram o censo suas e o cadsuas, eu essa semana passada fiquei tentar entrar no sistema para aprovar uma emenda parlamentar enquanto presidente do Cmas de Paracatu eu aprovei e o sistema desaprovou, vai saber se eles responderam x e o trem respondeu y então tem que ser apurado também essas informações e acho que é um bom momento, é isso. **Isac-Angolo**: Só lembrar que assim, o acórdão ele apontou a paridade entre governo e a sociedade civil entre outras coisas para terem condição inclusive para que os fundos recebam os recursos é esse o encaminhamento, vocês querem colocar em votação eu quero que passe pela frente. Passando, o ponto 6 na verdade, ponto 3 que pra mim está escrito 6, é sobre agendar visita nos municípios de São Joaquim de Bicas e Mário Campos que seria pela conselheira Soyla e Arlete só lembrando que esse ponto ele já foi deliberado na plenária passada a gente está trazendo porque na plenária passada não tinha agendada a data então foi feito agendamento então ficou agendada a visita para 25 de setembro para as conselheiras Soyla e Arlete considerando a necessidade de orientar quanto ao exercício do controle social nas diversas situações, sugerir e orientar para ações que promovam a inclusão primitiva, a Arlete pode utilizar sua vivência junto a economia solidária para contribuir com

busca de emponderamento para a comunidade, Soyla quer falar também. **Soyla-Cmas Paracatu:** Na primeira Arlete, então o que acontece, é importante dizer também que na plenária passada quando solicitamos essa visita para mim e para Arlete estar indo eu focado bem em Cmas e Arlete na questão da inclusão produtiva geração de renda e trabalho, é a questão também da gente estar sendo acompanhado de um técnico da secretaria executiva foi solicitado isso também e eu não estou vendo aí, então a presença de um técnico junto conosco eu sei que a coisa está brava mas a gente precisa. **Arlete-Graal Brasil:** A gente estava conversando e eu colocava o seguinte que fazer a descrição a inclusão produtiva não é uma coisa que se resolve só em uma visita, esse momento caso aconteça é mesmo para sensibilizar e colocar essas pessoas junto aos grupos que realmente estão fazendo isso por exemplo nós teríamos agora o encontro do fórum mineiro da economia solidária e isso não aconteceu por falta de verba então a gente está se reorganizando para que a gente possa se encontrar ainda agora em setembro e o objetivo é de estar levando essa questão não só de São Joaquim de Bicas e lembrando também da questão de Márcio Campos porque eu dizia para as pessoas o seguinte, que indo embora para a minha cidade o que eu estou vendo de hortas na beira da BR seguindo para o norte de Minas e aí isso me fez pensar o seguinte, porque a base econômica de Márcio Campos eram as hortas como ninguém, isso foi dito no encontro lá na Assprom por representante das comunidades, ninguém está comprando nada de lá, nem os doces, as compotas que as mulheres que tem lá um pessoal de lá que faz, que já tinha frutos congelados ninguém compra mais, então a miséria de uns gera um fortalecimento em outros porque outras pessoas estão pagando esse mercado, a disputa não é dizer que não pode a questão é dizer que essas comunidades estão urgentemente precisando de apoio e que não só enquanto sociedade civil, movimentos sociais, levando esse apoio, mas é preciso que o estado se pronuncie rapidamente, eu falava aqui para Janaína aqui hoje a gente precisa conversar com o pessoal de trabalho e renda que é diferente de emprego e renda. **Consolação:** Eu só queria pedir as duas conselheiras que ao invés de marcar dia 25 marcar dia 18 porque a gente está no princípio da economicidade, então pra aproveitar inclusive a vinda na plenária que é dia 19 e 20, então já teria a economia da passagem vindo pra cá, estes municípios são próximos daqui vocês vão e voltam no mesmo dia e aí seria a viagem no dia 18 é só pra gente otimizar, que eu acho que vim numa semana e vim na outra o custo fica maior. **Soyla-Cmas Paracatu:** Eu só estou pensando em alguma coisa, dia 18 não vai ter reunião de organização das conferências porque se tiver daí não. **Consolação:** Essa foi atípica porque a gente teve a oficina e nós tivemos que aumentar a plenária, mas no próximo mês não a comissão fica na manhã. **Soyla-Cmas Paracatu:** Consolação se não tiver eu posso vim numa boa o problema é ficar 4 dias aqui mas 3 tudo bem. Tem que consultar a companheira, Arlete do Graal do Brasil confirma. **Márcio Caldeira:** Eu acho que para subsidiar também as conselheiras que estão com essa visita programada e principalmente a questão de orientações lá do conselho de assistência do município um dos encaminhamentos tirados da reunião foi justamente é que se pudesse empoderar a comunidade que ela participasse do controle social do município mesmo como integrante, participante, visitante porque o que a gente sentiu na reunião é que há um distanciamento do conselho junto com as demandas apresentadas pela comunidade indígena, então eu acho que essa é uma questão potencial para ser desenvolvida, é qualificar um pouco a questão desse conselho em relação às demandas da comunidade, isso foi uma demanda que foi captada e que já está aqui no Ceas no relatório que foi apresentado. **Cristiano-Sedese:** Eu ia fazer uma sugestão, assim, até porque a Marta me deu um toque aqui que são 2 municípios que a gente também fez algum tipo de atividade a Sedese Márcio Campos muito especificamente a gente apoiou a construção de um plano de ação lá que inclusive subsidiou uma conta que eles fizeram com a vale pra contratação de equipe técnica lá para o município então assim eu sugeri que a gente fez a visita na aldeia hã, hã, hãs que de repente se fosse possível pudesse acionar a alta complexidade lá da subsecretaria para também ir junto, porque eu acho que a gente pode

fazer as 2 frentes, porque tem uma frente que é do próprio conselho em relação ao conselho municipal mas tem uma frente que é da gestão também porque lá na visita da aldeia não foi feita só a visita da aldeia foi feita a reunião que teve participação não só do conselho municipal mas também da gestão mas de repente eu sugiro que convite a gente também para a gente ir junto à alta complexidade. **Irajá:** Eu vou só reforçando também as companheiras que estão com essa missão pra ir lá, que já foi feito alguns encaminhamentos inclusive com a Sesai e Funai foi quando o Márcio colocou que foi um dos que nós pedimos bastante ao governo do estado para que pudesse estar fazendo esse encaminhamento junto ao município acho que foi dia 27 do mês 8, houve uma reunião na secretaria de estado do município São Joaquim de Bicas junto com a Sesai onde foi alinhado o atendimento a comunidade indígena e da unidade básica de saúde do município, da comunidade de atendimento à mesma e houve também por parte da vale um atendimento específico da comunidade indígena realizando um trabalho diferenciado isso quer dizer o quê, além dos trabalhos que já vem sendo feito à comunidade está recebendo atendimento da Sesai enquanto da Funai enquanto do município, inclusive relacionado a saúde, educação e atendimento ao restante dos benefícios que eles tem direito. **Marta-Sedese:** Só para dar retorno à este conselho que eu me comprometi ser integrante do comitê para Brumadinho e encaminhar a situação dos índios que este conselho tinha apurado e também encaminhar a visita que foi feita no plano de ação de trabalho proposto pela Sedese, assistência social e direitos humanos, então nós encaminhamos, autorizamos o comitê para Brumadinho, nos encaminhamentos à aldeia e São Joaquim de Bicas. **Irajá:** Rodrigo, eu posso complementar? E também relacionado a educação houve também confirmação que foi autorizado o funcionamento da segunda dentro da escola Nossa Senhora da Paz na aldeia **Noxerri**, quer dizer eles estão sendo bem atendido na educação e saúde, era só para informar os companheiros. **Rodrigo:** Eu proponho encaminhamento também que a secretaria executiva recupere não só nas atas mas todos os históricos toda documentação que tiver alusiva a essa questão, podem ir, podem discutir mas vão preparadas, então que disponibilize para as 2 conselheiras principalmente mas se os outros conselheiros quiserem lembrar. Mas alguma questão Isac, encaminhamento? **Isac:** Não só agradecer as contribuições que vieram desse pleno, vamos passar para o próximo ponto que é o ponto 7, que foram referentes as conferências municipais foram recebido também do município de Córrego Fundo e Pedro Leopoldo informando que não farão a conferência municipal, todos da decisão da sociedade civil então foi visto também em relação a isso que a gente pensasse estratégias junto dos 25 municípios que comunicaram que não iriam realizar a conferência municipal, não seria todos os municípios mas 25 municípios, os municípios seriam Turmalina, Bambuí, Córrego Fundo, Morada Nova de Minas, Nova Serrana, Pedra do Indaiá, Ituiutaba, Paracitaba, Betim, Pedro Leopoldo, Claraval, Bonfinópolis, Guapé, Itamogi, Queluzito, Santana dos Montes, Tiradentes, Ouro Verde de Minas, Bela Vista de Minas, Carmésia, Pingo D'água, São Sebastião do Rio Preto, Sem Peixes, Perdizes, Grupiara, Nova Ponte e Ilcínea, então assim a gente lamenta muito, esses municípios já confirmaram que de princípio não farão as conferências municipais o que a gente percebe a princípio foi o Ceas enviar ofícios à esses conselhos informando da importância e necessidade e toda forma de sensibilizar os municípios para adesão da conferência a gente compreende que a gente não pode impor a conferência aos municípios mas entende que é necessário a gente conversar com eles para ver se eles resolvem a fazer inclusive tirando as dúvidas que tiverem porque tem municípios que não fazem por dúvidas de algumas coisas inclusive em relação espaços falar das diversas formas de fazer a conferência que temos, é isso que a gente pensou de princípio. **Rodrigo:** Isac eu estava durante hoje na plenária que a gente estava discutindo o PPAG eu estava pensando muito nisso talvez não seja agora mas que nós devemos pensar numa estratégia também porque você falar em sansão para o município com cofinanciamento de serviço é temerário mas uma forma de fortalecer o controle social e talvez um indicador, um índice através seja do piso mineiro à médio prazo que seja um

valor simbólico mas de fortalecimento do controle social que a gente coloque isso, que a gente tenha condição porque é aquela disputa orçamentária também a assistência ela nunca é prioridade ela nunca entra no rol de prioridades do governo por causa dos mínimos condicionais, se você não gastar o mínimo de saúde e educação bloqueia o FPM e aí o conselho desses espaços e os princípios precisam ser mais respeitados, nós as vezes nos furtamos de fazer esse debate de suspender de bloquear, não estou defendendo que tenha que bloquear a questão do serviço mas a gente precisa buscar uma forma de fazer com que o conselho de fato seja respeitado, e no momento de desmonte nós temos que pensar na valorização, Minas sempre esteve na vanguarda e eu acho que é o momento de assumir essa ponta novamente e só reforçando também no outro encaminhamento Paula para ficar anotado assim como Cristiano havia pedido convidar a Sedese para ir nesse espaços, para ir junto. Helder e depois Consolação. **Helder-Cmas Pedro Leopoldo:** Quanto pesar né gente, eu até brinquei aqui com a Marta quando a Marta perguntou, Helder Pedro Leopoldo? A minha vontade é de ficar aqui debaixo da mesa, escondido, mas talvez não é de conhecimento de todos aqui eu acho que preciso externar, existe sim Rodrigo e aí eu fui a pessoa que mais questionou a postura do conselho municipal que teve uma questão de agenda que eles falaram o seguinte, isso está em ata a gente pode até trazer que quanto mais o município precisou do Ceas o Ceas não colaborou, teve essa fala lá em relação ao ano passado, alguns conflitos de agenda que o conselho municipal ele solicitou apoio que eles queriam fazer questão de fóruns eu mostrei pra eles que esse conflito de agenda que a mesa diretora e depois o próprio pleno que eles tinham colocado que gostariam muito até da experiência que era a subsecretária a Simone Albuquerque e aí a agenda do presidente com a subsecretária não conseguia e isso eles usaram até como argumento quanto mais precisaram do Ceas o Ceas não colaborou e essa questão da conferência a gente liga e não tem informações, ou seja, são várias coisas que eles colocaram que eu Helder entendo como desculpas mas também o município de Pedro Leopoldo ele vem passando por algumas transformações todo mundo sabe que o Regis ele era secretário ele já não está lá mais nós estamos com uma nova secretária e para piorar a situação Isac aí só para contextualizar você como da comissão eu praticamente estou sozinho na gestão eu tinha uma colega minha que ela teve um AVC que é a mesma colega de vocês lá de Nova Lima, Maria Gorethe, ela está com um lado paralisado e está na cadeira de rodas assistente social fenomenal ela afastou, a Kelly coordenadora do Creas afastou, a Luiza coordenadora do **Praça** ela afastou, o Perré ele infartou então assim tem uma contingência que vocês não tem conhecimento sobre isso eu estou fazendo colonoscopia tomara que não me afaste, então assim, tem uma questão dos trabalhadores dos município uma questão de saúde, uma questão que as vezes a gente até a gente entende que é uma questão até de pressão no momento e aí a gente não tem condições e aí eu falo condições físicas mesmo eu Helder pegar e brigar por uma conferência eu cheguei até de desabafar isso contigo numa outra ocasião e quando foram colocando várias questões de como que estava o município de Pedro Leopoldo, do que precisava ser feito e sem essa questão dos trabalhadores, sem as coordenações eu simplesmente eu me abstive eu enquanto conselheiro estadual eu tenho que colocar aqui muitas das vezes as questões eu brigo por estar aqui nesse espaço e não é fácil, não é fácil você sair do seu município por 3 dias e lá sabendo como que está essa situação de gestão eu acho que não explica? Não explica eu acho que a gente poderia fazer uma coisa mais simples como você sugeriu algo como se fosse um fórum mas só que o município ele entendeu que no cenário ele não tem como trabalhar com conferência e eu respeito a decisão do conselho no qual eu faço parte e tenho representação aqui nesse conselho. **Rodrigo:** Primeiro eu acho sim Helder que a gente poderia ter a cópia dessa ata para que a gente possa fazer a resposta à contento dentro do estritamente necessário, sem mi mi mi e sem disse me disse, segundo eu peço a secretaria executiva que apresente no próximo pleno para a próxima plenária pra mim a recuperação de todas as tratativas realizadas em Pedro Leopoldo que não foram poucas, inclusive enviados diversos email para gestão, solicitação à reunião me colocando à

disposição eu cheguei a vir aqui no Ceas não teve reunião por diversas vezes a agenda foi desmarcada por Pedro Leopoldo não foi por mim e lembrando o conselheiro Helder está relatando uma dificuldade dele enquanto gestor que saiu 3 dias do município dele, pensa a minha dificuldade de sair enquanto trabalhador do município é difícil independente disso eu estava aqui e estive à disposição eu vi uma reunião na cidade administrativa com vereadores, por conselheiros técnicos da área que na época colocaram faixas na entrada da cidade que assistência social de Pedro Leopoldo Sangra depois colocaram que a assistência social continua sangrando eu recebi as faixa então nós recebemos 3 parlamentares de Pedro Leopoldo com toda equipe técnica da Sedese, salvo me engano Marta estava lá na reunião, conselheira Marta você estava com a Simone e com os parlamentares de Pedro Leopoldo lá na cidade administrativa? Não? Cristiano estava, Isac estava, eu também estava além de reger instrumentos além dos encaminhamentos que foram dados temos foto então assim muito me assusta eu sei de onde vem o tiro contra o Ceas mas eu estou aqui para proteger essa instituição então enquanto presidente eu sei da responsabilidade, se vocês falarem da presença física em Juiz de Fora, dificuldade de agenda em Juiz de Fora , eu vou até abaixar a minha cabeça e fazer meia culpa porque não é totalmente nós tivemos diversos entraves inclusive greve de caminhoneiros em reuniões agendadas que parou a cidade, no dia da reunião tudo confirmado a secretária viria mas foram dados encaminhados via documentos, contatos telefônicos, assessorias e notificação no Ministério Público e tudo mais, então o Ceas não deixou de cumprir o seu papel cartorial eu queria para além do papel cartorial ter cumprido o papel político do Ceas, Pedro Leopoldo não faltou nem o cartorial e nem o político. Soyla depois Consolação, não é Consolação primeiro, perdão. **Consolação:** Só lembrando que nas orientações a gente fala assim, tem que visitar os municípios, tem que visitar a lei porque quando a gente fala de obrigatoriedade de realização de conferência vai esbarrar na mesma coisa, tem município que alterou a lei para 4 em 4 anos então eles tem uma justificativa legal da não realização e a gente tem que tomar esse cuidado então a gente fala a primeira coisa uma orientação de quem fala que não vai realizar a conferência é pedir para visitar a lei e ver o que ela fala dispõe a respeito porque se ela falar de 2 em 2 anos e o conselho deliberar ao contrário disso aí vira eles estão fazendo uma ação ilegal, é só esse comentário. **Soyla-Cmas Paracatu:** Agora a Consolação me estigou a pensar outra coisa eu vou levantar 2 pontos mas eu tenho uma pergunta para Consolação antes de falar os 2 pontos, Consolação a lei municipal sobrepõe a lei estadual que diz que é? **Consolação:** Não existe subordinação, como Brasília também o Conselho Nacional alterou de 4 em 4 anos porque que o estado não alterou? porque não existe subordinação, porque senão obrigatoriamente nós teríamos também passado e o estado optou por permanecer de 2 em 2 anos, então nesse caso a gente também respeita isso. **Soyla-Cmas Paracatu:** Então os 2 pontos que eu tenho pra colocar é assim o que assustou a comissão foi a sociedade civil por decisão da sociedade civil por isso que eu quero até pontuar isso muito aqui, dos 2 municípios decidir pela não conferência, não foi governo foi sociedade civil porque é diferente o gestor falar eu não tenho condições financeiras de fazer, e a outra questão também a gente em nenhum momento Helder fique extremamente tranquilo que em nenhum momento a gente perpassa a ideia de ligar essa situação com o nome Helder a questão é que Pedro Leopoldo tem uma cadeira nesse conselho, Pedro Leopoldo tem que estar ciente que o Cmas de Pedro Leopoldo tem uma cadeira aqui não é o Helder o Helder foi o guerreiro que foi lá batalhar pelo voto mas a cadeira é de Pedro Leopoldo então que Pedro Leopoldo tenha a responsabilidade de ser um conselho que representa também os outros conselhos no estado os outros 853 municípios, essa é a situação e a gente levantou a questão disso de estar apertando Pedro Leopoldo e Córrego Fundo nesse sentido pelas essas 2 questões Córrego Fundo é ainda pior que eles não tem cadeira. **Helder-Cmas Pedro Leopoldo:** Em um momento Soyla quando eu trago isso para aqui para esse conselho eu fico muito assim não é de boa é pelo contrário significa que eu falhei em algum momento eu não estou querendo fazer aqui meia culpa ou, houve uma falha, de alguma

forma eu conversei muito com a secretária ela conhece essa casa ela gostaria de até estar aqui hoje ela até pediu para falar que ela não veio hoje porque ela foi convidada para participar também e ver sobre a questão da roda de conversa ela já foi conselheira ela mandou um abraço para Consolação, é a Ana Paula Simões Ilário, ela ficou muito preocupada e ela pegou e falou assim, Helder até por respeito a essa cadeira que você está lá eu tenho que questionar esse conselho, eu preciso, ela não tem cadeira no conselho a Ana Paula ela assumiu, ela falou assim Helder eu não quero estar no conselho eu quero que o conselho faça o trabalho dele e eu não quero intrometer mas eu preciso questionar esse conselho da postura porque o conselho ele tomou uma postura de nem pautar isso, então foi a partir da gestão municipal e aí foi a secretária Ana Paula Simões Ilário que ela pautou através de ofício e eu tenho cópia disso tá gente, eu posso trazer isso aqui esse ofício eu acho que merece porque a gestão em nenhum momento ela se fechou para não realizar a conferência a gestão pelo menos ela questionou eu estou com a lei aqui a lei municipal 3.450 ela não fala da questão do prazo viu Consolação ela fala que o conselho ele tem que convocar mas não fala de quanto em quanto, ele deixou essa lacuna, ele fala que é deliberação do conselho num processo articulado junto com a conferência nacional e foi a partir daí que também a decisão ela se deu, não teve a conferência nacional, a conferência democrática então assim teve uma preocupação com relação à legislação e depois vem falando aqui exatamente da lei municipal, convocar, articulado com a conferência nacional e aprovar as normas de funcionamento das mesma, pronto não fala mais nada, e depois vem, constituir a comissão organizadora da conferência em seu respectivo regimento, pronto, não fala mais nada, então tem uma lacuna na legislação municipal, pelas considerações que foi colocada aqui pela secretaria executiva, sério eu já anotei aqui e aí presidente é um compromisso que eu assumo de trazer essa cópia dessa ata e também de trazer esse ofício que a gestão ela pauta isso junto ao conselho qual que é o motivo e as razões e porque isso não virou pauta, logo depois virou uma pauta e o pleno decidiu pela não realização. **Rodrigo:** Conselheiro eu vou até quebrar um pouquinho o decoro eu vou tratar você da forma com que é comum, meu amigo deixa eu falar uma coisa, a Soyla foi muito feliz na fala dela, o questionamento é do Cmas como você bem mesmo disse você me ligou nós conversamos você me falou da sua angústia quando eu disse que eu sei de onde é o tiro tem nome e sobrenome e pronome de tratamento então é lamentável que se confunda a participação, a democracia que o Cmas de Pedro Leopoldo tenha confundido a participação e a democracia com questões político e partidário essa é uma questão, a outra questão nós todos já sabemos de seu empenho, dedicação e compromisso com esse conselho e com a gestão de Pedro Leopoldo, como que você é dedicado no trabalho e eu posso dizer porque eu te acompanho antes mesmo do Ceas eu te acompanho por outro caminho que a gente já trocava figurinha antes, então eu te conheço antes de entrar nessa casa quando eu entrei nessa casa e conheci tanto é que nós estávamos num evento encontramos num shopping e eu não lembro o nome daquele shopping lá eu falei, há você é o famoso Helder então eu já te conhecia de trabalho, de fama, de boa fama de trabalho e dedicação então por favor não leve para si não tome para si esse ônus que ele não é seu, essa carga não é sua, enquanto poder público enquanto conselho estadual eu penso que a gente pode propor primeiro eu acredito que um conselho que tenha representação de conselho municipal e aí eu falo com muita tranquilidade também Helder porque Nova Lima pensou em não fazer, eu falei assim vocês estão de brincadeira, o presidente do conselho e uma conselheira lá estão de judiação comigo, eles falaram não, foi um lapso aqui a gente pensou e eu falei nem pensa, e aí então vamos fazer amanhã, é conquista é luta mesmo nada vem de graça, eu penso que a gente pode fazer um encaminhamento que eu havia conversado. **Consolação:** Só antes do encaminhamento se a gente falar dessa questão legal Helder eles não te desrespeitaram, então eles estão seguindo e aí é uma decisão de voltar atrás é uma questão muito mais política porque ao respeito ao regimento, eles agiram com respeito ao regimento, não teve convocação? não teve, então eles deixaram essa vinculação da conferência municipal

com a conferência nacional, então assim, não pode ser alegado com o município questões legais, então o contato viu Soyla eu não sei como vai proceder, o contato com o município vai ser com muito mais delicadeza, porque em verdade eles tem o direito de deliberar por não, então a gente tem que tomar cuidado porque tudo que a gente fala de respeito de processo democrático a gente também tem que respeitar o processo democrático, se o processo democrático é estabelecido por meio de voto nós temos que respeitar o processo democrático então o contato com o conselho municipal se for feito ele tem que fazer também com esse efeito, vocês já repensaram, seria bom junto ao conselho, tem que falar de somar, qual a importância do momento mas não falar da impossibilidade, porque nós temos que respeitar aquele conselho por que isso inclusive é que dá legitimidade ao conselho estadual, é respeitar também a autonomia dos conselhos municipais. **Rodrigo:** Eu penso nesse sentido, poderíamos fazer porque eu acho que essa questão houve sim não tem ninguém ingênuo aqui, nós chegamos aqui porque nós fizemos política e vencemos e conseguimos a legitimidade de nossos pares, eu penso que nós podíamos Janaína fazer um ofício em conjunto Ceas/Sedese falando da importância do conselho assim como lá trás eu busquei a AMM nesse sentido que é um prefeito falando para outro prefeito, para tentar incentivar isso eu penso que esse ofício conjunto Ceas/Sedese pode mostrar que não há cisão que não há, ou que há é mais fácil falar o que há, há sim conflito ideológico, debates, enfrentamentos mas há sim uma harmonia e um respeito mútuo entre as instâncias do controle social e gestão do executivo, divergimos sim mas caminhamos em prol do usuário dessa política pública que é isso que importa, se alguém estiver aqui pensando em outra coisa, ousou a dizer vocês estão no lugar errado, repensa, volta pra casa e abre espaço para o outro, como eu sei que ninguém está aqui, eu já conheço alguns anos de trajetória com vocês pelo menos 2 anos eu acredito que nós podemos sim caminhar nesse sentido de buscar, mostrar essa harmonia salutar na divergência que temos. **Helder-Cmas Pedro Leopoldo:** Eu só vou reforçar Rodrigo a questão que vocês colocaram aqui no conselho que eu ouvi de alguns conselheiros e eu acho que isso é muito importante vocês já falaram que vão fazer isso mas é só para reforçar mesmo como nós estamos num processo de participação de conferências municipais e colaborando com outros municípios e a questão da conferência regional é só mesmo só dessa atenção em relação à esse ofício também que foi falado de ser encaminhado pelo menos lá em Pedro Leopoldo pra mim é importantíssimo e eu vi algumas outras pessoas também que estão colaborando com conferências municipais e para apresentar na gestão é importantíssimo esse documento só reforçar mesmo eu sei que a secretaria executiva tem todo cuidado ela anotou isso na hora quando foi colocado aqui como encaminhamento eu vi a Consolação anotando mas é só mesmo no sentido de reforçar e registro isso em ata. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Vendo esse encaminhamento de oficiar os municípios informando a necessidade, sensibilizar os municípios para adesão na conferência e retomando um pouco a fala da Consolação no sentido de que há de se ter uma delicadeza nesse trato eu fiquei pensando na sugestão de que esse contato ele não seja somente por ofício mas se for possível de contato telefônico e aí eu fico pensando no peso que a mesa diretora pode ter nisso porque quando o presidente do conselho ou quando o secretário ele recebe uma ligação do presidente do Ceas ou então do vice presidente que é subsecretário de estado de assistência social tem um peso totalmente diferente, então a minha sugestão é de pensar nessa possibilidade do presidente ou vice contactarem pessoalmente esses 25 municípios. **Rodrigo:** Ok, mas alguma questão Isac da comissão? **Isac-Angolo:** Não a gente não tem mais questões não, é só isso e a gente agradece as colaborações que veio pelo pleno. **Rodrigo:** Não? Parabéns a comissão mais uma vez comissão de apoio não é fácil também, comissão nenhuma dessa Ceas é fácil, então vamos colocar em votação, os encaminhamentos todos eu acho que nós fomos acompanhando anotados as inclusões esses encaminhamentos da comissão, então os conselheiros que aprovam os encaminhamentos da comissão de apoio, contrários, abstenções, unânime, bom conselheiros nada tendo mais a tratar desejo, mais tem? TR

perdão, TR eu acho que vai ser rápido, metodologia, conselheiros não vai ser apresentado o TR, na sociedade civil a gente discutiu porque não, porque fere o princípio da impessoalidade será apresentado apenas os itens e as inclusões, não vai ser lido, porque já foi discutido nas comissões. **Consolação:** Nós estamos falando que não precisa projetar de novo, vamos falar os itens objetivamente porque a forma de escrever e o que tiver, fica mais fácil, então nós vamos aqui na comissão de orçamento. **César:** Inclusões, mesa de palco para salas de grupo, data da conferência pode ser alterado entre o período de 08 a 20 de novembro, mais de 150 jantares para o dia anterior a conferência, a sonorização do auditório, garantir tratamento acústico se for necessário, balcão baixo à acessibilidade para credenciamento do cadeirante, encaminhar ofícios aos delegados orientando sobre o que garantir a necessidade de trazer medicamentos usados entre outras coisas. **Consolação:** Vocês entenderam nesse caso aqui até não afeta sim, porque a mesa, a mesa de palco para a sala de grupo porque não estava definido o que era a mesa de apoio e a mesa que fica de quem vai estar palestrando na hora dos eixos, a data da conferência nós chegamos à conclusão de que se você coloca a data se é 13, 14 tem que colocar o período porque senão a gente corre o risco de perder no pregão porque falta pouco tempo se você fala se pode ocorrer em 2 dias na hora que você vai soltar o termo aí eles estão dando uma margem de negociação, os 150 jantares do dia anterior a gente lembrou também na comissão de que há possibilidade das pessoas chegarem 1 dia antes essas que moram mais longe e aí falou não tinha nada nesse dia então tem que ter o jantar nós chegamos à conclusão que não é almoço, porque junta um grupo para ofertar e aí colocamos 150 porque a gente sabe né João, João tem toda experiência ele falou que esse número daria porque não é todo mundo que chega no dia anterior, e a gente entende que com a queda que a gente vai ter também talvez de participação porque cai um pouquinho ou a pessoa chega depois, uma coisa deve compensar a outra, então isso aqui impacta no orçamento primeiro mais depois no final, na sonorização do auditório o que foi pedido é porque a gente não sabe aonde que vai ser, nós colocamos especificação mas se for num lugar mais aberto tipo um ginásio a gente tem que pedir a garantir o tratamento acústico por isso que nós colocamos isso, no que se refere aos balcões já tem os balcões nós não aumentamos nós colocamos em baixo por causa da acessibilidade, foi só isso, e o ofício foi colocado que é importante mesmo saindo todas as normativas que a gente esclareça para os participantes, ofício individual para os participantes, aquilo que está garantido, aquilo que não está, falar dos remédios essas coisas que a gente sempre orienta e para que eles saberem por exemplo que vai ter o jantar naquele dia, os municípios que são mais longe que vão chegar um dia antes vão ter o jantar naquele dia, é isso pra gente, se a pessoa chegar e falar eu não sabia e falar o horário porque aconteceu também, não dá para gente garantir um jantar tipo até meia noite, não, tem horário, a gente falou assim, de 19:30h mais ou menos até 10:30h tem que ter um horário porque senão até a questão da vigilância sanitária ela fala como que vocês estão fornecendo uma coisa que pode até estragar, então tem normas, foi isso da comissão que foi levantado. **João-Cmas Pirapora:** Sandra fez aqui uma indagação e é verdade a gente precisa esclarecer porque quando nós falamos da experiência que a gente tem de chegar sempre antes em torno de 150 pelo menos que a gente está calculando da sociedade civil porque senão fica parecendo que é todo conjunto dos delegados. **Janaína-Sedese:** Só trazer como ponto de esclarecimento e também pra que a gente fique na mesma página para que a gente tenha registro, a gente vai fazer todos os esforços para considerar esse pontos então qual é o próximo passo é a gente seguir com os orçamentos para checar qual vai ser o valor novamente eu reitero aqui os meus esforços e os esforço de toda a equipe para que a gente consiga na medida do possível absorver esses itens então a gente vai receber o orçamento mas a gente tem essa questão do limite de custos e caso a gente tenha alguma, eu recebo os orçamentos isso tem uma devolutiva na perspectiva de inviabilidade eu já me coloco também prontamente para notificar o conselho, a secretaria executiva e aí a gente também sempre seguir com as considerações dos conselheiros desse conselho. **Rodrigo:** Patrícia. **Patrícia-Cmas Nova**

Lima: Gente, mais uma vez eu peço desculpas porque eu não tive como estar presente na reunião da comissão e aí eu tenho uma dúvida pode ser uma dúvida burra mas está na minha cabeça, eu não sei o que é na verdade termo de referência vocês sabem que eu não tenho noção de nada, então está me passando uma coisa louca na cabeça, tem um prazo para que os delegados se inscrevam, qual é esse prazo, seria possível colocar o café da manhã das conferências regionais como uma forma de cotar e depois a gente está prevendo 1000 delegados e vão vim 700, e aí você teria uma economia nos almoços teria como reverter esse orçamento para o café da manhã ou é uma coisa impossível de existir, já haviam pensado nisso? **Joana-Sedese:** Eu entendi direito Patrícia na verdade não tem como principalmente por causa do prazo, o prazo pra rodar o TR das diretorias estaduais vai ultrapassar o prazo já que vai iniciar as regionais então a gente não teria como ter pronto porque isso daqui depende de aprovação da gente fechar, da gente encaminhar para colocar orçamento para os orçamentos serem viáveis a gente ter dotação suficiente para a gente poder fazer isso, vai o TR para o SPGF compras, eles elaboram o edital eles tem ficar publicado em 8 dias úteis para o pregão, a assessoria jurídica tem mais 10 dias úteis pra fazer, então o processo ele é enorme, ele é gigantesco a gente não consegue aproveitar e são 2 processos diferentes então o primeiro são as regionais que nós estamos em cima do prazo e agora nós temos que fazer todo esse processo para a gente conseguir viabilizar a estadual. **Rodrigo:** Apoio e política teve contribuição do TR? **Luanda-Fetsuas:** Eu sou coordenadora da comissão mas eu não estava na reunião porque eu estava na conferência de Itaguara mas a Adelmira deixou acho que com você Cristiano a súmula. **Isac:** O que foi discutido na comissão de apoio foi só a possibilidade para que os conselheiros estaduais da metropolitana pudessem ficar no hotel para organização da conferência também os técnicos também para viabilizar a participação, organização da conferência, apoio e essas coisa porque tem pessoas que precisam por exemplo sair de casa 4 horas da manhã dependendo do lugar para chegar então pode inviabilizar a prestação de serviços. **Consolação:** Metropolitana é interior foi considerado e vai estar hospedado, BH quem reside em BH não tem como, o que está garantido é o transporte a gente tem no termo de referência o transporte para isso para a equipe técnica e para os conselheiros de BH, isso foi previsto, e para os técnicos da secretaria executiva que vão ficar para suporte no local porque precisa ter pessoas lá, são 2 do interior a Joana inclusive nos orientou até nisso porque até para ficar nós estamos juntando as 2 coisas para não ter risco de ter problema legal inclusive, então até isso então são as técnicas que moram em Contagem, interior, outro município são 2 só que vão estar lá que é a Rosa e a Paula e os conselheiros da mesma forma como eles se hospedam eles não recebem a diária, é por isso não recebem diária porque vão estar lá hospedados. **Rodrigo:** Só reforçando o que eu disse hoje mais cedo a necessidade da gente de olharmos essa resolução para que não aconteça isso, porque conselheiros sair 4 horas da manhã de casa e participar o dia inteiro, então assim, é complicado nós precisamos realmente voltar o olhar para o cuidado das pessoas, Patrícia e Cristiano. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Eu queria entender qual o embasamento legal que não é permitido que o delegado municipal que reside em BH que ele fique lá porque eu estou pensando no usuário que mora lá no Barreiro como que ele vai acordar 5 horas da manhã para sair de casa as 6 pra conseguir chegar as 8 lá em Venda Nova, às 5 ainda mais que é sábado? Não, enfim, porque tem trânsito durante a semana tem que sair as 5 para poder chegar lá, eu quero saber qual que a legislação que embasa que delegado municipal não pode, porque a gente também teve uma informação na plenária passada que diária não podia e depois viu o direito viu que podia então eu quero isso muito claro. **Consolação:** Gente, hospedagem significa que você está fora do seu município isso é por conceito a pessoa está em BH o que a gente está garantindo como todas as conferências é o transporte nós vamos saber quem está e aonde, precisa buscar o usuário? nós fizemos isso, usuário que tem dificuldade de locomoção, vai buscar, tem carro, vai ter carro para isso, está lá, então uma coisa é se você falasse assim você está querendo que ele chegue lá de ônibus, não, está garantido o transporte e nós vamos fazer

isso, então eu acho que uma coisa está garantindo está suprimindo a outra, porque se não tivesse o transporte, se falasse assim ah mais a pessoa tem, e aí eu concordo mas nós estamos trazendo de BH nós vamos garantir o transporte para estar encaminhando ao local da conferência. **Rodrigo:** Eu vou fazer a minha pergunta para a conselheira Patrícia agora, porque não fizemos é porque não fazer hoje a gente está descobrindo um monte de coisa, uma lei que não tem previsão orçamentária e que coloca um programa que coloca execução indireta de criança, de um monte de coisa que não tem previsão orçamentária pra ela, que pode não pode, que vira um negócio meio cartola mágica, nós permitimos isso, isso pra mim não cola não dá mais, agora eu vou repetir qual a legalidade para o delegado, a resolução, o decreto ele diz de conselheiro, delegado é uma função diferente é uma função da conferência, e aí é um embrolho mesmo esse negócio vai dar, porque eu tenho certeza que o decreto não pauta isso vai ser por interpretação jurídica, análise eu não sei qual o caminho, Joana que nós vamos ter que traçar, mas a legalidade de não se pagar para o delegado porque a Patrícia respondeu e não foi essa resposta. Vou me colocar no lugar desse usuário ou desse conselheiros ou desse delegado, que vai acordar 4 horas da manhã e passar o dia inteiro dentro **macunado** dentro daquela conferência que não é fácil, acompanhar toda a execução da conferência eu estou dizendo de usuário que recebe bolsa família eu estou falando desse camarada, vai acompanhar toda uma conferência, chega no final do dia ele vai estar exaurido, ele vai ter que voltar pra casa nesse trânsito de BH, são coisas distintas eu acho que é cuidar de pessoas. **Marta-Sedese:** Qual a diferença entre pagar o valor de transporte e o outro é assegurar o transporte. **Rodrigo:** Nós não estamos falando de transporte, nós estamos falando da hospedagem, pelo contrário se tivesse que pagar o transporte é óbvio que a gente estaria brigando para que o carro da Sedese fosse lá buscar. **Marta-Sedese:** Mas também assim, a gente tem parceria com a prefeitura de BH que ela assegura o transporte da representação da sociedade civil. **Joana-Sedese:** Duas coisas, a primeira coisa qual que é o embasamento legal que a gente enquadra o pagamento, porque na verdade o que a gente paga é a diária, só que dentro do contrato, certo, eles são como colaboradores eventuais eles são enquadrados como colaboradores eventuais, tanto é que no próprio TR e qualquer legislação que a gente faz dentro do estado para pagar diária, seja no Capacita Suas, seja qualquer contrato que a gente teve no estado até hoje ele tem que ser baseado por um valor que a gente tem fixado nele, qual a lei que hoje em dia a gente adota o decreto de diárias de 47.045 de 14/09/2016 que a gente viveu aquele problema anteriormente e que na verdade é um decreto que exige várias interpretações, algumas coisas são claras outras nem tanto eu acho assim depois pode ser depois analisado pelo CSC essa viabilidade de alteração e tudo mas eles são colaboradores eventuais e é expressamente no artigo 3º fala que a diária não é devida nas seguintes hipóteses, quando não houver comprovação de pernoite fora da sede nos deslocamentos e aí fala da região metropolitana de BH ou seja, nem de BH pode porque BH você já está residindo na cidade, então não tem como pagar a diária nem pra mim, se eu tiver que sair de lá meia-noite, 1 hora eu entendo o usuário ser completamente diferente mas por isso que é garantido o transporte porque pelo decreto não podemos pagar diárias para pessoas que moram em BH, porque eles enquadram como colaboradores eventuais, então o que poderia por exemplo que igual houve uma interpretação de exclusão do artigo 3º para conselheiro municipal porque não estava expresso e o CSC conseguiu entender dessa forma, mais assim, tem coisas que a gente não consegue interpretar, e região metropolitana está escrito aqui que não pode pagar nas comprovações mas BH a gente não tem nem como justificar o por que pagar uma diária para pessoas que moram em BH, hospedagem é diária ela é incluída dentro do contrato como diária, hospedagem mais alimentação de café da manhã. **Rodrigo:** Deixa eu colocar uma gasolina, orienta seu amigo burrinho aqui, coloquei o tico e o teco para funcionar aqui, presta atenção comigo, olha só, a diária não sai do estado, não vai pelo sistema do estado, como foi anteriormente a gente pagou hospedagem e ficou aquele negócio todo, não é Regina que vai operacionalizar isso, nós estamos fazendo um termo de referência com

base no valor que é decreto para custear o delegado, nós temos que mensurar um pacote de delegados nós não sabemos se vai ter delegado na região metropolitana, nós vamos comprar um pacote de delegados a oferta do delegado vai ser pela empresa contratada, então não é pelo sistema da Sedese não há o que dizer de ilegalidade disso sabe porquê, eu entendo algumas questões como não é o sistema da Sedese, não é uma diária e é uma questão atípica, conferência não pode ser enquadrada nesses modelos porque não existe modelo delegado então não pode se ajeitar para encaixar em colaborador eventual porque é o que mais se assemelha, porque não é sistema a gente não está dizendo do sistema da Sedese a gente está contratando uma empresa com pacote fechado. **Joana-Sedese:** Eu concordo Rodrigo só que justificativa da gente pagar qualquer valor seja ele via contratado, seja ele decreto diária a gente tem que utilizar o decreto diária sim para a gente embasar limites e valores, o que as vezes ser feito é caso tenha um delegado de BH que seja provavelmente usuário da sociedade civil fazer uma consulta ao CSC pra ver se é possível dentro do contrato, consulta via email com alguma possibilidade porque seria um pagamento porque tudo é justificado dentro do processo de compras. **Marta-Sedese:** Joana não é via CSC é um contrato que o pessoal do serviço da prestação de hospedagem postura da conferência que mora na região metropolitana que vai ter dificuldade de voltar de ter um quarto que ele possa dormir aqui em BH. **Joana-Sedese:** Em BH não pode. **Marta-Sedese:** Não é delegado de BH que mora da região metropolitana se hospedar em BH. **Joana-Sedese:** Mas esse pode. **Marta-Sedese:** É isso que ele está dizendo. **Joana:** Região de BH. **Marta-Sedese:** Não. **Joana-Sedese:** Região metropolitana já está superado. **Marta-Sedese:** Região metropolitana não tem o menor problema. **Joana-Sedese:** Já está superado. É de BH Martinha. **Rodrigo:** Joana eu entendo a sua preocupação e acho que você está corretíssima em se precaver mesmo, eu só não sei se o órgão melhor, CSC essa central aí eu penso porque não adianta eles não entendem de Suas, colaborar eventual e não é, igual você falou o decreto é o parâmetro para mensurar os quantitativos, então nós vamos comprar pacote que pode ser da região metropolitana aqui, o que eu estou dizendo não entra no bolso do estado isso, porque nós estamos comprando serviço eu acho que muda a lógica se nós entendermos como se operacionaliza a questão do delegado o grande monte está aí, a pedra está na excepcionalidade que é o delegado, entendeu. **Joana-Sedese:** Eu compreendo mas assim eu falando como em gestão pública mesmo eu entendo que toda contratação que a gente faz tudo que a gente tem que despende com o dinheiro público a gente tem que justificar o porquê, então assim, a gente tem legislações que falam da impossibilidade de pagamento da diária só que a gente fazendo uma interpretação extensiva aqui no caso é próximo a diária mas é por meio de uma contratação pagar para quem já reside em BH tendo um carro disponível para levar em casa eu não vejo uma justificativa para isso, entendeu, porque assim região metropolitana Ok, é muito mais longe, é muito mais difícil mas se a pessoa reside em BH não tem como. **Rodrigo:** Mas uma gasolina, carro não pode rodar a noite e a conferência termina a noite, mais um embrolho, eu penso o seguinte vamos colocar esses elementos. **Joana-Sedese:** Mas o carro é do estado. **Rodrigo:** O não a gente já tem. **Joana-Sedese:** Porque esse carro ele é contratado, é diferente, entendeu, não tem essa restrição, carro do estado e denúncia, não é excepcionalidade é questão da gente não ter uma contradição e uma possibilidade de questionamento até de outras pessoas da região. **Rodrigo:** O não nós já temos, eu já acordei com ele, eu vou correr atrás desse sim o resto da minha vida, e eu sou teimoso pra caramba e não tenho problemas com isso, então nós vamos fazer o seguinte, eu penso que tem que sair como encaminhamento dessa plenária essa questão, nós não temos muito prazo para que isso aconteça em função do TR ele tem que sair então nós vamos que debruçar isso mas numa perspectiva de buscar o sim não de encontrar o não, as justificativas do não. **Janaina-Sedese:** Então como ponto de encaminhamento a gente vai levar para consulta e dar uma devolutiva aqui para o conselho. **Rodrigo:** Joana obrigado. **Joana-Sedese:** Nada, a gente sempre tenta com as reuniões, nós estamos sempre aí pra isso mesmo. **Rodrigo:** Com

certeza, Cristiano por favor. **Cristiano-Sedese:** A Sandra me lembrou aqui porque como eu não tive também na reunião da comissão e ela esteve lá, que tem como um ponto de discussão da comissão uma dúvida um encaminhamento que tem muito haver com essa discussão que foi feita e eu vou ler o encaminhamento que foi dado pela comissão mas eu acho que faz parte dessa consulta que vai ser feita. O encaminhamento é o seguinte: Considerando que o artigo 29 da resolução 667 de 2019 diz, o Ceas se responsabilizará na 13ª conferência estadual de assistência social pela hospedagem em BH, pelo transporte rodoviário de BH até o local do evento aos delegados representados da sociedade civil oriundos das conferências regionais, aí vem a pergunta que foi feita lá na comissão que é, a sociedade civil da região metropolitana está incluída no artigo 29 da resolução Ceas 667? E aí tem esse encaminhamento de se verificar a situação da sociedade civil oriunda da regional metropolitana. **Rodrigo:** Metropolitana está BH que não está. **Cristiano-Sedese:** Aí fazendo essa distinção que foi feita aqui. **Rodrigo:** Não é lei é decreto, ah é lei, desculpa, perdão. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Essa discussão cada vez me trás mais dúvidas porque quando a Joana leu aquele artigo 3º se não me engano ele exclui os conselheiros agente colaboradores também da região metropolitana ao mesmo tempo é falado que da região metropolitana pode que entendeu que Contagem agora está sendo considerado interior, pode, aí eu não entendi da onde saiu essa excepcionalização e que também não pode sair essa excepcionalização pra não sei contas dá para contar na mão quantos usuários de BH que vai entrar nesse situação, então eu queria entender isso. **Joana-Sedese:** Vamos fazer uma coisa porque eu acho que não adianta a gente ficar discutindo ou conversando aqui de algo que na verdade eu vou entender numa forma e as vezes a gente pode construir ver como que é junto com a secretaria com a nossa assessoria jurídica e a gente conversa vê o que é mais seguro vê o que é legalmente permitido e a gente trás pra vocês enquanto continua também isso não interfere na planilha de itens então enquanto isso a gente tem que rodar então isso tem que sair hoje, não tem como, e a gente vai fazer uma discussão e conversamos com vocês do que a gente pode excepcionalizar ou não enquadrar ou não junto com outros operadores da procuradores jurídica se for o caso pra interpretação de lei se precisar do CSC, mas assim, não adianta a gente ficar quebrando a cabeça aqui agora e eu te falar uma coisa e você vai querer que interprete, porque leis a maioria delas é interpretação, a maioria entendeu, não adianta a gente ficar aqui. **Rodrigo:** Ok, conselheiros? Conselheiros que aprovam as alterações dos itens do TR, contrários, abstenções, não é o TR são os itens do TR com essa ressalva obviamente se quiserem a gente vota de novo, com ressalvas das inclusões, vou tirar a palavra ressalva com indicativo de buscarmos esse entendimento de correr atrás desse sim, sim eu acredito, bom retorno vão em paz.

Conselheiros	Representatividade	Assinatura
Ariadna de Almeida Silva	Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG	
Arlete Alves de Almeida	O Movimento GRAAL do Brasil	
Camila Rita da Silva	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	
Cecília de Araujo Carvalho	Associação Quilombola Porto Pontal	
César Augusto Calinçani Pereira	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	

Cristiano de Andrade	SEDESE	
Damião Braz (Nome Social – Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas	
Eleniudes Santos Silva	Feneis	
Elerson da Silva	Cáritas	
Fabricia Ferraz Mateus Lopes	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	
Francielly Ferreira Caetano	FMTSUAS BH	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS de Pedro Leopoldo	
Isac dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	
Ivone Pereira Castro Silva	Cogemas	
Janaína dos Reis Nascimento	SEDESE	
João Alves Crisóstomo	CMAS Pirapora	
Luanda do Carmo Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	
Luciana Alves de Melo	SEE	
Márcio Caldeira	Assprom	
Márcio José Ferreira	Associação dos Deficientes Físicos de Betim – ADEFIB	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das APAES do Estado de Minas Gerais	
Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas	CMAS Leopoldina	
Marleide Marques Castro	Conselho Regional de Psicologia – CRP – 4ª Região	
Marta Maria Castro Vieira da Silva	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	

Noelle Lana da Silva Prata	Seapa/Seda	
Paulo Antônio Peixoto de Brito Jamim	Seplag	
Patrícia Carvalho Gomes	CMAS Nova Lima	
Rodrigo Silveira e Souza	Conselho Regional de Serviço Social – CRESS	
Sandra de Fátima Veloso Costa	CMAS de Montes Claros	
Sara de Souza Campos	SES	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	CMAS de Paracatu	

///